



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA NA AFRICA
AUSTRAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS
RELAÇÕES ECONÓMICAS COM OS PARCEIROS DA
“SADC”**

Jorge Faustino Santino

Orientador: Professor Doutor José Manuel Martins Caetano

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeu

Dissertação

Évora, 2015

**INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA NA AFRICA AUSTRAL:
OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS RELAÇÕES ECONÓMICAS
COM OS PARCEIROS DA “SADC”**

Jorge Faustino Santino

Orientador: Professor Doutor José Manuel Martins Caetano

Mestrado em Relações Internacionais e Estudo Europeus

Dissertação

Évora, 2015

DEDICATORA

Dedico este opúsculo aos meus Pais que vos tenho com muita estima. As linhas são tão poucas para descrever o que eu sinto por vós, por isso vos dedico essa singela homenagem.

AGRADECIMENTO

Realizar um trabalho de pesquisa científica implica as determinadas predisposições e nesse sentido os apoios morais foram fundamentais para a elaboração desta tese de mestrado.

Assim, agradeço em primeiro lugar a Deus poderoso por dar-me força e coragem para a concretização dos meus objetivos. Agradeço também ao meu orientador Doutor professor José Manuel Caetano pela confiança depositada e pelo seu apoio, tolerância, perseverança e acima de tudo paciência e que acompanhou os momentos desta pesquisa e pela sua receptividade e disponibilidade incondicional apresentada, pelo seu estímulo para enfrentar os desafios que surgiram no decorrer deste trabalho de investigação.

Agradecimento especiais a Eco. Msc. Maria Isabel Uceda Castillo de Chávez, a Eng^a. Ana Dulce Alves dos Santos, Dr. Jorge Valente, Dr. José Miguel, Dra. Maria dos Prazeres, Dr. Manuel Alves da Rocha e ao Sr. Manuel Mariano.

Um voto de agradecimento à Universidade de Évora que me deu a oportunidade de frequentar o curso de Relações Internacionais e Estudos Europeus, assim como a todos os professores desta instituição que ao longo do plano curricular de estudos possibilitaram o entendimento sobre a área das relações internacionais.

Meus sinceros Agradecimento aos meus colegas de MBA na BBS e de Mestrado em Évora como: Baptista Adão Correia, Sabino Henda, Zeferino Pintinho, Nelson Miranda, Isaac Simão, Aníbal Lopes, que tive a oportunidade de conhecer, conviver e compartilhar as ideias. Aos meus amigos, Daniela Lourenço, Janina Sousa, Janice Andrade, Josy Ferreira, Handina Elias, Fernando Barbosa, José Armando, Preciosa Dias, Marta Cardoso, Lúcia Mendes, Simão Vicente, John Dia, Richard Spinn, Ramiro Júnior.

Um agradecimento especial aos meus familiares que desde o primeiro momento me apoiaram e incentivaram nos momentos mais difíceis deste trabalho: ao meu Pai, Mariano Eduardo, aos meus irmãos: Celestino, Julião, Adelino, Guitas, Vitorino, Moreno, Samuel, Tadeu, Avelino, Sara, Dorian, Lumanica Alberto, tia Cecília e ao Walter de Jesus.

Todos especificados, assim como outros não mencionados aqui que contribuíram direta ou indiretamente para materialização desta dissertação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	-	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AIP	-	Associação de Industrias Portuguesa
APRM	-	Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares
APE	-	Acordos de Parcerias Económicas
ADF	-	Fundo Africano de Desenvolvimento
BNA	-	Banco Nacional de Angola
BAD	-	Africano de Desenvolvimento
BM	-	Banco Mundial
CEIC	-	Centro de Estudo de Investimento Científica
CFB	-	Caminho de Ferro de Benguela
CEE	-	Comunidade Económica Europeia,
CEAO)	-	Comunidade Económica da África do Oeste
CONSAS	-	Constelação de Estados da África Austral
CER	-	Cooperação Económica Regionais
CEN-SAD	-	Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos
CAE	-	Comunidade da África Oriental
ECOWAS	-	Comunidade Económica para os Estados da África Oriental
EUAF	-	Estado Unidos de África
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IGAD	-	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
ODM	-	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
OMC	-	Organização Mundial do Comercio
ODM	-	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OCDE	-	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económica
PAL	-	Plano de ação de Lagos
PLF	-	Países da Linha da Frente
PSEF	-	Programa de Saneamento Económico e Financeiro
PIR	-	Programa Indicativo Regional
PIDA	-	Programa de Infraestrutura de Desenvolvimento Africana
PRA	-	Congresso Constitutivo do Partido agrupamento africano

PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD)
MCAC	- Mercado Comum da América Central
MERCOSUL	- Mercado Comum da América do Sul
NAFTA	- Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NEPAD	- Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
SADCC	- Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SDN	- Sociedade das Nações Unidas
SACU	- União Aduaneira da África Austral
RoO	- Regime das Regras de Origem
T-FTA	- Zona de Comércio Livre, Tripartida
TIC	- Tecnologia de Informação e Comunicação
TEC	- Tarifa Externa Comum
UMA	- União do Magrebe Árabe
UEMOA	- União Económica e Monetária do Oeste da África
UNECA	- Comissão Económica das Nações Unidas para África
UDEAC	- União Aduaneira e Económica da África Central
UA	- Uniões Aduaneiras
UNCTAD	- Relatório das Nações Unidas sob o Comércio e Desenvolvimento
ZCCL	- Zona Continental de Comércio Livre

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de Integração Económica de Angola na África Austral, mais concretamente no agrupamento regional SADC. Procuraremos destacar as relações atualmente existentes entre Angola e o conjunto de países membros daquele agrupamento, bem como a dinâmica das futuras relações num contexto de reforço do processo de integração económica regional e as possibilidades de desenvolvimento económico na região.

Considerando como marco inicial a década de 1990 pode-se afirmar que a integração na África Austral foi pensada naquele momento como um instrumento auxiliar à política de substituição de importações adotadas pelos países da região. Com o esgotamento dos efeitos desta política e com a estabilização política e militar em alguns dos países mais relevantes na região, casos da África do Sul e de Angola, o processo de integração económica na região da África Austral evoluiu para outros objetivos.

O Estudo que desenvolvemos sobre o impacto de integração económica de Angola na SADC incidiu sobre alguns aspetos mais relevantes e estratégicos da economia angolana no contexto regional, em especial no plano da intensificação dos fluxos comerciais e de investimento e, ainda, da transferência de tecnologia. Naturalmente tivemos especial atenção à importância que o setor petrolífero angolano, enquanto principal fonte de receita desta economia desempenhou nas relações económicas com os restantes países do agrupamento da SADC, dado que este setor pode desempenhar um papel fulcral no processo de industrialização destes países, podendo contribuir para tornar a região numa potência emergente à escala regional.

Palavra-chave Integração Económica, Comércio Internacional, Investimento Direto Estrangeiro, Angola, SADC

**ANGOLA ECONOMIC INTEGRATION IN SOUTHERN AFRICA:
OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR ECONOMIC RELATIONS
WITH PARTNERS "SADC"**

ABSTRACT

The present work analyzes the process of economic integration of Angola in southern Africa, specifically in the SADC regional grouping. Seek to emphasize the relations existing between Angola and sets of members of that group, and the dynamics of future relations in the context of strengthening regional economic integration and the opportunities for economic development in the region countries.

Considering as starting point the 1990 can be stated that the integration in Southern Africa was "thought" at that time as an auxiliary to the import substitution adopted by member countries of the region policy instrument. With the depletion of the effects of this policy and the political and military stabilization in some of the most important countries in the region (the case of South Africa and Angola) the process of economic integration in the Southern African region evolved for other purposes.

The study that we propose to develop on the impact of economic integration of Angola in SADC will be developed on some most important and strategic aspects of the Angolan economy in the regional context, in particular in terms of intensification of trade and investment, and the transfer of technology. Of course we will have special attention to the importance that the Angolan oil setor, the main source of revenue in this economy plays in economic relations with other countries in the SADC grouping, as this sector can play a pivotal role in the industrialization process of these countries, contributing to make the region an emerging power on a regional scale.

Keyword Economic Integration, International Trade, Foreign Investment Law, Angola, SADC

ÍNDICE

Dedicatória-----	III
Agradecimentos-----	IV
Lista de abreviaturas e siglas-----	V
Resumo-----	VI
Abstract -----	VII
Introdução-----	1
Capítulo I a Integração Económica: do Quadro Teorico às Diferentes Experiências Internacionais-----	4
1.1 Evolução do conceito de integração económica -----	4
1.2 Os Fundamentos da Teoria da Integração Económica Internacional-----	7
1.3 Formas de Integração Económica -----	11
1.3.1 As Vantagens e Desvantagens da Integração Económica-----	15
1.4 Âmbito Atual da Integração Económica em Termos Mundiais -----	16
Capítulo II A Especificidade Histórica de África em Termo de Integração Económica-----	26
2.1 Contextualidade Histórico Sobre as Diferentes Etapa do Processo de Integração Económica Africana-----	26
2.2 As Implicações a NEPAD para a Integração em Africa-----	44
2.3 As Maiores Dificuldades Encontradas no Processo de Integração-----	47
Capítulo III Os Aspetos Relevantes e as Maiores Condicionantes da Integração Económica Regional Na África Austral (SADC) -----	50
3.1 Caracterização Historica da Região Austral de África -----	50
3.2 Enquadramento Regional Económico no Espaço da SADC -----	58
3.3 O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) como a Base Estratégica para o Futuro da SADC -----	66
3.4 As maiores Dificuldades que se Colocam na Região da SADC: Perspetiva e Futuro da SADC-----	70

Capítulo IV Integração Económica de Angola na África Austral: Oportunidades e Desafios para as Relações Económicas com os Parceiros da “SADC” -----	72
4.1 As Condições e as Bases para uma Estratégia de Desenvolvimento para a Economia Angolana ancorada no reforço da Integração Regional na SADC-----	72
4.2 Análises SWOT a partir da Base do Painel sobre Estratégia de Desenvolvimento de Integração Económica angolana na SADC-----	82
4.3 Os Principais Desafios e Oportunidades de Angola para sua Inserção na SADC---	86
4.3.1 Setor de Petróleo -----	87
4.3.2 Setor de Transporte-----	89
(a) Corredor do Caminho de Ferro de Benguela-----	90
(b) Corredor Trans-Cunene-----	92
(c) Corredor de Luanda-----	92
4.3.3 Setor de Energia e Água-----	93
4.3.4 Setor de Agricultura-----	94
4. 5 A Contribuição de Angola na SADC e sua adesão Para ZCL -----	95
Conclusões -----	101
Referencias Bibliográficas -----	106

Lista de Figuras	pag.
Figura nº1 Setores de Intervenção da NEPAD distribuído pelos respetivos Países-----	45
Figura nº2 Setores Estratégico da SADC-----	59
Figura nº3 As Diferentes Epata de Integração Económica daa África Austral SADC-	67
Figura nº4 Arquitetura do Plano Nacional de Desenvolvimento (2025)-----	80
Figura nº 5 Análise SWOT-----	84
Figura nº 6 os 5 Setores Estratégicos -----	87
Figura nº 7 as três linhas ferroviárias estratégicas que atravessam angola -----	89
Figura nº 8 Constituintes da Política de Desenvolvimento da SADC-----	99

Lista de quadros**Pag**

1. Quadro nº 1 as Etapas de Integração Económica e suas características gerais ----14
2. Quadro nº 2 Indicadores Económico Seleccionados Para os Estados Membros da SADC em milhões de USD (2007- 2013) -----59
3. Quadros nº 3 as quartas categorias tarifárias: A, B, C e E-----64
4. Quadro nº4 Estrutura da Economia de Angola cenário ilustrativo de médio prazo, (2011 - 2019)-----74
5. Quadro nº5 Contribuições da Taxa de Crescimento Económico (VP 2007-2017) -75
6. Quadro nº 6 Indicadores Macroeconómicos de (2009-2017) -----77
7. Quadro nº 7 mostra os indicadores de taxa de crescimento do PIB e as contribuições para o crescimento Macroeconómica da SADC no período de (2007 a 2014) -----96

INTRODUÇÃO

A presente dissertação “Integração Económica de Angola na África Austral: oportunidades e desafios para as relações económicas com os parceiros SADC”, analisa uma série de assuntos prementes na atualidade do Estado Angolano, visto que é um país dotado com enormes recursos naturais, entre os quais se destacam o petróleo e os diamantes que, por si só, são responsáveis por mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por mais de 90% das suas exportações. Por outro lado, Angola esteve sempre à frente do grupo dos países que se solidarizou com os povos oprimidos da Região Austral e que na década de 1980 contribuiu para que os denominados “Estados da Linha de Frente” formassem a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), numa tentativa de coordenar esforços para desenvolver a região, procurando soluções para as questões básicas de infraestrutura e dinamização da economia sem a interferência do regime de apartheid vigente na África do Sul.

Posteriormente, a partir da conferência de Lusaca os países pertencentes à SADCC, promoveram a instituição com a finalidade de garantir a manutenção de paz ao nível regional e da dependência económica da África do Sul. Assim, foi notório um grande envolvimento por parte dos líderes da África Austral em encontrar um caminho seguro para se afirmar na arena africana e mundial. Um marco histórico aconteceu depois em 1992 com a mudança da SADCC para SADC pelo Tratado de Windhoek (Namíbia), sendo esta constituída com objetivos mais vinculados no plano económico e virada para as políticas sociais e culturais. As metas desta organização de que Angola faz parte, estão bem definidas no *Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional* (RISPD), que lança um calendário com o objetivo de alcançar uma união monetária na região até ao ano de 2018.

Contextualização do Estudo

O presente estudo procura, portanto, enfatizar a forma como Angola se pode integrar economicamente no espaço regional Austral de África e, simultaneamente, promover as suas potencialidades ao nível económico. Para o efeito procurámos avaliar em que medida a crescente integração económica de Angola na SADC, apoiada nos seus diversos recursos naturais e rendimentos disponível, potencia o desenvolvimento das ligações aos países vizinhos deste bloco regional, alicerçada na vontade política em incrementar as capacidades de crescimentos económico do país. A escolha do tema deveu-se a duas ordens de motivações: por um lado, trata-se de um tema bastante atual e alvo de constante debate na agenda política

nacional e internacional, o que justifica em parte o acrescido interesse sobre o tema e escolha desta abordagem; por outro, o trabalho surge da necessidade de preencher uma lacuna até o momento a existência de pouquíssimos estudos e bibliografias sobre a natureza da integração de Angola na SADC, o que constitui um fator de preocupação.

Deste modo, o objetivo foi fazer um estudo que fosse além dos aspetos económicos ao nível da região Austral de África. Naturalmente que foram impostas algumas limitações de ordem metodológica ao desenvolvimento do trabalho e tivemos que tomar opções condicionadas pelas fontes de informação usadas. Assim, entre as metodologias mais utilizadas para medir os efeitos económicos de alterações no quadro institucional que regula as relações entre países podemos destacar a estatística descritiva, a qual foi usada para analisar os desafios e oportunidades de Angola no seu processo de integração económica no agrupamento regional da SADC. De forma complementar, entre as fontes utilizadas se destacam as bibliografias relacionada com os vários temas e subtemas em que o trabalho se desdobra, assim como, Livros, Revistas, Relatórios, Jornais, internet, entre outros itens. Adicionalmente, em alguns casos, foram utilizados dados do FMI, Banco Mundial entre outros. Pretende-se igualmente uma interpretação dos dados históricos, tendo em conta um contexto económico sempre presente.

Questão de Partida

- Tendo em conta os desafios e as oportunidades económicas de Angola decorrentes do estabelecimento de relações comerciais e de investimento com os seus parceiros da SADC, decidimos elaborar sobre o papel que Angola poderá desempenhar no espaço regional da SADC.

Hipótese do problema a investigar:

- Assim, face a tal problemática entendemos ser pertinente procurar responder à seguinte questão: Será que o contributo do setor petrolífero, por si só, é suficientemente sustentável para o processo de Integração Económica de Angola na SADC?

Em termos estruturais, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos e naturalmente uma introdução, conclusão e respetivas referências bibliográficas: no primeiro capítulo apresenta-se uma exposição sistemática e concisa sobre a teoria da integração económica,

dando particular atenção às suas características, conceitos, bem como à divisão das diferentes fases do seu progressivo processo e ainda dar-se-á continuidade com as vantagens e desvantagens da integração económica. Finalmente dar-se-á sobre o processo de integração económica mundial.

No segundo capítulo analisar-se-á a especificidade histórica de África em termos de integração económica. Aqui, destacamos a importância do movimento pan-africanista e a contribuição dos descendentes africanos nas suas diásporas para a consolidação deste movimento. Ainda identificar-se-á, os aspetos relevantes sobre a implicações da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Por fim, descrevem-se as maiores dificuldades encontradas no processo de integração.

No terceiro capítulo abordou as linhas de orientação do processo de integração no espaço regional da Africa Austral SADC. Começando pela avaliação da forma conturbada como nasce a SADCC, ou seja, as determinantes circunstâncias históricas que levaram a Conferência de coordenação dos países da Africa Austral a transformar-se para SADC. Para complementar a síntese apresentamos uma visão geral do enquadramento económico da SADC. De seguida, procede-se à análise do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que constitui a base Estratégica para o Futuro da SADC. Por fim, referem-se as maiores dificuldades que se colocam à região da SADC, bem como algumas perspetivas sobre o seu futuro.

No quarto capítulo, focaliza-se na integração económica de Angola na África Austral equacionando as oportunidades e desafios para as relações económicas decorrentes desta parceria. A abordagem é feita na base de uma apresentação e discussão das múltiplas condições e para uma estratégia de desenvolvimento para a economia angolana ancorada no reforço da integração regional. Em termos metodológicos, usamos o referencial da análise SWOT a partir da Base do Painel sobre Estratégia de Integração Económica angolana na SADC. Posteriormente, daremos sequência ao trabalho com o esboço dos principais Desafios e Oportunidades de Angola para sua Inserção na SADC. Nesta análise destacam-se os setores do petróleo, transportes, energia, água e agricultura. Finalmente, concluiremos com a avaliação da contribuição de Angola à SADC e a sua adesão à Zona de Comércio Livre da África Austral.

CAPITULO I: A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA: DO QUADRO TEORICO ÀS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

O objetivo deste capítulo é procurar entender de forma mais aprofundada o quadro teórico e os desenvolvimentos de experiências sobre as teorias de integração económica. Deste modo, iniciaremos pela abordagem ao conceito de integração económica apresentado por alguns autores. O ponto de partida serão as noções básicas iniciais dos autores clássicos com destaque para Bela Balassa, autor de referência na evolução da teoria da integração económica, focando-se nas diferentes experiências da integração económica e respetivas vantagens e desvantagens, prosseguiremos com a apresentação de posições que se afastam daquele referencial. Na parte final do capítulo focaremos a atenção na discussão sobre multilateralismo versus regionalismo.

1.1 Evolução do Conceito de Integração Económica

Na linguagem corrente o termo integração corresponde a junção das diversas partes no todo. Pois, do ponto de vista económico a expressão é feita em múltiplas acepções, cujo conteúdo importa precisar. Passa-se em revista alguns conceitos de diferentes autores e pelos seus formuladores, em que se acentua um ou outro elemento que na ótica parece mais relevantes¹. Esta acepção de integração económica revela a metodologia de um processo que caminha por vias normativas e regulamentares removendo os obstáculos existente na “integração”.

Neste ponto, pretendemos integrar os aspetos interpretativos do processo de integração e dar-se maior atenção aos contributos de Viner e de Balassa, autores que se destacaram no aparecimento da teoria de integração económica de forma a compreender melhor a sua terminologia.

Dado o contexto histórico podemos verificar que a integração económica começou a afirmar-se após a Segunda Guerra Mundial passando assim a constituir-se como um ramo autónomo da economia mundial (Pinto, 2004:7). Ao logo deste percurso foi-se reconhecendo o insucesso do isolacionismo quer no plano económico quer no plano político. Neste caso, houve a necessidade de se criar um projeto que era entendido por seus formuladores como instrumento político para

¹ Ver Medeiros (2008:28)

a construção de estratégias regionais de desenvolvimento económico e de construção das suas vantagens comerciais².

No entanto, a criação de comércio em decorrência de reduções tarifárias foi o principal objetivo da integração e esta era vista como uma forma de ampliar a escala de produção para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que não era passível de ser implementada no espaço económico de cada país isoladamente. Entretanto, somente depois dos anos de 1950 é que o termo de integração económica ganhou espaço ao nível mundial³.

Assim sendo, segundo o conceito definido por Balassa (1961:12), a integração económica varia de acordo com o enfoque acentuado pela forma de integração como processo e como situação. O conceito como um processo “implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre as unidades económicas de diferentes Estados”. Como situação “a integração económica, corresponde a ausências de várias formas de discriminação entre as economias nacionais”.

Para Heberler (1964) o conceito de integração verifica-se através das relações estreitas entre certas áreas. Há aqui um partilhar de conteúdos muito amplo do modelo clássico do tipo mercado de concorrência perfeita.

Por outro lado, Myrdal (1967:573) apresentou umas outras conceções diferentes de Balassa. Refere que a integração económica como um processo socioeconómico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes nas atividades económica não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional”. Nesse sentido, as integrações nacionais e internacionais andam juntas.

Nessa ordem de ideias afirma este estudioso que os movimentos para a integração internacional deverão ser conduzidos em termos positivos de alargamento da comunidade dos interesses e das aspirações e não em termos negativos de ruturas das linhas de defesa da integração

² Neste ponto, entende-se que, a ideia principal era que a Economia Mundial, caminhasse com determinação para a criação de condições que levassem ao comércio mais livre, através de instituições internacionais que promovessem, não apenas a abolição de barreiras, mas também o maior equilíbrio entre os países que pertenciam a um determinado agrupamento regional.

³ Sob este assunto ver por exemplo Pinto (2004:7)

nacional⁴. Na verdade, os dirigistas deixam bem claro que a integração internacional não pode ser obtida a expensas da integração nacional (Myrdal 1967:573).

Por esta razão, Robson (1985:11) apresenta assim, uma síntese mais clara que tem a ver com os dias de hoje. Segundo o autor o conceito geral de integração económica está basicamente ligado à eficiência do uso dos recursos, com particular referência aos aspetos espacial. Tendo incluindo como conteúdo a liberdade de circulação de bens de fatores de produção e a ausência de discriminação. No enfoque clássico a integração significa a abolição de entraves em movimentos de mercadorias pessoas e capitais alargando a oferta e procura.

Jan Tinbergen (1968), em sua obra “Integração Económica Internacional”, apresenta uma distinção entre os efeitos de integração negativa e positiva. Assim o autor expressa que para designar aqueles aspetos da integração que envolvem a remoção das discriminações e das restrições à circulação, tal como sucede no processo de liberalização do comércio. De facto, está pô-la em contraste com a integração positiva, a qual se liga à modificação dos instrumentos e das instituições e à criação de outros, com finalidade de permitir que o mercado funcione com eficácia e também para promover outros objetivos mais vastos na união⁵.

Neste contexto, Robson (1985:12), distinguiu os seguintes âmbitos de integração económica:

- (a) Integração nacional, que se refere à integração de regiões dentro das fronteiras de um Estado nacional;
- (b) Integração económica internacional, que se refere à integração de diversas nações num bloco regional;
- (c) Integração mundial, que se trata de um fenómeno mais a uma escala global. Isto é a integração económica universal, se relaciona à integração de todos os países num único bloco económico. Ou seja, refere-se à eliminação de todas as barreiras e discriminações às trocas internacionais (Silva e Rego 1985:11).

Em suma, neste subcapítulo analisámos o conceito de integração económica. Numa primeira instância fez-se um breve comentário de conceitos elaborados por vários autores com real

⁴ Sob este assunto ver Myrdal (1967:32)

⁵Na verdade, os dois métodos não são se excluem mas complementam-se na construção de um espaço integrado

destaque para Balassa autor que se destacou no processo das teorias de integração económicas com as suas Obra notável e que mais tarde passou a ser inspirado por outros autores.

1.2 Os Fundamentos da Teoria da Integração Económica Internacional

Tal como vimos anteriormente o conceito de integração económica internacional passou a ser utilizado somente depois da segunda guerra mundial. Neste sentido, a integração económica passou-se a adquirir maior precisão significando o processo voluntário de crescente interdependência de economias mundiais. Não obstante, existem varias respostas para a explicação de fenómenos integracionistas, que podem ser: económicas, políticas, religiosas, bélicas assim como de segurança e defesa. Mas, a principal abordagem que os economistas se basearam para explicar a integração regional, surgiram no novo institucionalismo e na nova economia política, dependendo do contexto e das circunstâncias mas em todas elas existe um fator comum: “a cooperação” (Gilpin 2001).

De acordo com o autor acima citado, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais incluindo as regionais, são estabelecidas para vencer as falhas no mercado resolvendo todos os problemas de coordenação e eliminar obstáculos à cooperação económica.

Assim, durante o período da década de 50 surgiu Jacob Viner, considerado como o pioneiro da teoria da integração económica com o seu trabalho sobre as “Uniãoes Aduaneiras”⁶. De acordo com Robson (1985:16), aquele trabalho não evidenciou no entanto, o contributo de outros autores na mesma área como De Beers (1941) e Byé (1950). Dado que antes de Viner, apenas se considerava os efeitos da integração económica sobre a produção, assumem grande importância as extensões feitas por outros autores - Meade (1955), Gehrels (1956) e Lipsey (1960 e 1970), que consideraram também os efeitos da integração económica sobre o consumo.

⁶ Sob este assunto vimos que, o primeiro contributo para a análise sistemática da integração económica Internacional é atribuído a Jacob Viner com o seu trabalho de 1950 sobre as uniões aduaneiras como apenas um passo na direção do comércio livre.

Como ilustra Ferreira (1997:15), análise estática é uma análise fotográfica para a realidade no momento posterior à integração. Pressupõe que a economia está a trabalhar na fronteira das suas possibilidades de produção pelo que as modificações operadas não alteram o volume total da economia globalmente considerada, apenas modificam as combinações produtivas existentes. Desta lógica, os efeitos estudados consistem em variações nos fluxos das trocas internacionais que produzem uma modificação do padrão de especialização da produção, influenciando a sua eficácia e uma modificação do nível dos preços influenciando também no padrão de consumo nas economias participantes. Os “efeitos estáticos” são dois tipos a saber: sobre a produção e sobre o consumo.

Os efeitos sobre a produção são resultantes de uma união aduaneira que podem ser calculados pela diferença entre o volume de comércio de custos unitários, o volume de comércio desviado pelas diferenças de custos por unitário (Balassa, 1961:47). Consequentemente se as diferenças de custos unitários forem consideravelmente maiores para os bens cujo comércio aumentou do que para os bens em cujo comércio se verificaram desvios, uma união aduaneira pode ter um efeito benéfico na eficiência mundial, mesmo que o desvio de comércio medido pelas variações do volume deste seja superior ao aumento de comércio⁷.

Por outro lado, observa-se que a teoria de Viner, se relacionava com a análise da “uniões aduaneiras,” tal facto se refere aos custos e benefícios da integração económica, tendo por base à avaliação da substituição do regime de autarquia pelo acesso preferencial e recíproco a determinado mercado bem como dos seus impactos sobre a alocação doméstica de recursos e sobre os fluxos de comércio entre países associados e não associados (Machado, 2000:48). Nesta perspetiva Viner, contrariava a tese que se consubstanciava no facto da eliminação dos direitos aduaneiros no espaço integrado aumentar o bem-estar económico. A discriminação poderia conduzir os efeitos de criação de comércio e de desvio de comércio que alteram a produção o consumo a balança de pagamentos e a taxa de crescimento económico (Medeiros 2008:42).

De acordo com Pinto (2004:7), a teoria estática das uniões aduaneiras baseava-se nos modelos clássicos de comércio internacional baseados no conceito “vantagens comparativas” de Adam Smith (1776) e Ricardo (1817), se o livre comércio gera melhor alocação global de recursos em comparação com os regimes comerciais autárquicos, a formação de áreas de livre comércio ou

⁷ Idem

uniões aduaneiras constitui um movimento em direção ao livre comércio e isto é que um aumento do bem-estar mesmo que este efeito não seja comparável ao obtido caso vigorassem as condições ideais livre comércio. Levando assim, que os acordos de integração regionais fossem benéficos tanto para países membros assim como para países não membros⁸. E que tais acordos produziam muitas das consequências da liberalização global do comércio. A integração regional proporciona o aumento nas trocas comerciais e no bem-estar mundial⁹.

Nota-se também que os consumidores de qualquer produto em que o país tem a tarifa mais baixa não estão sujeitos a qualquer perda ao contrário do que acontece com os abrangidos por uma união aduaneira os quais estão sujeitos ao preço que resulta da aplicação de uma tarifa externa comum¹⁰. “Assim, a teoria das uniões aduaneiras pode considerar-se como um ramo da teoria das tarifas. Enquanto, a teoria das tarifas baseia-se no facto dos direitos aduaneiros a serem impostos de uma forma não discriminatória (Machado 2000:9).

Desta forma, as expressões aumento de comércio e de desvio de comércio, abrangem apenas um aspetos dos efeitos sobre a produção e para sermos mais precisos, deveremos distinguir entre efeitos sobre a produção positivos e negativos. Os efeitos positivos sobre a produção podem definir-se como a diminuição dos custos, resultantes do desvio de compras das fontes de produção de custos mais altos para as de custos mais baixos. Balassa, (1961:47-48). Assim, os efeitos negativos sobre a produção por outro lado, refere-se ao aumento de custos que resulta do facto de determinadas mercadorias passarem a ser produzidas em países participantes em vez de o serem em países estrangeiros, em virtude de haver desvio de fontes de produção com custos mais baixos, para países estrangeiros para as fontes de produção com custos mais altos países participantes. Desse modo, o mundo beneficia ou perde conforme os efeitos positivos sobre a produção forem maiores ou menores do que os negativos¹¹.

De acordo com Silva e Rego (1985:35), a teoria dinâmica das uniões aduaneiras tem vindo a debruçar-se fundamentalmente, sobre os efeitos provenientes de possíveis economias de escala,

⁸ Aqui estão os efeitos de integração económica abordados por Viner em (1950).

⁹ Sob este assunto ver, Pinto (2004:7)

¹⁰ Ver Machado (2000:9)

¹¹ Idem

alterações de eficiência e alterações na taxa de crescimento. Contudo a formação de uma união aduaneira, devido ao alargamento de mercado que proporciona, pode desencadear outros efeitos no bem-estar dos países nelas intervenientes, que não podem ser abordados pela teoria estática, devido aos pressupostos restritivos em que assenta. Tais efeitos, apesar de intimamente interligados, são tradicionalmente dissociados, para facilidade de exposição, em três grupos; efeitos proveniente de um aumento de concorrência; efeitos decorrentes do aproveitamento de possíveis economias de escala; efeitos provenientes de alterações no nível e natureza do investimento¹².

Por outro lado, Prado (1997:277) argumenta que a relação entre o processo de integração e a afetação intersectorial de recursos na nova teoria de comércio internacional amplia os resultados analíticos da teoria convencional. Assim, o efeito da criação de comércio implicaria exclusivamente a especialização sectorial da produção segundo a dotação de fatores existentes em cada país gerando o desaparecimento de certas indústrias e a transferência de capital e emprego para outras. Logicamente, entende-se que Viner criou as bases da “Teoria da Integração Económica”, a partir da teoria pura do comércio internacional¹³.

Não obstante, o desejo da integração prende-se com a forma como ela contribui para o bem-estar e para isso, deve-se recorrer à economia do bem-estar. Assim, não haverá melhoria do bem-estar social sem que a melhora de um indivíduo reduzir o bem-estar de qualquer outro elemento do grupo. Eventualmente, as abordagens de Balassa (1961:25), sobre o bem-estar no caso da integração serão afetado por seguintes:

- (a) por uma variação na quantidade de bens produzida;
- (b) por alteração no grau de discriminação entre produtos fabricados internamente e no estrangeiro;
- (c) por uma redistribuição do rendimento entre os naturais de diversos países;
- (d) finalmente, “por uma redistribuição do rendimento dentro de cada país”.

¹² Ver Silva e Rego (1985:35)

¹³ Ver Prado (1997:277)

Nesta perspectiva verifica-se que, os dois primeiros fatores estão relacionados com a eficiência alocativa e os dois últimos com a equidade. No que se refere à eficiência alocativa pode-se dizer que a um aumento do bem-estar potencial decorrente da integração quando a quantidade de bens e serviços produzidos com uma dada quantidade de fatores (Fernandes 2007:31-32).

Por outro lado, Balassa (1961:18) refere que, justificam-se o interesse crescente pela integração económica nos países subdesenvolvidos por onde o crescimento económico vai evoluir como consideração primordial. Porém, os países que seguem os conselhos dos defensores da doutrina do crescimento equilibrado podem procurar a integração económica a fim de assegurar um mercado suficientemente vasto para o desenvolvimento paralelo de novas indústrias.

Enfim, aludimos ainda concluir que a seção acima mencionada abordou-se sob as teorias de integração económica. No entanto o artigo teve inicialmente a tratar-se sobre as diferentes teorias desenvolvidas por diversos autores que notabilizaram a partir dos meados do século XX. De uma forma a outra prestaram um grande contributo na evolução da teoria integracionista económica.

1.3 Formas de Integração Económica

O presente subcapítulo analisa-se sobre a questão de diferentes experiências de integração económica regionais. Assim o enfoque parte por explicar as 6 etapas que são faseadas por Balassa. E posteriormente explicaremos as diferentes razões que levam os Estados a integrarem-se economicamente e por fim, continuaremos por abordar as vantagens e desvantagens da integração.

Quando se inicia um processo de integração económica, esse processo pode ser mais ou menos completo originando a existência de diversas formas de integração económica. Assim, a integração económica constitui um processo sequencial faseado no tempo, onde Balassa (1961:12), distingue as seguintes formas de integração económica: zonas de comércio livre (ZCL), uniões aduaneiras (UA), mercados comuns (MC), uniões económicas (UE), uniões económicas e monetárias (UEM) e União Política (UP). Conforme veremos na secção seguintes:

O primeiro nível de integração é denominado “Zona de Comercio Livre” caracteriza-se pela abolição de direito aduaneiros e eliminação de restrições quantitativas entre os países participantes e mantendo cada país a sua política pautal própria em relação a países terceiros. Porém, a zona de comércio livre é a forma de integração económica que menos ajustamentos exige aos países participantes. A ZCL apenas inclui a liberdade de circulação de mercadorias e as exportações e as importações entre os Estados membros da ZCL não se sujeitam aos direitos aduaneiros ou outro tipo de restrições alfandegárias¹⁴.

O segundo nível de integração económica é denominado “União Aduaneira” todas as tarifas são eliminadas entre os Estados membros que adotam uma política comercial externa e comum para os não membros. Além disso o grupo age como um só organismo na negociação de todos os acordos comerciais com os não membros. Implica além das trocas comerciais no espaço da união sem restrições, uma obrigatoriedade por parte dos países participante de adaptar uma pauta exterior comum. Exigindo deste modo a uniformidade aos países membros na aplicação dos direitos aduaneiros em relação aos terceiros. Pois, uma união aduaneira existe entre dois ou mais países quando os estraves às trocas de mercadorias são eliminados, ao mesmo tempo que se estabelece uma Pauta Aduaneira Comum, face a terceiros países (Cardoso et. all 2010:42)

Por outras palavras, existe uma liberdade de circulação de mercadorias nas áreas integrada, sem as incidências de direitos aduaneiros e taxas de efeito equivalente, bem como sem restrições quantitativas de mercadorias, ao mesmo tempo que é instituída uma Política Comercial, Comum em relações a países membro¹⁵.

O terceiro nível de integração económica é conhecido como “Mercado Comum” caracteriza-se pela tarifa que podem ser eliminadas entre os estados membros. E assim, todas as barreiras aos movimentos de fatores entre os países- membros são eliminadas¹⁶. De facto atinge-se uma forma mais elevada de integração económica porque são abolidas não só as restrições comerciais mais também as restrições aos movimentos de mercadorias e fatores produtivos. Neste estágio, além da livre circulação das mercadorias e a criação da tarifa externa comum, associa-se a livre

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ver Appleyard, et. all. (2010:386)

mobilidade dos fatores de produção que ainda outras mobilidades¹⁷. Pois, o “Mercado Comum” é uma União Aduaneira com políticas comuns de regulamentação de produto e com liberdade de circulação de todos os três fatores de produção (terra, capital e trabalho) e de iniciativa¹⁸ (Balassa 1961:13).

O quarto nível de integração económica, é conhecido como “União Económica” e Monetária, traduz-se no grau mais avançado de integração económica, implicando em acumulação das anteriores formas para uma unificação das políticas monetárias orçamentais dos seus participantes. Entretanto, inclui ainda neste nível a adoção de uma moeda única e a criação de um banco central supranacional que tem poderes exclusivos sobre as políticas monetárias (Cardoso, et. all. 2010:44).

Como destaca Balassa (1961:13), a união económica distingue-se do mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas. A união económica é uma forma de integração que inclui todas as características de um mercado comum, mas também implica que a unificação de instituições económicas e coordenação de políticas económicas em todos os países membros.

O quinto nível de integração económica é conhecido como “integração económica total”, que desemboca-se na existência de um órgão central dominante com vista a elaborar e a aplicar as políticas ao todo integrado. Evidentemente que a lógica que aqui se faz em vez da harmonização segue-se o método da uniformização que consiste em anular o espaço de manobra Medeiro (2008:35).

Seguidamente teremos uma União Política, nesta situação os países passarão a ter políticas comuns nos mais variados domínios incluindo uma política externa de defesa comum¹⁹. Para tal, esta forma de etapa passa-se a adotar também uma política monetária, fiscal, social,

¹⁷ Pois, trata-se de uma forma de integração mais completa do que a verificada numa união aduaneira, sendo que continua a vigorar a PEC.

¹⁸ Portanto, em tese a circulação de Capital, trabalho, bens e serviços entre os membros deve ser tão livre como dentro do território de cada participante.

¹⁹ Ver Cardoso, et. all. (2010:44)

uniforme bem como se delega a uma autoridade supranacional poderes para elaborar e aplicar essas políticas. As decisões dessa autoridade devem ser acatadas por todos os estados membros²⁰.

Para compreender melhor a visualização, resumimos na figura seguintes que mostra assim as diferentes etapas de integração económica:

Quadro nº 1: Etapas de Integração Económica e suas características gerais

Etapas de Integração Económica	Livre circulação de bens	Pauta Aduaneira exterior Comum	Livre Circulação de pessoas, Serviços, capitais	Políticas económicas comuns	Políticas monetárias comuns e moeda única	Autoridades supranacionais
Zona de Comércio Livre	✓					
União Aduaneira	✓	✓				
Mercado Comum	✓	✓	✓			
União Económica	✓	✓	✓	✓		
União Económica e Monetária	✓	✓	✓	✓	✓	
União Económica Total	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Cardoso, et. all. (2010)

De facto, Costa (2010:310-311) reconhece que existem várias razões que levam os países a integrarem-se economicamente, dependendo dos objetivos que pretende alcançar da mesma forma, também, são vários os riscos e os benefícios que decorrem do processo de integração. Assim, as razões que levam os países a optarem por estratégia de integração económica, podem ser de ordem económica, políticas e de segurança. Conforme resumimos mais adiante:

Por outro lado, alguns dos motivos que levam os países a optarem pela integração económica são:

- Procura de mercados maiores, os quais serão mais fáceis de alcançar através de acordo regionais ou bilaterais;

²⁰ Idem

- Através da integração mais profunda das economias principalmente como o comércio, ambiente e as normas de trabalho que podem tornar-se numa área de acesso a mercado mais seguro e mais desenvolvidos;
- Entre os motivos políticos que conduzem os países a escolherem a integração económica verificaram os seguintes: Aumentar o poder de negociação nas negociações multilaterais; prevenir os erros em reformas políticas e económicas.

1.3.1 As Vantagens e Desvantagens da Integração Económica

O presente artigo trata-se em analisar as vantagens e desvantagens de integração económica. Pois o enfoque versa-se em avaliar as condições que faz um país integrar-se num espaço de um bloco economicamente com os objetivos de tira vantagem comparativa em relação aos seus vizinhos.

Por seu turno, Rocha (2010:85) argumenta que a integração económica perfilha do paradigma das vantagens do comércio internacional. Dito de outra maneira, a integração económica perfilha o paradigma do livre-cambismo, havendo, no entanto, que assegurar as medidas positivas de integração, uma difusão equilibrada dos benefícios e uma repartição justa dos sacrifícios. O que só pode ser garantido quando os níveis de desenvolvimento dos países são elevados e as estruturas económicas o mais possível homogéneas.

Consequentemente, dir-se-á que há vantagem de integração económica quando temos garantias de acessos aos mercados externos em condições melhores do que aquele multilateralismo pode proporcionar e em alguns casos, o resguardo face à proteção contingente ou até administrada. Ainda pode haver o aumento da escala na produção e os ganhos correspondentes serão o resultado provável de um melhor acesso aos mercados de outros países. Dir-se-á que também com a conclusão de ciclos de negociações comerciais multilaterais se obtêm novas facilidades de acesso aos mercados externos. Desta lógica, verifica-se que a segurança e a estabilidade com que os produtores de um país membro de um espaço de integração regional penetram nos mercados dos outros países membros poderão revelar-se, com alguma probabilidades, superiores à segurança e a estabilidade de acesso a mercados garantidas em negociações multilaterais (Cunha 2008:316).

Por seu turno Costa (2010:312), resume algumas vantagens da Integração Económica da seguinte forma:

- Maior eficiência na afetação dos recursos;
- Obtenção de economia de escala;
- Aumento da produção devido à eliminação de barreiras à circulação dos fatores de produção;
- Maiores possibilidades de atingir pleno emprego e reforço da capacidade de negócios;
- Criação ou desenvolvimento de atividades dificilmente compatíveis com as dimensões nacionais;
- Intensificação da concorrência e da competição;
- Atração de investimentos diretos estrangeiros;
- Maior desenvolvimento económico sociais;

O autor acima citado sugere também as desvantagens de integração económica são faseadas das seguintes modo:

- As disparidades de desenvolvimentos económicos e sociais entre os estados membros;
- As resistências dos Estados nacionais às regras da disciplina coletivas dos Estados;
- A formação da opinião pública²¹.

1.4 Âmbito Atual da Integração Económica no plano Mundial

Neste capítulo apresentam-se algumas das experiências empíricas de Integração Económica em termos mundiais. Assim, iniciaremos por descrever os aspetos atuais do regionalismo ao nível da Europa, que é o maior exemplo de integração económica mundial. E seguidamente, daremos a continuidade com o processo de regionalismo na América do Norte e da América do sul. Enfim, abordaremos a questão que tem a ver com o regionalismo no continente Asiático, onde se prevê o maior crescimento económico.

²¹ Idem

De acordo com Pinto (2004:42), os agrupamentos formados no período entre as duas guerras caracterizaram-se pelo seu elevado grau de preferência na medida em que foram criados com a finalidade de consolidar impérios caso das uniões aduaneiras francesas formadas com os membros do seu império em 1928 e da *Commonwealth*, da Grã-Bretanha em 1932 foram estabelecidos entre Estados poderosos no caso da Hungria, Roménia, Jugoslávia e Bulgária que negociaram tarifas preferenciais com outros países para produtos agrícolas. No tocante às relações de preferência de tipo colonial levadas a cabo principalmente pela Grã-Bretanha e pela França, eram caracterizadas essencialmente pela troca de produtos agrícolas e matérias-primas importadas das ex-colónias por produtos manufaturados de maior valor acrescentado exportados pelos países ex-colonizadores.

Como poderemos ver o grau de preferência crescente do comércio entre os impérios coloniais e os seus territórios ultramarinos permite concluir que as antigas colónias tiveram reduzido volume de trocas com o resto do mundo. O caso do Reino Unido é o mais significativo é que nos anos de 1929 e 1938, houve um aumento de importações na qual todos os produtos foram para suas colónias. No caso da França, o comércio nesta época era feito apenas através das suas colónias e verificou-se um grande aumento significativo a partir de 1929 a 1938 em que as importações cresceram consideravelmente²². E neste caso, houve também um crescimento significativo das exportações.

Enquanto, o comércio entre a Bélgica e a sua colónia africana, o então Congo Belga, agora República Democrática do Congo (RDC), foi menos representativo. O mesmo facto aconteceu com Portugal que durante o período de 1929 a 1938 que teve um índice muito baixo de crescimento das suas exportações. Ainda que, a língua e outras afinidades tenham desempenhado um papel relevante nas suas relações comerciais, mas o fator distância e os inerentes custos de transporte mais caros foi impeditivo (Pinto 2004:45).

De facto, Costa (2010:314) afirma que em 1944 deram-se os primeiros passos para a criação de um Mercado Único Europeu, através da realização de um acordo de cooperação entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo. Esse acordo tinha como finalidade a abolição de barreiras aduaneiras e a livre circulação de pessoas, bens e serviços entre os três países. Era o nascimento de Benelux. Após o final da segunda guerra mundial em 1945, a Europa encontrava-se num elevado grau de destruição. As capacidades produtivas e as infraestruturas estavam destruídas,

²² Ver Pinto (2004:45)

verificando-se uma grande carência de matéria-prima e de capital para investir. Perante esta situação, os Estados Unidos da América propuseram um programa de ajuda à reconstrução europeia através de atribuição de capitais a taxa de juro baixas e de todo tipo de bens necessários à reconstrução europeia. Esta ajuda ficou conhecida como Plano Marshall.

Entretanto, a necessidade de entendimento entre os países na administração e a coordenação dos capitais recebidos pela Europa através do Plano Marshall fez surgir, a Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE), a qual era constituída por 17 países europeus²³.

Desta forma, em 1951 foi assinado o Tratado de Paris, pelos seguintes países: Bélgica, Alemanha Ocidental, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. Esse Tratado estabeleceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, para a coordenação da produção, distribuição e outros assuntos referentes a esses dois setores da indústria nestes países, que então avançaram muito mais na cooperação assinando dois Tratados de Roma em (1957), um Tratado que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia, (CEE) e outro formou a Comissão de Energia Atómica Europeia (Euratom) para pesquisa, cooperação e gestão conjunta nesse campo (Appleyard, et.all. 2010:396). Através do artigo 52º do Tratado inicial interditaram-se as restrições à liberdade do estabelecimento da competência de um Estado membro sobre o território de um outro Estado membro e assim, os dois tratados entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1958 e com Tratado de Paris anterior, tornaram-se possível a a constituição da Comunidade Económica Europeia (Medeiros, 2008:98-9).

Nesta vertente, observa-se que o acordo que instituiu este dois Tratados, estatuiu a livre circulação de pessoas e de trabalho no espaço de integrado. Desde que o Tratado de Roma entrou em vigor em 1958 o núcleo original dos seis países participantes foi acrescido do Reino Unido da Dinamarca e da Irlanda e Grécia em 1982²⁴.

No seguimento do processo de alargamento para a integração económica da União Europeia aparece assim, a oportunidade de reaproximação de alguns países do sul da Europa recém-saído de um ditatorial entre os anos de 1974 a 1975. Neste caso os países do sul da Europa apresentaram o seu pedido de adesão em 1979 a Comunidade Europeia. Porém, Portugal após a perda das suas colónias africanas por razões de uma política externa dirigida persistentemente

²³ Idem

²⁴ Ver Medeiro, (2008:99)

para a vertente atlântica, obrigou a ratificar a sua estratégia para o desenvolvimento da sociedade Portuguesa e passou a analisar melhor o seu posicionamento na sua política externa Cardoso et. all. (2010:51-52).

De acordo com Ferreira (2014:109), foi neste contexto em que foi constituído o primeiro Governo constitucional, logo em Julho de 1976, no programa apresentado à Assembleia da República Portuguesa, promovendo assim, a chamada “opção Europeia”, que se consubstanciou no pedido de adesão plena de Portugal ao Tratado de Roma em Março de 1977. Desse modo observou-se que enquanto Portugal discutia laboriosamente em Bruxelas os termos de Tratado de adesão com os seus períodos de transição, as suas exceções e derrogações sectoriais, surge paralelamente a elaboração do Ato Único entre 1984 e 1985, que acelerasse as metas e calendários para o Mercado Interno, consolida-se assim, a cooperação política entre Estados, reduzindo assim o âmbito dos tratados de adesão de Portugal e de Espanha, dois Países Ibéricos na Comunidade Europeia, com as suas entradas em vigor no mesmo ano em 1 de Janeiro de 1986.

A partir deste contexto, os membros da Comunidade Europeia foram recetivos a esse assunto para completar a eliminação das barreiras internas nas suas economias em Fevereiro de 1986. O conselho de Ministros adotou a Lei Europeia Única com objetivos de implementar as várias recomendações. A data estabelecida para a eliminação de todas as restrições ao mercado interno foi em 31 de Dezembro de 1992 (Appleyard et. all. 2010:399).

Todavia, depois das alterações no cenário político-institucional verificadas nos países da Europa central e Oriental a partir de 1989 dá-se o início de uma nova era a nível da Europa que culminou com o fim da queda do muro de Berlim e conseqüentemente, trouxe mudanças no Mapa geográfico da Europa Comunitária. Assim aderiu a Suécia, Áustria, e da Finlândia em 1994 (Cardoso, et. all. 2010:51).

Medeiros (2013:114), depois dos anos de 1990 vai-se aprofundar a integração económica na Europa, desmantelando-se os obstáculos físicos, técnicos e fiscais com a implementação do mercado único, onde se aproveitou a ocasião para alterar a designação no Tratado de Maastricht em 1993 para União Europeia (UE). Que o Tratado de Maastricht, deu um passo muito importante no processo de integração Europeia foi fazer os ajustes necessários para se movimentar em direção a união monetária total em 1 de Janeiro de 1999. Uma sequência de critérios macroeconómicos envolvendo assuntos como índice máximo de dívida pública sobre o PIB e a taxas de inflação, de câmbio e de juro toleráveis foi estabelecida para que as nações

se habitassem a participar. Em Maio de 1998, o Conselho Europeu confirmou que 11 nações tinham preenchido os critérios necessários para dotar o Euro em 1 de Janeiro de 1999, que foi também a data em que as taxas de câmbios das moedas participantes foram fixadas (Appleyard, et.all. 2010:400).

Neste período a UE criou um novo grupo de acordos comerciais preferenciais com os países da Europa Central e Oriental que se integraram mais tarde²⁵. De facto nota-se que com a adesão deste 10 novos membros por força de harmonização de uma legislação necessária ao estabelecimento das liberdades de circulação já previstas no Tratado do Porto assinado em Junho de 1992, tornaria uma possível inserção no processo de integração de um Mercado único, e na própria União Económica e Monetária instituída em Janeiro de 1999 (Cardoso, Ramos, Leite, Cardoso, Maior, 2010:51-52). Porém, em 2 de Outubro de 1997 foi assinado o Tratado de Amesterdão que entrou em vigou a 1 de Novembro de 1991 e que representou diversas etapas que tinham por objetivos a constituição de uma União Económica e Monetária (UEM). Neste sentido, foi criado o Pacto de Estabilidade e de Crescimento. Esta decisão culminou com a criação de moeda única dentro da região.

Desse modo, no primeiro dia de Janeiro de 2000, a Grécia foi incluída na CE, quando a nova notas e moedas em euro foram introduzidas como moeda comum europeia. E assim os membros participantes eram Bélgica, Finlândia, Alemanha, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, França, Irlanda, Dinamarca, Suécia, Luxemburgo, Holanda, Áustria e Reino Unido (Appleyard et, all. 2010:400).

Não obstante, em 2004, com o alargamento previsto na agenda do documento produzido pela Comissão Europeia, instituíam-se as garantias de democracia primado, pelo respeito dos direitos humanos e minorias, existências de uma economia de mercado com capacidade concorrenciais, que consistia em criar condições futuras para participar na União Económica Monetária (UEM). Assim, os Tratados de adesão foram aceites pelo Parlamento Europeu, o bloco foi crescendo tendo aumentado mais de 10 Estados Membros já acima mencionados que integraram a UE em Maio de 2004, ao mesmo tempo juntou-se a República de Chipre e Malta.

²⁵ Como ilustra aqui os seguintes países; Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituana, Polónia, República Checa, República Eslovaca, Malta e Chipre. Com o objetivo de preparar os caminhos para a adesão dos 10 novos países recém-saídos da órbita de comunista.

Tratou-se assim, do mais significativo alargamento da União Europeia, que veio a implicar um aumento para 25 Estados membros²⁶.

De acordo com Appleyard et, all. (2010:400), os novos membros foram beneficiários líquidos dos fundos de ajuste estrutural da União Europeia e dos subsídios da Política Comum de Agricultura. As rendas de menores per capita dos países que aderiram poderiam torna-los elegíveis ao nível mais alto de subsídios e isso foi bastante controverso porque podiam resultar em redistribuições substanciais de subsídios retirados dos atuais membros. Logicamente o custo do negócio para os estados atuais da União Europeia entre 2004 e 2006 gira em torno de 40,8 milhões de euros, 15 bilhões dos quais servem como contribuições de orçamento dos novos membros. As resistências a ampliação da UE foram anunciadas em alguns dos países membros atuais²⁷. Em 2006 o foco do debate tem sido há tempos centrado no facto de que a organização deveria se tornar mais profunda por meio de integração mais estreita dos seus membros existentes ou se deveria se tornar “mais ampla”, aceitando novos membros, em 1 de Janeiro de 2007, ampliação continuava com a Bulgária e a Roménia em 2007, tornou-se como o 26º e o 27º membros da UE. No mesmo dia Eslovénia tornou-se a primeira nação da Europa Central e Oriental a habilitar-se como participante do euro. A adesão desses novos membros criou uma nova ideia sem precedentes em direção ao leste e transformaria a UE em uma instituição totalmente diferente. Sendo assim, atualmente a UE é constituída por 28 Estados-Membros depois da adesão da Croácia (Cardoso et. all. 2010:52-53).

Segundo Prado (1997:279), o regionalismo na região da América do sul desenvolveu-se a partir de 1957, quando foi assinado a Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o documento formal da CEPAL de 1959, tem como objectivo fixar um conjunto de normas para o estabelecimento efetivo de um mercado comum latino-americano. E posteriormente, foi criado em Dezembro de 1960 Associação Latino-Americana de Livre Comércio, (ALALC) formalizada pelo Tratado de Montevideú, assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru e posteriormente pela Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, cujo principal objetivo se traduziu em procurar alcançar parceria económica entre os seus 10 países membros (Medeiro 2008 109:110). Ao contrário da ideia de Pinto (2004:95), infelizmente a ALALC não chegou a se tornar como mercado comum porque foi substituída por outros acordo de integração

²⁶ Ver Cardoso, et. all. (2010:52-53) que dará uma explicação mais aprofundada sob a questão de União Europeia

²⁷ Idem

económica que surgiu anos depois. De facto, ALACL teve como o principal objetivo a eliminação gradual das barreiras ao comércio e a progressiva redução nas tarifas que afetavam os fluxos inter-regionais de comércio. A ALACL acabaria por ser utilizada para justificar a manutenção de elevadas barreiras ao comércio externo apesar das reduções de direitos alcançados nas rondas Kennedy e Tóquio realizadas em 1964-1967 e 1973-1979 respetivamente.

Neste sentido Braga (2001:2) afirma que as diversas tentativas de integração têm sido observadas ao longo das últimas décadas cuja influência da Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é marcante. Entretanto, o destaque dado à CEPAL pela sua contribuição teórica à integração económica regional é bastante tímido na literatura económica internacional. Em geral, o "pensamento económico da CEPAL" é relacionado com o processo de substituição de importações e aos fenómenos da deterioração dos termos de troca e da inflação estrutural.

Por isso se considera que os acordos firmados entre Argentina e Brasil consistiram exclusivamente em proporcionar mercados de maior dimensão e economia de escala para produção de bens industriais por parte dos países menos desenvolvidos através da implementação de políticas de substituição de importações. Porém, em 1968 foram criados a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA) e o Mercado Comum do Caribe Oriental (MCCO), que posteriormente seria transformado na Comunidade do Caribe (CARICOM). Finalmente, foi ratificado em 1960 o Pacto Andino em Montevideu criando a ALALC, que engloba países como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela²⁸. Assim, as negociações entre Brasil e Argentina tiveram início com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Económica (PICE), instituído pela Ata para Integração Argentino-Brasileiro, assinada em Buenos Aires em Julho de 1986. Este foi seguido em 1988 pelo Tratado de Integração e Cooperação e Desenvolvimento e pelo Acordo de Complementação Económica (ACE) nº 14, assinados pelos dois países no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALADI) em Dezembro de 1990²⁹.

²⁸ Ver Prado (1997:280)

²⁹ Ver Prado, (1997:284)

De salientar que os objetivos dos ALADI assentavam nas estratégias de substituição de importações entre os 10 países membros³⁰. Mais, o grande exemplo de experiência mais bem-sucedida de integração regional é o mercado comum do Cone-Sul designado (MERCOSUL). Nesta região o processo de integração foi bastante dinâmico nos anos compreendidos entre 1991 e 1995, com a eliminação das barreiras tarifárias e um número crescente de empresas e organizaram as suas atividades numa base regional. Em Julho de 1990, Argentina e Brasil decidiram prosseguir com a experiência da integração económica com a assinatura da Ata de Buenos Aires que fixou em 31 de Dezembro de 1994 que seria assim a data para a formação de uma união aduaneira entre os dois países. Posteriormente, o Paraguai e o Uruguai juntaram-se às negociações levando à assinatura do Tratado de Assunção em 26 de Março de 1991³¹.

Nesta perspetiva, foi criado o Mercosul abrangendo países como Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, cujos objetivos são os seguintes:

- Em primeiro lugar criar um mercado comum com livre circulação de mercadorias, serviços e fatores produtivos;
- Em segundo lugar adaptar uma política comercial comum face a países terceiros;
- Em terceiro lugar coordenar posições conjuntas em fóruns internacionais;
- Em quarto lugar harmonizar as legislações nacionais Medeiros (2008:111).

No continente Americano, o primeiro acordo bilateral assinado em 1985 pelos EUA foi de pequena importância estratégica, sendo um tratado de livre comércio com Israel. A mudança na política comercial norte-americana tem como marco a assinatura do Tratado de Livre Comércio com o Canadá em 1988. O acordo consistiu na eliminação de todas as tarifas bilaterais entre os dois países, imediatamente ou em cinco ou em dez passos iguais (Appleyard et.all. 2010:407). O poder Executivo de Canada, do México e dos EUA, assinaram o Tratado Norte Americano de Comércio Livre (NAFTA). As negociações para a criação do Acordo de (NAFTA), com o início formalmente em Junho de 1991, um ano depois que George Bush e Carlos Salinas de Gortari declararam pela primeira vez o apoio a um amplo acordo dos Estados

³⁰ Nota-se que os 10 Estados membro são ilustrados das seguintes modos: (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai, e mais tarde vai-se juntar a Colômbia, Equador, Venezuela, e Bolívia.

³¹ Sob este assunto verifica-se que os governos de Brasil e da Argentina de Collor e de Meném e com o fracasso das administrações dos anteriores governos, Sarney e de Alfonsín levaram a uma mudança na orientação política dos dois países.

Unidos com o México e depois os dois presidentes concordaram em ampliar as conversações para incluir toda a América do Norte³². E assim foi constituída (NAFTA) em Agosto de 1992³³. O bloco económico cujos objetivos são de criar um mercado comum das América Central que engloba a República da Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Salvador, México³⁴. Mas ao contrário da UE e NAFTA permaneceu em ZCL, já que os três participantes se mostraram sempre céticos a criação de instituições supranacionais que pudessem interferir com a soberania nacional (Porto 2009:586).

No entanto, os Estados membro concordaram em criar uma área de livre-comércio com um PIB combinado comparativamente com 7,5 triliões e uma população de 372 milhões. Esse acordo entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1994 e estabeleceu o livre-comércio entre os EUA, Canada e o México, que são assim os parceiros comerciais. NAFTA, eliminou todas as tarifas entre os três países membros por um período de 15 anos ao mesmo tempo reduzir substancialmente as barreiras tarifárias Appleyard et, all. (2010:407).

No continente Asiático a integração económica foi marcada com maior significado pela constituição da Associação das Nações da Ásia do Sudoeste (ASEAN), criada aos 8 de Agosto de 1967 tendo os seus cinco membros iniciais apresentado um plano específico para derrubar as barreiras tarifárias e integrar as suas economias. Os membros fundadores, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. O seu propósito era alcançar a redução das tarifas a longo prazo e participar em esquemas de desenvolvimento regional (Medeiro 2008:297). Mais tarde juntaram-se países como o Sultanato do Brunei Durassalam, Vietname, Myanmar, Camboja, Laos, tendo se tornando 10 Estados membros³⁵. Neste sentido, na Ásia, os blocos são caracterizados pelas potencialidades dos mecanismos do mercado, podendo por isso ir mais longe com os mecanismos formais de integração. Trata-se de regiões com a economia forte e com um crescimento bastante relevante, com um grande incremento dos movimentos inter-

³² Ver Prado (1997:284).

³³ No entanto, NAFTA, forma assim um bloco pequeno com todas as instituições em funcionamento e com uma coesão assinalável.

³⁴ Mais pormenor analisar a síntese de Porto (2009:582), que dará mais informações sobre este assunto acima mencionados.

³⁵ Sob esta questão de bloco económico na Ásia ver Medeiro (2008:298-299) e Porto, (2009:586 - 587)

regionais não só do comércio como também de capitais³⁶. De salientar que ainda existe a Associação regional de Cooperação do Sul da Ásia (AAARC), englobando o Bangladesh, o Butão, a Índia, as Maldivas, Nepal, Paquistão e Srilanka que pretendem formar-se em bloco formal. De facto ainda observa-se que ao propósito da NAFTA que seria interessante analisar a este abordagem por estar ligado também a evolução do Fórum de Cooperação Económico da Ásia Pacífico (APEC), tendo ligado alguns países Asiáticos da Oceânia e da América³⁷.

O regionalismo em África surgiu, na década de 1950 do século XX, foi caracterizada pela recuperação das independências política de muitas colónias Francesas e Inglesas, foi de grande esperança para os povos africanos, ao admitir-se a possibilidade de controlar e tornar mais inclusivos os modelos e as estratégias de desenvolvimento nacional³⁸.

Enfim, anteriormente abordámos a integração económica em termos mundiais. Inicialmente fez-se uma análise histórica da integração económica ao nível da Europa, América do Norte e do Sul e pelo último ao nível da Ásia. Atualmente a integração económica é faseada em diferentes etapas que se desenvolvem num processo sequencial em todo o mundo. Os seus principais objetivos são fortalecer as relações comerciais com os países vizinhos. No entanto, concluímos que num capítulo seguinte, ou numa secção distinta sobre esta temática, trataremos do caso africano que tem muitas especificidades ao presente trabalho.

³⁶ Sob esta síntese ver Porto (2009:586)

³⁷ Sob este assunto, temos como exemplo; Na Ásia, Brunei, China, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, República da Formosa, Singapura, e Tailândia. E da América do norte; Estados Unidos da América, e do Canadá.

³⁸ Sob este assunto o capítulo seguinte dará melhor explicação.

CAPITULO II: A ESPECIFICIDADE HISTORICA DE ÁFRICA EM TERMOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

O objetivo deste capítulo é de construir um quadro referencial para às abordagens inerentes de integração económica em África, começando pela às questões da experiência de integração em África, partindo assim, da primeira e segunda vaga do regionalismo Africano, tendo como enfoque principal a criação da Organização da Unidade Africana, (OUA), e mais tarde União Africana (UA). e ainda o artigo versa a avaliar a implicações a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Isto é, uma descrição das instituições regionais existentes no continente com uma análise de seus problemas futuro e as suas especificidades de cada região. Finalmente trataremos ainda sobre a questão das maiores dificuldades encontradas no processo de integração africana.

2.1 Contextualidade Histórico Sobre as Diferentes Etapa do Processo de Integração Económica Africana

No continente africano foram feitas diferentes experiencias de integração económica regional. Assim, a primeira tentativa de integração económica africana ocorreu em 1910 quando foi fundada a “União Aduaneira” da África Austral (SACU), constituindo como a mais antiga União Aduaneira do Mundo. Engloba países como: (Botsuana, Lesotho, África do Sul, Suazilândia). Países que juntamente com a Namíbia formaram a zona do rand. Entretanto, o acordo que instituiu a União Aduaneira em 1910 reagrupou os varios protectorados Britânicos. Mais tarde o acordo foi alterado em 1969, participaram países que viriam a obter a independência em 1966 no caso de Botsuana, Lesotho, e a Suazilândia independente em 1969 Medeiro (2013:339).

Neste contexto, (Vasques 1997:1), a integração económica dos territórios africanos surgiu, a partir dos anos de 1940, como capítulo incontornável da política colonial europeia. Tratava-se então de proteger o trânsito comercial e financeiro entre as colónias africanas e as respectivas ex-metrópoles, bem como de assegurar a ligação entre umas e outras num contexto internacional em transformação rápida. Pois, a década de 50 do século XX foi caracterizada pela recuperação das independências política de muitas colónias Francesas e Inglesas, foi de grande esperança para os povos africanos, ao admitir-se a possibilidade de controlar e tornar

mais inclusivos os modelos e as estratégias de desenvolvimento nacional. Nesta época, foi proclamada uma forte ajuda financeira, pelas Nações Unidas sobretudo em nome do então ex-presidente Norte Americano John F. Kennedy, que a creditava que seriam suficientes 10 anos para tirar o continente do subdesenvolvimento a que tinha sido sujeito pelos diferentes colonialismos (Rocha 2010:224).

Para Ki-zerbo (1972), citado por Fernandes, et. all. (2006:24-5), o regionalismo na África evoluiu através da proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º Congresso do pan-africanismo realizando na Conferência de Manchester em 1945 na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial. Inicialmente tomou a feição de uma simples manifestação de solidariedade fraterna entre Africanos e gentes de ascendência africana como das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos da América.

Assim, a partir da conferência de Paris de 1919 Dubois³⁹, reclamava conforme os princípios proclamados pelo Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Woodrow Wilson, "o direito dos povos para disporem de si próprios". Procurando assegurar o direito dos negros na América e alterar o Estado de alienação cultural reinante na época (Van-duném 2006).

Por esta razão, foram organizados uma série de cinco Congressos do movimento do Pan-africanismo. Como por exemplos: conferência de Paris em (1919); congresso de Londres (1921) e novamente Londres (1923), em Nova Iorque (1925) e finalmente o congresso de Manchester em (1945); cujo criador foi Henry Sylvester Willian, lançou a ideia que consistia em primeiro plano em solidariedade fraterna entre africanos e povos de ascendência africana e depois, na promoção dos direitos dos povos da raça negra no Ocidente; e George Padmore sobrinho de Sylvester Willians responsável pela expansão do movimento em direção a África preconizava uma igualdade de direitos entre brancos e negros sem qualquer discriminação de raça origem social ou credo religioso⁴⁰. Partindo deste pressuposto verificou-se que a partir dos anos de

³⁹ Na verdade, Dubois foi o primeiro a transpor o pan-africanismo para uma dimensão trans-atlântica com contornos autonomistas.

⁴⁰ Vimos que os principais nomes que contribuíram no a parecimento do movimento do Pan - Africanismo são: Edward Blyden, que foi o primeiro líder a falar sob uma personalidade africana baseada na recuperação do

1945 a ideia de pan-africanismo passou a ser mais dominada pelos norte-americanos do que pelos africanos. Porém, este cenário só se alterou com a realização do 5º Congresso Pan-Africano de 1945 já mencionado antes⁴¹. Contudo, contra balançaram a influência dos negros norte-americanos reivindicando assim a independência nacional dos territórios africanos sob jugo colonial (Fernandes 2007:70).

Desta forma, o Congresso de Manchester aprovou um manifesto apresentado por George Padmore natural de Trinidad e Tobago que proclamava: “Resolvemos ser livres! Povo colonizado e subjugado do mundo uniu-vos!”. Foram sobre sua proteção que a tocha do pan-africanismo passou para os líderes africanos presentes no Congresso como movimento de reivindicação política⁴². Mas, a sua longa evolução apareceu como um movimento racial como um movimento cultural e como um movimento político ou sindical.

Nessas circunstâncias Van-dunem (2010), começaram a surgir as premissas principais que passavam pelo protesto contra a dominação política, jurídica, intelectual e moral da Europa. Efetivamente as reivindicações centravam-se na conquista da independência, direito ao desenvolvimento e ao não-alinhamento⁴³. Facto que veio a ser constado nas conclusões da conferência de “Bandung” de 1955, que consistia as seguintes ideias; (a) Respeito pelos direitos fundamentais do homem; (b) Respeito pela soberania e integridade territorial e todas as nações; (c) Reconhecimento de igualdade entre todas as raças e todas as nações grandes ou pequenas; (d) Não ingerência dos assuntos internos dos outros Estados; (e) Abstenção do recurso de mecanismo de defesa coletiva com vista servir os interesses particulares de nenhuma das grandes potências; (f) Abstenção por parte de todos os Estados de exercer pressão aos outros

orgulho da raça negra; e depois surgiu Willian Edward Burghardt Dubois, e o Jamaicano , Marcus Garvey, eram mais radicais e defendiam o retorno de todos os afro-americanos para o continente da sua origem

⁴¹ É de salientar que no 5º congresso de Manchester participaram líder Africanos como; Jomo Kenyatta, do Quênia; Peter Abrahams, da África do Sul; Hailé Sellasié, da Etiópia; Namdi Azikiwe, da Nigéria; Kwame Nkrumah, de Gana; Kenneth Kaunda, de Zâmbia; e Julius Nyerere, da Tanzânia

⁴² Idem

⁴³ Idem

Estados; (g) Regularização de todas as disputas por meios pacíficos. A partir dessa altura começaram a emergir os movimentos de independência, (Almeida 2009).

Assim, nos finais de 1950 foi criada a Comunidade Económica da África Oriental (CEAOR), agrupava países como por exemplos (Quênia, Uganda, Tanzânia). Contudo, o processo de integração económica deste bloco não apresentou dificuldades até aos finais de 1950. Na altura, o bloco de uma forma mais intensa, depois das independências políticas, os desequilíbrios comerciais e de investimentos a favor do Quênia se tornaram patentes, tendo esta situação levado o Uganda e a Tanzânia a levantarem obstáculos ao comércio intracomunitária, na forma de contingentes de importação sobre as mercadorias provenientes do outro parceiro económico (Rocha 2010:228).

De acordo com Morais (1998:21), nos finais dos anos de 1960, os países africanos engajaram-se seriamente em processos de integração económica os resultados não foram nada encorajadores. Mas alguns deles como é o caso da Comunidade para a África do Leste, extinguiram-se enquanto os outros continuaram como por exemplo; a Comunidade Económica para o Estados da África Ocidental (CEDEAO), que integram países como: Guiné-Bissau, Gâmbia, Cabo Verde, Gana, Guiné, Benim, Libéria, Nigéria, Serra Leoa e o Togo. E mais tarde, a Comunidade Económica da África do Oeste (CEAO), este bloco foi criada pelo Tratado de Lagos ao 30 de Junho de 1975, com a finalidade de se constituir um verdadeiro mercado comum entre: Burkina Faso, Costa do Marfim, Níger, Senegal, Mali, e a Mauritânia.

Em conformidade com a ideia anterior sugere que na África Ocidental, quando a criação da (CEDEAO)⁴⁴. Inaugurou-se o processo de descolonização da África negra, e que surgiu com os primeiros agrupamentos entre os novos Estados Africanos. E neste caso a região veio sofrer o colonialismo proveniente de quatro ex-metrópoles europeias, a saber; Inglaterra, França, Portugal e a Espanha. Porém, as duas primeiras são destacadas pela presença mais pertinente em número de colónias e de intensidades de exportação e sua expressão internacional. Por esta razão, estes países por terem uma experiência de poder político e económico poderão influenciar a região por muito mais tempo e a profundidade do que Portugal e a Espanha. Estas nações ainda não estavam sem quaisquer perspectivas de auto- sustentação; regimes de inspiração socialista assim uns estavam em regimes comprometidos com o Ocidente Pode dizer

⁴⁴ São os países que ilustram a esta região; Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Gambia, Conta de Marfim, Mali, Nigéria, Guine - Bissau, Níger, Serra Leoa, Mauritânia, Senegal, Libéria, Togo, Benim. Guiné Conacry.

mesmo que ainda até agora esta região sofrem por influências das suas ex-metrópoles⁴⁵ Vasques, (2007:2).

De acordo com, Fernandes (2007:75-6), assinala que na primeira e segunda conferências dos países independentes de África realizaram em Acra capital do Gana, a partir de 15 a 22 de Abril e de 6 a 13 de Dezembro de 1958, a conferência onde se idealizou uma federação multinacional dos Povos africanos com base na igualdade e nas solidariedades pan-africanista: contudo, surgiu o Congresso Constitutivo do Partido agrupamento africano (PRA), reunidos em Cotonou de 25 a 27 de Julho desse mesmo ano, forjou o método e a base para a unidade africana.

Partindo desse mesmo pressuposto, em junho de 1960 em Addis Abeba (Etiópiã), os líderes africanos discutiam os problemas económicos dos países Africanos e chegaram-se a um consenso de que a fragmentação do continente e a concentração da produção numa pequena gama de produtos primários de exportação se constituíam em grandes obstáculos à diversificação das atividades económicas e à criação de mercados modernos e internacionalmente competitivos. Foi, acordado que os países africanos independentes deviam promover a cooperação económica entre si⁴⁶.

De facto, durante a realização da Conferência de Addis Abeba os líderes africanos discutiam-se dois pontos de vista sob a base de estratégia de integração económica na África:

- (a) a fórmula Pan-africana, que advogava a criação imediata de uma organização económica continental, esta fórmula derivou em parte das ideias do líder Ganense (Kwame Nkrumah);
- (b) a fórmula sub-regional que defendia a implementação de acordos de cooperação entre países vizinhos que eventualmente poderia gerar formas de cooperação geograficamente mais alargadas (Ferreira 1993:59).

Desse modo, as ideias dos líderes Africanos entraram em disputa: em primeira instância há que realçar a ideia do presidente Kwame Nkrumah, que defendia a criação de uma união dos Estados africanos que possuísse um governo continental um comando militar supremo africano um sistema monetário e um mercado comum (Fernandes 2007:78). Na análise sobre a situação económica do continente africano constante no seu livro a “África deve unir-se”, Nkrumah mostrava-se enfático ao asseverar que os nossos capitais escoam-se em verdadeiras torrentes

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Idem

para irem irrigar todo o sistema da economia do Ocidente⁴⁷. Entretanto, os outros eram apoiados pelo líderes africanos que se encontravam em Monróvia (Liberia), os quais advogavam em favor de uma cooperação mais modesta que com o tempo levaria à unidade de forma lenta mas segura⁴⁸.

De facto Lopes (2013), nesta altura pode-se destacar duas organizações impulsionadoras do processo da integração do continente: a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (ECA) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Porém, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, foi criada em 1957 pelo Conselho Económico e Social da ONU, como um órgão subsidiário devido à forte pressão dos representantes africanos naquela instituição. A Comissão foi composta por representantes dos países coloniais e de todos os Estados-membros da Organização da Unidade Africana, cujos os seus principais objetivos são de promover o desenvolvimento auto-sustentável aos níveis regionais e sub-regionais, proteger o meio ambiente e estabelecer mútuas relações de cooperação entre o continente e o restante do mundo⁴⁹.

Por seu turno, Pinto (2004:92), a primeira vaga do regionalismoa africano data-se a partir dos anos de 1960. Apesar desta época já terem ocorrido diversas experiências de integração económica africana. No caso das uniões aduaneiras da África Ocidental e Central e da chamada "Zona Franco", que agrupava desde os anos 40 e 50 as ex-colónias francesas que compreende países como: Camarões, a Republica Centro Africana, Chade, Congo, a Guine Equatorial, e o Gabão, que participavam da Zona do Franco (CFA).

Assim, a ideia de instituir uma associação económica no espaço da África Oriental e Austral foi pela primeira vez avançada, em 1965. Porém foi criada uma Área Preferencial de Comércio- (PTA); no âmbito de uma Conferência de Ministro desta região, realizada em Lusaca, (Zâmbia). Quase vinte anos depois, em Dezembro de 1981, sob os auspícios da Comissão Económica da

⁴⁷Idem Cit. OP. 78

⁴⁸ Neste sentido, em Monróvia (Libéria) participaram líderes como por exemplos; Leopold Sedar Senghor, Nasser e Hailé Selessié.

ONU para Africa, vir-se-ia a instituir uma Zona de Comércio Preferencial, estendendo-se desde o Corno de África até as fronteiras Sul-africana, sendo assim, instituindo como a mais vasta experiencia de integração regional africana (Vasques 1997:3).

Nesta perspectiva, ainda em 1960 a maioria dos países da região estava a favor da opção sub-regional e a (ECA), propõe a divisão do continente em quatro sub-regiões: (1) região da África oriental e austral (2), África central, (4) África ocidental, (5) norte de África. A quanto a constituição da (OAU), fundada em Addis Abeba aos 25 de Maio de 1963 por 32 Estados africanos independentes com o esforços do Imperador Etíope Haile Seassie, e o Presidente SekouTouré da Guiné. É de salientar que estes líderes inspiraram-se na filosofia Pan-Africana, iniciada pela diáspora e que iluminou o início da unidade e o processo estruturado da luta pela emancipação política da Africa foi âncora da OUA e prevaleceu durante as lutas armadas e inspirou a regionalização rumo a União Africana⁵⁰. Mas, quando a constituição da (OUA), que compreende atualmente, 55 Estados africano (Ndlovu, 2008:7).

Os objetivos da OUA eram: (I) promover a unidade e solidariedade entre os povos africanos, (II) coordenar e intensificar a cooperação e os esforços para conseguir uma vida melhor para todos os africanos, (III) defender a soberania, integridade territorial e a independência, (IV) erradicar todas as formas do colonialismo africanos, (V) promover a cooperação internacional (Fernandes 2007).

Nesse sentido, a proposta da Comissão Económica das Nações Unidas para África foi baseada no modelo funcionalista de integração económica e esta solicitava aos Estados africanos independentes que adotassem as medidas necessárias para aprofundar as cooperações económicas sub-regionais existentes e se necessário que estabelecessem novos agrupamentos regionais de modo a cobrir todo o continente e promover a coordenação e harmonização das diferentes comunidades regionais, com vistas ao estabelecimento gradual de uma comunidade económica Africana no fim do século XX (Ferreira 1993:74).

A partir de 1964 foi criada a União do Magrebe Árabe (UMA), com a configuração de um Conselho de Ministros de economia do Magrebe. A sua primeira tarefa, depois de constituído sob os auspícios da Comissão Económica para África das Nações Unidas, com sede em Adis-Abeba, foi o esboço de uma serie de projetos de cooperação entre Marrocos, Argélia, Tunísia,

⁵⁰ Idem

e Mauritânia. E mais tarde as relações política entre estes países complicaram-se devido ao facto do problema do Sara Ocidental e os seus objetivos encontram-se congelados (Rocha 2010:241).

Entretanto, em 1973 foi criada a União do Rio de Mano, (MRU)⁵¹, este grupo engloba países como Liberia e a Serra Leoa, dois pequenos países consteiros da África Ocidental, que têm como fronteira o Rio Mano. E em 1980 incorporou-se na União da Guine- Conacry, contigua às duas primeiras, que mais do duplicou a extensão do projeto (Rocha 2010:240). Foi reforçado a ideia sobre a (CEAO), através do Tratado de Bamaco, que instituiu uma Zona de Comércio Livre, assinado em Junho de 1972 e entrou em vigor em 1974.

Depois criou-se a União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC). Este espaço de integração entrou em funcionamento a 1 de Janeiro de 1966, tendo sofrido revisões estruturas em 1974 e 1991. Que transformou-se a Comunidade Económica dos Estados da Africa Central (CEAC) em 1983, pelo Tratado de Libreville (Gabão), assinado ao 18 de Outubro de 1983. Assim, o bloco engloba Oito países Francófonos e dois Lusófonos e um de colonização espanhola, que são: Gabão, Camarões, Republica Centro Africana, Congo, Chade, Republica de Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, São Tomé, Príncipe, Angola e Guine Equatorial. Pois, observa-se que embora que ainda estas permaneçam mas têm tido pouco impacto quer ao nível do comércio intra-regional como global⁵².

Por este facto, formalizou-se as diretrizes da concretização com intuito final de criarem-se uma Comunidade Económica Africana (CEA), seguindo assim, as fases tradicionais de integração Económica e esta deveria ser partindo de blocos regionais a partir da Cimeira de Argel (1963), e de Addis-Abeba (1970-1973). E assim,CEA foi formalizada na Cimeira de Libreville (1977) e mais tarde ratificada na Cimeira de Kinshasa e adaptada pelo Conselho de Ministros em 1976⁵³. Desta forma, objetivo final da CEA, é criar um mercado comum africano, através do desenvolvimento das comunidades económicas regionais CER já que observou-se que são o

⁵¹ De facto estes blocos criaram a sua primeira União Aduaneira, mas as divergências políticas entre os dois primeiros membros fundadores, inclusivamente com o encerramento das fronteiras por diversas vezes por motivos da guerra civil na Libéria e a diferenças linguísticas impediram o progresso nesta região.

⁵² Idem

⁵³ Ver, Vasques, (1997:2)

instrumento mais adequado para desenvolver o comércio exterior e a integração do mercado africano.

Segundo Fragoso (2010:16), refere que a expressão de integração económica regional em África despertou por parte dos Estados africanos. Os objetivos de carácter económico ao serem traçadas as metas para o alcance tiveram-se em conta os seguintes pontos: (a) Transformar e tornar mais competitivas as economias africanas; (b) Liberalizar a atividade industrial e comercial; (c) Inserir a economia africana na economia mundial; (d) Contribuir para a resolução de problemas políticos comuns, ajudar na resolução de conflitos e vencer o subdesenvolvimento.

Desta lógica, a segunda vaga do regionalismo africano teve o início com a questão da integração continental em África partindo com os grandes debates acesos nos anos de 1980 com a Conferência de Monróvia, (Liberia) em 1979. Onde os líderes africanos reclamaram a independência económica do continente e foi neste Simpósio em que foi preparado o famoso Plano de Acção de Lagos, culminando com o Tratado de Abuja (Nigéria) em 1991, criando a Comunidade Económica Africana, entrada em vigor em 1994 (Van-dunem 2010).

Neste contexto, todos os países africanos adotaram o regionalismo como opção de auto-sustentação. E, foram criadas diversas organizações regionais na África das quais já mencionados anteriormente. Mas, depois da criação de Tratado de Lago ao 28 de Maio de 1975, juntou-se forças para eliminar as fronteiras e abrir mercados nacionais e coordenar políticas até à formação de uma genuína comunidade económica regional. E ali parecia estar a chave para operar em cada nação Oeste -africana a um milagre comum. Dir-se-á neste caso que na África Ocidental surgiu a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, e Austral (COMESA). Entretanto, o bloco caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte dependência de ajuda financeira e alimentar internacional (Vasques 1997:2).

Não obstante, criou-se a “COMESA” em 1981 por Tratado de Lusaca que foi renovada pelo Tratado de Abuja (Kampala) em 1993⁵⁴. Assim, eis a seguir os países membro que integram a COMESA: Burundi, Camarões, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia,

⁵⁴ Formalmente a COMESA sucedeu a PTA em 8 de Dezembro de 1994, após a ratificação do Tratado. A criação da COMESA é o cumprimento da exigência do Tratado da PTA, o qual dispôs a transformação da PTA num Mercado comum dez anos após a entrada em vigor do Tratado da PTA.

Etiópia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Ruanda, Seicheles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe (Medeira 2013:350).

Por esta razão, Vasques (1997:3), o Tratado da PTA já acima mencionado prévia, a transformação de um Mercado Comum, no prazo de 10 anos, após a sua entrada em vigor. E malgrado o insucesso da iniciativa, assim viria efetivamente a suceder. Em Novembro de 1992, a COMESA, que substituiu a PTA Contando já com Angola e Moçambique. Pois, a visão da COMESA é de se constituir numa comunidade económica completamente integrada para garantir a prosperidade ser internacionalmente competitiva e operacional para integrar a União africana.

Por outro lado, a União Económica e Monetária do Oeste da África (UEMOA), foi fundada nos anos de 1990 por Tratado de Dakar Senegal, pelos Chefes de Estado e de Governo dos oito Estados membro que agrupam esta região. Neste sentido, a UEMOA, ilustra países como: Benim, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo com o lusófono Guiné-Bissão. A UEMOA é uma união económica e monetária regional que partilha a mesma moeda, o “Franco” (Monte 2010)⁵⁵.

Por conseguinte, a partir da cimeira extraordinária da OUA, na Conferência de Monróvia, precedeu a adoção do Plano de Ação de Lagos (PAL) e da Ata Final de Lagos em (1980). Desta forma foi apresentado o Plano de Ação de Lagos, com os objetivos principais de definir um programa para a renovação económica do continente. Então, o Plano de Lago, incentiva a busca de três objetivos: (a) elevado e sustentado crescimento económico, (b) a transformação das estruturas económicas e sociais, e (c) manutenção de uma base sustentável dos recursos. O mecanismo de cooperação preconizado pelo Plano de Lago, Política endógena de desenvolvimento foi claramente definida pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA com a finalidade de criar até o ano de 2000 uma Comunidade Económica Africana de forma a assegurar a integração económica, social e cultural da África⁵⁶.

Ao contrário com as ideias de Fernandes (2007:84-5), enfatiza que o principal objetivo “Plano de Lago” era mesmo de acabar com a dependência económica do continente africano e sua

⁵⁵ Desta forma, foram criadas as diferentes organizações regionais e sub-regionais em Africa do que em qualquer outro continente do mundo

⁵⁶ Ver Relatório de África (2011:15)

situação de fornecedor de matérias-primas para o Ocidente. Assim, inspirado na teoria neofuncionalista de integração económica o Plano de Lagos, parte da integração por setores específicos passava pelo setor económico para atingir a integração política ou seja, começava pelo Estado depois pela região e por último pelo nível continental.

Por esta razão, a OUA que comportaria cinco fases sucessivas: (1) Zona de Livre Comércio; (2) União Aduaneira; (3), Mercado Comum; (4) união Económica e Monetária e a quinta e último União Política. Não obstante, está deveria por começar pelos níveis sub-regionais da África Ocidental, Oriental, e África Central, Austral, e da África do Norte (Rocha 2010:227).

De acordo com o relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (2002:5), analisa que o regionalismo aberto em África deve-se com abertura funcional, pois ela envia um sinal sobre qual tipo de economia deseja ter o Estado que liberaliza um que é aberto não apenas ao comércio mas também para ideias, pessoas, habilidades e investimento; um que quer competir no cenário mundial e um que luta por valores políticos e práticas sociais internacionalmente aceitáveis.

No entanto, nos finais de 1980 os países membro da OUA, conscientes da sua própria incapacidade de prevenir e resolver as crises político- militares e de segurança, viraram-se para os desafios económicos. De facto, a verdade é que a procura de soluções para os problemas económicos tinha sido desde a fundação da OUA da responsabilidade da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) (Rocha 2010:227). A partir desse pressuposto os governos africanos perceberam que a integração regional parece ser a estrutura necessária para resolver os obstáculos do comércio entre os Estados africanos e criar maiores mercados regionais que podem alcançar economias de escala e manter sistemas de produção e mercados ao mesmo tempo em que reforça a competitividade da África.

Para isso, Ferreira (1993:69-70), diz que era necessário de que os países africanos se reafirmassem a sua determinação a tomarem medidas que permitissem acelerar a realização da CEA. Assim, durante cimeira ordinária de 25ª Aniversário da (OUA) em 1988, entretanto, esta veio a ser ratificada a partir de uma nova magna “Carta” de integração económica Africana que ficou a ser conhecido por Tratado de Abuja, ocorrida na 28ª Cimeira Africana (1991) ⁵⁷.

⁵⁷ Ver Ferreira (1993:70)

De facto, Relatório de África (2011:14)a, refere que, os desafios da CEA, deve concretizar-se num período de 34 anos, subdivididos em 6 etapas de duração variável. As etapas dos programas e os períodos da sua implementação são as seguintes: em primeiro lugar deve-se concluir a criação de blocos regionais até (1999); em segundo lugar deve-se concluir, o reforço da integração e da harmonização do Acordo Económica Regional (RECs) até (2007); terceiro lugar deve-se concluir a circulação de moeda comum, a plena mobilidade dos fatores de produção e a livre negociação de bens e serviços entre os países africanos até 2027; Em quatro lugares deve-se concluir até em 2019 uma coordenação e harmonização dos sistemas tarifários e não tarifários entre as CERs com vista a criação de uma zona de comércio livre culminando com uma união aduaneira continental; em quinto lugar devera-se concluir até em 2023 a Criação de um Mercado Comum Continental (MCC); finalmente, sexto e último, devera-se concluir a criação de uma União Económica e Monetária Continental e de um Parlamento Africano até 2028.

No entanto, o relatório africano (2013:69), relata que os líderes africanos estão a tentar acelerar a integração regional inicialmente acordada no Tratado de Abuja de 1991, quanto a criação da Comunidade Económica de África, a ideia era formar um mercado comum competitivo bem como de uma moeda única. Assim, a principal preocupação estava na implementação lenta das fases a qual não está em consonância com o quadro definido. No entanto, os países africanos reconhecem atualmente a importância de acelerar este processo mas a maior parte dos países africanos enfrentam uma forte concorrência nos mercados internacionais e têm menor poder negocial nos organismos internacionais como a Organização Mundial de Comércio, (OMC), e na negociação de acordos parceria económica.

Pois Ah Tchou, (2011:26-27), o símbolo mais significativa da União africana (UA) substituiu a OUA em 2002. Que nasceu como organização com a declaração assinada pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros e que ao longo dos seus anos, foi incorporando paulatinamente países à organização, sendo a África do Sul, se converter no quinquagésimo-terceiro membro em 1994⁵⁸. No entanto este pronunciamento ficou conhecido como *a declaração Sirte*. Cujos objetivos oficiais trata-se em acelerar a política de integração no continente. E assim, deve-se assistir e apoiar as nações africanas a jogar um papel mais eficaz

⁵⁸ A África do Sul depositou seu instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União perante a Secretaria Geral da OUA no dia 23 de Abril de 2000 para se converter no trigésimo-quinto estado membro Africano. No momento em que depositou sua ratificação, a África do Sul converteu-se como membro fundador da União Africana.

na economia global e ao mesmo tempo resolver e atender de maneira certa os problemas comuns no âmbito social, político e económico do continente.

De facto observa-se que a “Declaração de Sirte” teve lugar no dia 9 de Setembro de 1999, data que é qualificada por muitos africanos como um evento transcendental na evolução institucional do continente. Depois desse evento, por unanimidade dos Estados membros, a V Conferência Extraordinária da OUA, CEA celebrada igualmente no Sirte, nos dias 1 e 2 de Março de 2000, aprovou uma decisão na qual se declarava o estabelecimento da União Africana, onde os Chefes de Estados e Governos pontuaram que os requisitos legais para a União cumpriria com o depósito do trigésimo - sexto instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União Africana (Filho 2000).

No entanto, a “União africana” é baseada em uma visão compartilhada uma Europa unida e forte a África e sobre a necessidade de construir uma parceria com os governos e todos os segmentos da sociedade civil a fim de reforçar a solidariedade e coesão entre os povos da África.

Neste sentido o seu objetivo principal são de proporcionar apoio económico, militar e diplomático aos movimentos de luta pela descolonização contribuir para sua unidade e divulgação das suas atividades no que foi em geral bem-sucedida. Quanto a outros objetivos inscritos na agenda da entidade quando de sua instauração os resultados foram de modo geral bem mais modestos, a saber: o desenvolvimento de políticas comuns e da cooperação económica entre os países africanos, a consolidação da influência internacional dos estados do continente, a proteção da soberania, da integridade territorial e da independência dos estados e a coordenação das atividades destes em matéria de política externa, economia, defesa e cultura Ferreira (1993:9).

Ao contrário com às ideias de Ndlovu, (2008:7), a nova postura e estrutura da União Africana (UA), está a imprimir uma dinâmica e velocidade diferente da Comunidade Económica Regionais, (CERs). Portanto, a emoção e necessidade de aumentar a absorção dos fundos dos parceiros têm precipitado urgências irrealistas. Assim, a “União Africana”, já sonha com uma estrutura de funcionamento de tipo federações. Efetivamente, a proposta da formação do Governo da União rumo aos Estado Unidos de África (EUAf), a proposta de Exército único ao plano estratégico do envolvimento da diáspora no desenvolvimento do continente estão

apanhando as sub-regiões despreparadas. Mas, nota-se que todos os planos da “UA”, são aprovados pelos mesmos chefes de Estado e de Governos das sub-regiões.

Por esta razão verificou-se que a partir de 2001, quando foi substituída a OUA pela UA no enquadra da cooperação e da integração regional política e económica entre os países africanos foi ilustrados os países membros da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: Argélia, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africano, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Conacri, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Uganda, Ruanda, Saara Ocidental, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Chade, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabué. Com a inclusão mais recentemente do Sudão do Sul que completa assim os 54 Estado africanos⁵⁹.

Neste contexto (Van-dunem 2010), depois da constituição dos Estados africanos a palavra de ordem política e económica africana é integração. Neste caso, a União Africana reconheceu oito Comunidades Económicas Regionais (CERs), cumprindo com o artigo 19 do Ato Constitutivo da União Africana, Depois desta ideia os Chefes de Estado e de Governo da União Africana reunidos na sua 7ª sessão ordinária de 1 e 2 de Julho de 2006 reconheceram as seguintes comunidades: (CEDEAO), (COMESA), (SADC), (CEEAC), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); União do Magrebe Árabe (UMA); Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD); e Comunidade da África Oriental (CAE).

De facto, a Comunidade da África Oriental (CAE) é uma instituição intergovernamental na África, formada por: Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi e Ruanda, com sede em Arusha, Tanzânia. Os Chefes de Estado da África Oriental assinaram o Tratado de Constituição da Comunidade da África Oriental em Arusha em 1999. Nesta medida, os países da Comunidade da África Oriental estabeleceu uma união aduaneira e estão trabalhando para a criação de um

⁵⁹ Ver Relatório africano (2012)a

Mercado Comum, posteriormente, uma União Monetária, finalmente uma Federação Políticos⁶⁰.

Na verdade, esta estratégia visa em promover a cooperação económica regional seguidos assim, as cinco etapas recomendável no acordo de integração económica que contribuirá para breve materialização da AEC. Através do (CERs), que poderá colocar um desafio por ser o instrumento mais adequado para desenvolver ao comércio exterior e a integração do mercado africano. E seguido assim, uma Zona de União Económica e Monetária até 2019⁶¹. Por seu turno, a “IGAD” é um bloco comercial de oito países com base na África Oriental; inclui os governos do Chifre da África, e do Vale do Nilo e dos Grandes Lagos africanos, sua sede esta localizada em Djibouti. Esse organismo sub-regional surgiu em 1986, com o propósito específico de coordenar os esforços dos países-membros no combate à seca e à desertificação. A Região conta atualmente com os seguintes países membros: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda.

No entanto, a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD) foi estabelecida em 1998, na sequência de uma conferência em Trípoli (Líbia), envolvendo Burkina Faso, Mali, Níger, Sudão e Chade. A Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos foi criada para desenvolver uma união económica que inclui os estados Sahel-Saarianos. Porém, a CEAN-SAD é um bloco comercial para estabelecer a integração da economia da região. O bloco forma assim os seguintes estados membros: Benin, Burkina Faso, República Centro Africano, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Níger, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão, Chade, Togo e Tunísia. Assim, CEAN-SAD tem a missão de estabelecimento um programa de desenvolvimento conjuntas nas áreas de agricultura, indústria, comércio exterior, Investimento estrangeiro Direito, energia, mas também para os aspectos sociais e culturais⁶².

De acordo com o relatório de África (2008:1-2), em África existem mais de 200 organizações regionais e sub-regionais, tem como resultado negativo devido da desintegração notória das economias africanas por várias razões entre as quais figuram principalmente: a semelhança dos

⁶⁰ Ver Relatório africano, (2012)a

⁶¹ Idem

⁶² Sob este assunto ver o Relatório africano, (2012:4-5)a

objetivos, as divergências ideológicas e a incapacidade de honrar com os compromissos financeiros ligados à pertença a várias organizações. Entretanto, em África muitos países tem tido resultados desanimadoras das estratégias de desenvolvimento das duas primeiras décadas da independência. Evidentemente que tais países estiveram na origem dos numerosos fóruns de reflexão consagrados e a libertar o continente dos constrangimentos susceptíveis de conduzir a um entrave e a uma paralisia.

Frequentemente nota-se que a crise política e económica que se instalou no continente veio aumentar a pressão sobre África para que acelere a sua integração e esteja pronta para os novos desafios, sendo que a Zona de Comercio Livre (ZCL), proposta virá a impulsionar substancialmente um esforço por parte dos lider africanos. Por seu turno observa-se que atualmente, dos 55 Estados africano cerca de 27 pertencem mais de duas organizações regionais e 18 a três, um país mais de quatro entidades. Para fechar a conta sete membros mantiveram participação em apenas um bloco (Monte 2010).

Para estes efeitos foram traçados os objetivos que se agrupam em estudo que deverá permitir acelerar o processo de integração do continente quer através da supressão da pertença múltipla dos países nas comunidades económicas regionais, (CERs) quer através da transformação da Cooperação Económica Regionais, podendo usufruir da transferência de soberania sem a qual é praticamente impossível preencher a sua missão⁶³. É sabido de forma crescente que os beneficios de pertença a varios organizações regiões são de aumentar a base produtiva através da promoção e atração de investimentos locais e estrangeiros e promoção das indústrias de manufatura, aprofundar a integração regional, em relação aos seus parceiros e tirar a vantagem das economias de escala e de dimensão alargamento o mercado estimulando a produtividade⁶⁴.

Verdadeiramente, estes objetivos consistiam em quantificar o impacto da pertença dos Estados as duas ou mais Organizações de Integração Regionais acima citados. Pois, o impacto poderia ser apreendido em termos de custo ou de lucros sobre os orçamentos nacionais ou sobre as economias de todos os países membros. Mas, para entendemos melhor a esta questão citamos os seguintes objetivos de pertença dois blocos: (A) Quantificar o impacto de cada cenário sobre

⁶³ Ver Relatório da União Africana (2008:1-2).

⁶⁴ Ver Relatório de África (2011:166)a

o processo de integração das economias nacionais regionais; (B) mostrar até que ponto a pertença a uma única, CERs, poderá contribuir ou não para acelerar o processo de integração regional e continental. Pretende-se sugere que com esta ideia procura-se analisar entre outras questões de que forma tal configuração pode ou não favorecer a implementação dos projetos trans-nacionais, trans-regionais e trans-continentais; (C) Deve-se indicar a CERs, à qual os países africanos devem pertencer a fim de pôr um termo às situações de múltipla-pertença⁶⁵.

De acordo com o Relatório africano (2012:4)a argumenta que foi alcançado o progresso em matéria de integração económica africana. Pois, a implementação do Tratado de Abuja encontra-se neste momento na fase 3 criação da ZCL e de Uniões Aduaneiras, a nível regional, até 2017. A partir deste período se espera que (COMESA), a (EAC), (CEEAC), e a (CEDEAO) e (SADC) chegaram à fase de ZCL e lançaram programas de criação de Uniões Aduaneiras que deverão conduzir à criação das suas Uniões Aduaneiras antes de 2017. Assim, a (EAC) é a única que consolidou a sua União Aduaneira em Junho de 2009, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005. É igualmente a única que lançou o seu Mercado Comum em Junho de 2010⁶⁶.

No âmbito do Acordo Tripartido entre a EAC-COMESA-SADC, estabelecido em Outubro de 2009, notabilizou-se um enorme progresso. Os blocos agrupam 26 países africanos, ou seja representam cerca de 50 por cento das economias de África, com uma população total de cerca de 600 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) previsto de mais de 1 trilhão de dólares americanos até 2013⁶⁷. Nesta lógica, a segunda cimeira tripartida EAC-COMESA-SADC, em Junho de 2011, registou os seguintes progressos: a assinatura da Declaração que lança as negociações para a criação da ZCL Tripartida EAC-COMESA-SADC; a adopção de um Roteiro para a criação da ZCL; a adopção dos princípios processos e quadro institucional de negociação da ZCL Tripartido; e o acordo para desenvolver um programa de trabalho e um

⁶⁵ Ver Relatório africana, (2011:45)b

⁶⁶ Ver Relatório de África, (2014:3)

⁶⁷ Ver Relatório de África, (2012: 5)a

roteiro sobre o pilar de industrialização. A iniciativa também permitiu galvanizar o interesse dos decisores políticos africanos na criação de uma ZCL continental muito mais alargada⁶⁸.

Não obstante, nota-se que durante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada aos 18 de Janeiro de 2012, foi tomada uma decisão para que todos os Estados africanos seguisse o exemplo da CEEAC, COMESA e da SADC. E assim, foi comunicado para que todos os Estados africanos, devem criar uma Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) . A Cimeira da UA aprovou o seguinte roteiro: (a) a ZCL, Tripartida entre a COMESA-EAC-SADC foi concluída em 2014; (b) as outras quatro CERs da UA reconhecidas (CEDEAO, CEN-SAD, CEEAC e UMA) devem negociar ZCL paralelas queiram fazer isso até 2014. Podem também optar por juntar-se a ZCLC ou T-FTA diretamente ou individualmente; (c) deve-se Consolidar os processos das ZCL regionais na ZCLC em 2015 e 2016 com o lançamento de negociações em 2015; (d) devem criar a ZCLC até 2017⁶⁹.

Nesta senda, na África Ocidental, registou-se um crescente relação estreita entre a CEDEAO e a (UEMOA), que resultou na adopção de um programa de ação comum sobre várias questões, incluindo a liberalização do comércio e a convergência das políticas macroeconómicas. Pois, as Comissões da CEDEAO e da UEMOA têm estado igualmente empenhadas no processo de implementação de um quadro de consultas e de cooperação para as Organizações Intergovernamentais da África Ocidental 2009⁷⁰. No entanto, o tratado de CEDEAO prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

Enfim, conclui-se que o capítulo citado anteriormente abordou-se sobre a evolução da integração económica africana. Assim, os blocos africanos estão de estratégia bem delineada para a integração económica a nível continental, dos oito blocos membros da região a pena três que formam um CERs conjuntas. No entanto, os outros cinco blocos devem empenhar-se

⁶⁸ Idem

⁶⁹ Ver Relatório de África, (2014:3-4)

⁷⁰ Ver Relatório africano (2012:4)a

seriamente na harmonização dos seus programas e seguir o exemplo da COMESA, EAC, SADC, para junto formarem CERs continental africano. Desta forma, na região da África Oriental e Austral, a IGAD esta aplicar a maioria dos instrumentos de integração adoptados no COMESA. Por outro lados, no seio da União Africana foi criada a NEPAD com os objetivos meramente preponderante que pode tornar-se a região forte e competitivos a nível economico.

2.2 A Implicações da NEPAD para a Integração em África

Este subcapítulo trata-se de analisar sobre a criação de uma Nova Parceria Económica para Desenvolvimento de África (NEPAD). Assim, a entrada do século XXI, os países africanos por interesses próprios reconhecem a NEPAD como o Órgão máximo da UA, tem como a função de regularizar os CRs continental. E cabe as Comunidade Económica regionais africanas participar de forma ativa na Arquitectura da construção de segurança e paz a nível continental.

De acordo com Ah Tchou (2010:27), no início do século XXI, no continente africano surgiu a NEPAD fundada em Durban (África do Sul) aos, 23 de Outubro de 2001 na Conferencia inaugural da Assembleia da União Africana⁷¹. Neste contexto, os governos de África por iniciativa própria, decidiram criar uma Nova Parceria Económica para Desenvolvimento de África (NEPAD), resultante da fusão da Parceria do Milénio para o Programa de Recuperação Africano (MAP). Encabeçado pelo ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, com o “Omega Plano” de autoria do presidente senegalês, Abdoulayewade. A esses líderes africanos foram-se juntar na linha de frente outras figuras ilustre como por exemplo; Abdelaziz Bouteflika presidente da Argélia, Olusegun Obasanjo então presidente da Nigéria e Hosni Mubarak Ex- presidente do Egipto como promotores desse novo projeto⁷².

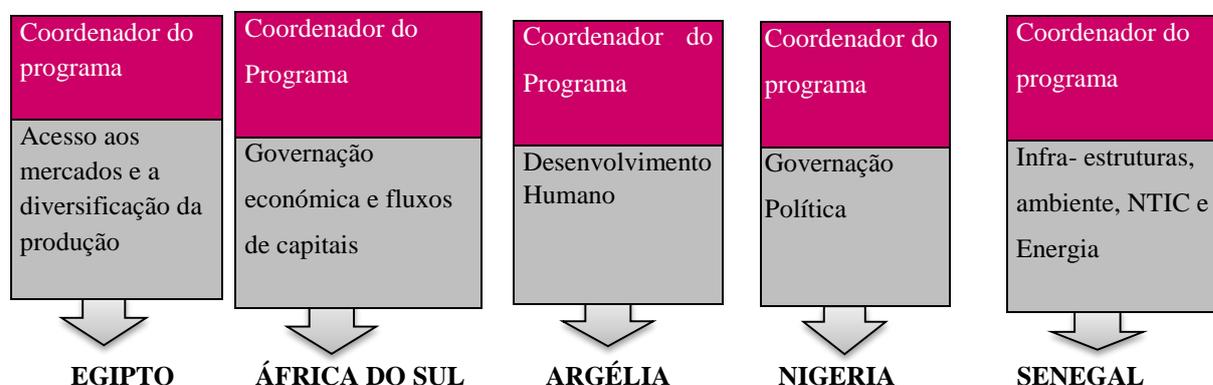
Nesta vertente, argumenta-se que a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África" é uma promessa dos líderes Africanos baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países individual e coletivamente na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e ao mesmo tempo de participarem ativamente na economia mundial e na vida política. Entretanto, o

⁷¹ Neste sentido os cinco países são: Senegal, África do sul, Argélia, Egipto, e Níger

⁷²Ver Semedo, (2010:11)

Programa é igualmente baseado na determinação dos africanos de livrarem-se a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização⁷³. As prioridades verificadas foram estrategicamente reagrupadas em cinco sectores de intervenção: em primeiro lugar acesso ao mercado e a diversificação da produção; (Egipto); e segundo lugar a Boa governação económica e o fluxo de capitais, (África do Sul); em terceiro lugar, a energia e a boa governação política (Nigéria); em quarto lugar, as infraestruturas, ambiente, Tecnologia de informação e comunicação e energia (Senegal); quinto, o desenvolvimento Humano, (Argélia)⁷⁴. Assim, a figura seguinte ilustra os tais objetivos.

Figura nº 1 Setores de intervenção da NEPAD distribuídos pelos respetivos países.



No entanto, foram adaptados as estratégias para a implementação desses objetivos pelo qual os governos africanos apostam seriamente numa ação coletiva a partir das regiões, não por cada Estado isoladamente. Definiram-se para o efeito cinco regiões (África do Norte, África de Oeste, África Central, África de Este e Oceano Índico e África Austral), a partir das quais serão elaborados e executados projetos de carácter regional e continental⁷⁵.

Desta forma, o processo da NEPAD está essencialmente direcionado para a realização deste duplo objetivo. E tal como consta do Anexo 1 do preâmbulo da NEPAD, em conformidade com esta ideia os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, concordaram em trabalhar juntos em matéria de políticas e de ações para a materialização dos objetivos preconizados, a

⁷³ Ver Revista Lasallista de Investigación - vol. 5 no. 1 (2007:74)

⁷⁴ Idem

⁷⁵ Ver NEPAD, (2002:95-197)

saber: (a) a Democracia e a Boa Governação Política; (b) a Governação Económica e Social; (c) o Desenvolvimento Socioeconómico; (d) o Mecanismo Africano de Controlo dos Pares⁷⁶.

Partindo neste pressuposto, observa-se que a UA e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e as comunidades económicas regionais estão a desenvolver políticas dos enquadramentos para ajudar os países africanos e acelerar a integração já que se exigem esforços para melhorar os baixos níveis de comércio intra-africano e internacional ⁷⁷. Sob este assunto o relatório africano (2011:45) b, o principal enfoque da Estratégia é apoiar o estabelecimento de quadros institucionais continentais e regionais eficazes e eficientes para promover o comércio e gerir o processo de integração, facilitar um quadro de políticas facilitadoras do investimento prestar assistência técnica e conhecimentos de modo a ajudar na realização de infraestruturas regionais prioritárias.

No tocante a este assunto, a situação do continente África pode ser gradualmente melhorada e fortalecida a (UA), (NEPAD), e o Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (APRM), se conseguirem de facto a curto e médio prazo ter um forte impacto positivo na governabilidade na erradicação da pobreza através da criação de emprego e no desenvolvimento do Continente nas suas várias vertentes de forma a motivar os africanos a comunidade internacional de negócios e os doadores a olhar para África como uma região com futuro onde vale a pena investir⁷⁸.

Em suma a explicação da “NEPAD” focaliza-se sobre a provisão de bens públicos essenciais a nível da região tais como transportes, energia, água, tecnologia de informação e comunicação, (TIC), erradicação de doenças, conservação do ambiente e provisão da capacidade de investigação regional, bem como a promoção do comércio e de investimentos intra-africanos. África esta confrontada com grandes desafios, sendo os mais urgentes é erradicação da pobreza, a promoção dos desenvolvimentos socioeconómico em particular pela via da democracia e da boa governação⁷⁹.

⁷⁶ Ver, NEPAD (2002:3)

⁷⁷ Ver, relatório do Banco africano de Desenvolvimento, (2013:3) a

⁷⁸ Idem

⁷⁹ Sob este assunto observa-se que a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África é o sucessor do Plano de Lagos e do tratado Abuja.

2.3 As Maiores Dificuldades Encontradas no Processo de Integração Africana

Este subcapítulo fara-se-à das maiores dificuldades encontradas no processo de integração continental africana. Não obstante, o processo de integração africana não tem sido evoluído de forma mutualmente coerente, pois tem sido marcado por período de avanços seguidos por outros de estagnação e por um planos grandiosos que não chegam a se tornar realidade. Conforme veremos adiante.

O arranque do desenho de desenvolvimento africano iniciou desde na década de 1970 a 1980, sobretudo com a elaboração de Plano de Ação de Lagos (PAL), que continha pontos fundamentais para tirar a África da situação onde se encontrava. E quando o plano começava a dar seus primeiros frutos e a retomada do crescimento e desenvolvimento apareceu à política ditatorial do Fundo Monetária Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), denominado Planos de Ajuste Estrutural- (PAE), que na verdade não só veio destruir os avanços que a África estava obtendo através de Plano de Ação de Lago. Mas também era uma intenção de abrir as fronteiras africanas e liberar suas economias para a entrada das empresas transnacionais e continuar a perpetuar a dependência africana perante as grandes potências ocidentais (Badi 1992).

No entanto, o processo de integração regional em África não tem sido de forma mutualmente coerente, o continente esta a caminhar de uma forma muito lento de agrupar todos os Estados membros a fazer parte da CRs continental. As características notáveis de integração regional na África pode ser percebida através da participação dos estados africanos em vários acordos comerciais regionais. Entretanto, a África é constituída por 54 Estados Membros. Deste Estado 27 países pertencem a mais de duas organizações e 18 a três, somente 6 países como por exemplos; Argélia, Egipto, Malawi, Mauritânia, Moçambique, São Tome e Príncipe, pertencem a pena a uma organização e a República Democrática do Congo (RDC), a quatro e Marrocos é único país que não faz parte a nenhum grupo regional (Ivaldo, 2010:50).

De facto, o Relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (2013:2) a, na implementação do Tratado de Abuja que colocou África em desvantagem numa esfera económica cada vez mais global. Evidentemente que a integração parece evoluir de forma muito positiva em África, ao nível político, já ao nível económico parece impossível avançar no caminho. E isto deve-se através dos muitos países africanos, são recém-saído de uma guerra civil, quando a economia

de escala em relação aos outros países com económica mais avançada ainda se encontram em desvantagem⁸⁰.

Por outro lado, Morais (1998:32), o futuro de África poderá desenvolver através das criação das uniões económicas regionais visando incrementar a dimensão dos mercados internos e melhor a sua viabilidade e permitir que as industriais domésticas explorem as tecnologicamente as economias de escalas. No entanto, os países africanos devem primeiramente melhorar os seus sistemas políticos e reduzir os níveis de instabilidade políticos que são essenciais para o sucesso de integração ⁸¹. Na verdade trata-se da instabilidade política registada num bom número de países do continente num fator negativo para o processo de integração. Pois, temos os grandes exemplos como da Nigéria e o Sudão que durante a maior parte dos anos após as suas independências têm sido governantes por militares em consequência de golpes de Estado constante e tal facto foi espalhado em diversos países decorrentes da instabilidade política na qual se encontram mergulhados.

Neste sentido, o Relatório africano, (2011:110)a, descreve que alguns blocos de África para atingir os objetivos traçados pela UA, como por exemplo: (SADC), e (COMESA), e a (EAC), criaram um grupo Tripartida, (T-FTA), que constitui passo certo para ultrapassar a sobreposição de filiação dos Estados Membros pertencentes à diferente Comunidade económica regional (CERs). Assim os países membros iniciaram muito recentemente uma larga negociação e coordenada abordagem, regional e continental sobre financiamento das infraestruturais, harmonização institucional e coordenação de políticas que precisam ser desenvolvidas para assegurar os benefícios e as oportunidades emergentes do acesso preferencial sejam otimizador. Isto pode ser atingido no quadro do mecanismo da iniciativa da NEPAD⁸².

O novo enfoque parte da ideia de que os governos de África ao implementarem o Programa de Infraestrutura de Desenvolvimento Africana (PIDA), em 2004, que vai ajudar a resolver o problema do continente. Refira-se ainda que também vai permitir aos líderes africanos falar a uma só linguagem e alcançar objectivo comuns. Oferece os legisladores uma lista pronta de

⁸⁰ Ver Relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (2013:2),

⁸¹Idem

⁸² Idem

prioridades que abordam as necessidades de infra- estruturas físicas e os assuntos sensíveis da governação. Mais importante, o PIDA é baseado numa visão comum de integração regional e uma agenda a longo prazo que vai apoiar os objetivos do Tratado de Abuja da União Africana (UA). Para África, o problema não é se os países devem prosseguir uma estratégia de integração regional pois, existe um consenso político e um impulso socioeconómico para tal⁸³.

De facto, espera-se que a integração regional africana ofereça mais oportunidades económicas em termos de investimento produção e comércio. A integração de África constitui, uma estratégia-chave para o desenvolvimento do continente. Como tal, esforços estão a ser feito para integrar as diferentes economias, primeiramente a nível regional no âmbito das CERs e posteriormente a nível continental com vista à criação da Comunidade Económica Africana (CEA) até 2034, tal como definido no Artigo 6º do Tratado de Abuja de 1994⁸⁴.

O enfoque do artigo acima citado baseou-se na questão histórica sobre as diferentes experiências de integração económica africana. Por isso, a explicação deste foi analisados na base da discussão das diversas vagas dos regionalismos africanos, cujas conclusões finais é que o futuro da União África dependerá muito da “NEPAD”, que é o motor de integração regional no continente africano e assim, desempenhara um papel preponderante no desenvolvimento sustentável de África.

Finalmente num capítulo seguinte, trataremos da temática da integração da comunidade para o desenvolvimento dos países da africa Austral SADC.

⁸³ Ver Relatório africano, (2011:110) a

⁸⁴ Ver Relatório africano (20012:4) a

CAPITULO III: OS ASPECTOS HISTÓRICO E A MAIOR CONDICIONANTES:

DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA ÁFRICA AUSTRAL “SADC”

Este capítulo aborda inicialmente as abordagens em torno do contexto histórico em que se desenvolveu a SADC. O assunto sobre a distinção dos elementos determinantes que caracterizaram as grandes fases de processo de integração na região da África Austral. Tendo em conta as variantes componentes e dimensões dos objetivos prescritos no Tratado do Protocolo da SADC que suporta esta Comunidade regional “SADC”. Assim, o enfoque tem como continuidade de caracterizar os aspetos económicos da SADC. Posteriormente, daremos especial atenção ao Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), como a base estratégica para o futuro da SADC. Finalmente, identificaremos as maiores dificuldades que se colocam na constituição do processo de integração económica da SADC.

3.1. Caracterização Histórica da Região Austral de África

A tendência da formação de blocos entre países tem sido característica da história moderna, esta serve de estratégia de defesa e desenvolvimento económico-social dos países que procuram integrar-se economicamente para fortalecer as suas relações comerciais com os seus vizinhos. (Haffner e Mampava, 2010:70). Nesta ótica, o processo de integração na África Austral foi realizado como características específicas dos países da região tendo como principal alicerce, a proximidade geográfica dos países que iriam integrar o bloco e devido às questões culturais que os uniam o que implicaria numa manutenção dos laços económicos entre os países africanos. Desse modo, o processo de integração na África Austral divide-se em quatro fases; a fase colonial, a fase das lutas de libertação nacional, a fase da proteção das independências e luta pela liberdade, a fase da consolidação do Estado e desenvolvimento (Ndlovu 2008:3).

Numa extensão de análise de Fragoso (2010:45), dá sequência sob este assunto pelo qual sugere que nos anos de 1970, a região da África Austral foi forçada a adotar uma política de forma de que todos os países pertencentes a este bloco analisasse as suas agendas e promovesse o processo de integração regional. Esta ideia foi criada por três líderes dos países que se tornariam independente, na qual se destacaram líderes como por exemplos, Seretse Khama (Botswana), Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Julius Nierere (República Unida da Tanzânia). E estes líderes, evidenciaram os seus esforços e partilharam a mesmas ideias para junto formarem uma

organização meramente política. Evidentemente que durante o período de 1974, na região da África Austral vai surgir uma Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). De facto, este grupo passou a evoluir das trincheiras de combate onde a única regra era avançar para um fim da independência em Moçambique, Angola e Zimbabwe mais tarde a Namíbia e África do sul, países que faziam parte das mesmas unidades combatiam pois, sabiam que a independência de Moçambique e de Angola aconteceriam em qualquer altura⁸⁵.

Neste caso, a integração regional na Zona Austral é verdadeiramente uma realidade e não apenas um sonho que era alimentado pelos povos da África Austral. Porém, com este efeito, verificou-se que a convivência nas bases e campos de treinos convenceu as lideranças políticas que teriam que encontrar mecanismos de replicar tal harmonia. Porém, em 1974, os governos da região austral criaram um grupo que constituiu-se o “Club dos amigos”, liderados por países como: Zâmbia, Tanzânia, Botswana, ex-Zaire e Movimentos de Libertação de Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Zimbabwe. E dois anos depois em 1976 constituiu-se formalmente o grupo dos Países da Linha da Frente (PLF) mais Nigéria (Ndlovu 2008:45).

Partindo desse pressuposto, verifica-se que, a segunda fase denominada a luta de libertação nacional, encontramos povos da África Austral partilhando as privações e como objetos para o sustento das metrópoles. Porém, notou-se que as lutas de libertação nacionais foram o verdadeiro campo de forja e plantação das bases para uma comunidade política na África Austral e da africanidade. Desta forma fundou-se a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que teve a sua iniciativa com os países da “Linha de Frente” constituída em 1976 com os objetivos quase que exclusivamente político e militares: libertar a região austral de regimes minoritários, emancipar a situação dos Estados Coloniais, isolar internacionalmente o regime de apartheid, evitar possíveis alianças da África do Sul com alguns países da região (José, 2011:169). Nesta sequência, o principal objetivo dos países da África Austral seria mesmo, a libertação de países que ainda se encontravam sob o jugo colonial e o apartheid.

Por sua vez, verifica-se que na história da SADCC, teve efeitos dramáticos, que fez com que alguns Estados daquela área como Angola e Moçambique, lograram-se para alcançar a independência num processo tardio e violento e muito embora tenham vinculado das antigas

⁸⁵ Ver Ndlovu (2008:4)

metrópoles. Mas, os conflitos internos continuaram em Angola e Moçambique, a região entrou numa tremenda guerra civil envolvendo-se forças políticas externas das grandes potências mundiais. O caso de Angola teve uma guerra que durou quase 27 anos que teve envolvimento das tropas da ex-união Soviética e os Estados Unidos da América (EUA). De tal maneira também com Moçambique que teve uma guerra até nos finais dos anos oitenta (Filho 2007:17).

Por seu turno, observa-se que, a grande preocupação da região seria mesmo o inimigo do regime implícito do apartheid numa altura em que o mundo vivia de uma guerra fria e muitos desse país eram aliado dos blocos socialista da ex-União Soviética⁸⁶. Para além disso, a questão da descolonização, nomeadamente a guerra na Rodésia atual Zimbabwe, fizeram emergir esta comunidade de Estados de “linha de frente” em 1976 pelos seus sucessos na gestão da referida crise e conseqüente conquista da independência zimbabwiana, apostou na criação de uma conferência que capacitasse os Estados independentes e anticolonialistas da região na contenção e transformação da potência com mais resquícios de colonialismo da África Austral⁸⁷. Por conseguinte, a (SADCC) evoluiu-se das trincheiras de combate onde a única regra era avançar para um fim da independência ao nível regional principalmente na Namíbia e da África do sul países que faziam parte das mesmas unidades que combateram pois, sabiam que a independência de Moçambique e de Angola aconteceria em qualquer altura e juntamente combateriam para fim do regime (Murapa 2002:157).

Por outro lado, nos finais de 1970 teve o início da terceira fase do regionalismo da África Austral. Este período ficou marcado com a independência de Moçambique, Angola, e Zimbabué em 1980. Pois, a liderança do Estados da “Linha de Frente” denominada Conferências para Coordenação do desenvolvimento da África Austral (SADCC), reunidos em Arusha (Tanzânia) em 1979. Deste modo, a reunião de Arusha, contou com a participação dos líderes dos movimentos de libertação de países que ainda não tinham alcançado um governo de maioria⁸⁸.

⁸⁶ Ver José (2011:169)

⁸⁷ Ver TOMASSONI, et. all. (2013:3)

⁸⁸ Idem

Desta lógica, após uma extensiva deliberação sobre a visão do presidente Nyerere, resolveu-se então explorar a possibilidade de criar alguma forma de mecanismo regional que examinasse, monitorasse e coordenasse todas as questões de desenvolvimento económico nos países independentes da África Austral.⁸⁹ Mais tarde juntaram-se alguns países recém independentes como por exemplo: Angola e Moçambique em 1975. E assim, juntaram-se o ex- Presidente de Angola António Agostinho Neto e Samora Machel de Moçambique. Não obstante, depois da independência dos países lusófonos, a região passou-se a sentir a necessidade de aumentar o número de países ao nível da região e sobretudo, tratar de questões política, económicas. Mas esta abordagem situou-se precisamente, quando o Botsuana diligenciou junto dos seus parceiros da “Linha da Frente”⁹⁰. Elaborou o estatuto de uma organização mais lata onde fossem ainda incluídos o Lesoto, a Suazilândia e o Malawi. Assim, os governos da África Austral, reuniram em Arusha, onde os representantes dos 9 países acordaram para tratar juntamente com países fora da região e com organizações internacionais planos regionais para o desenvolvimento económico (Campo 1996:435).

Assim, SADCC foi oficialmente formada em 1 de Abril de 1980, seguindo a adoção do Protocolo de Lusaka e passou a funcionar em Lusaka. Tornaram-se membros da SADCC os seguintes países: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. O grupo nasceu das experiências positivas de íntima cooperação entre governos e povos da África Austral em sua luta contra a resistência colonial e as políticas do apartheid na região. Fortes laços de solidariedade surgiram de um sentimento de propósito comum e ação conjunta contra o colonialismo e o racismo. A iniciativa de formação de um bloco regional na região da África Austral, esteve intimamente relacionada com os fatores específicos vinculados a questão da república da África do Sul que adotou até bem pouco tempo atrás, uma política de apartheid e que significa ameaça real aos Estados Africanos geograficamente mais próximo (Filho 2007:8).

Pois, o bloco coordenou seus esforços, recursos e estratégias para apoiar movimentos de libertação ao mesmo tempo resistir às agressões do regime de minoria branca na África do Sul. Além disso, a liderança da SADCC estava convencida de que o facto de os seus países dependerem economicamente da África do Sul impedia seu próprio desenvolvimento. Portanto,

⁸⁹ ver Murapa (2002:157)

⁹⁰Ver Campos (1996:435)

buscaram reduzir essa dependência e adaptaram as políticas que visassem a integração das suas economias. É importante observar que enquanto a SADCC como um todo procurava reduzir a dependência da região sul-africana do mundo exterior, tal redução na realidade nunca ocorreu. Na verdade, a dependência aumentou, já que suas operações dependiam grandemente do auxílio de doadores e a maior parte desse investimento veio dos países nórdicos⁹¹.

De acordo com Murapa, (2002:158) foram traçadas as metas da SADCC, de modo que cada país membro alcançasse as prioridades nacionais por meio de uma ação regional, será necessário para que cada Estado membro assumisse a responsabilidade de coordenar um ou mais setores. Por isso, envolvia a proposição de políticas, estratégias e prioridades para o setor e processar projetos para a inclusão no programa setorial, monitorizando seu progresso e apresentando relatórios ao Conselho Ministerial⁹². Assim, aponta-se como razões do fraco desempenho económico da SADCC; (I) o uso de políticas pouco adequadas e insuficientes de gestão; (II) problemas de balança de pagamentos e fraca base produtiva; (III) taxas de crescimento da população superiores às de crescimento da produção; (IV) desequilíbrios regionais, disparidades nos níveis de PIB global e PIB percapita e de esperança de vida; (V) ação dos governos do apartheid da África do Sul (Namburete 2002:141).

Neste sentido, pretendemos observar que o grande sucesso da SADCC residia no facto de esta componente ser bem aceite ao nível internacional tendo por isso um forte apoio tanto da Comunidade Europeia (CE), como dos países nórdicos que agora alguns deles também fazem parte da Comunidade Europeia. E neste caso fizeram mudar as prioridades dos países investidores, (Pereira 1995:30).

De acordo com (Ndvolu 2008:4), a quarta fase denominada a fase da consolidação do Estado e desenvolvimento regional da África Austral, observou-se que as preocupações dos chefes de estados da região encontravam-se basicamente em desenvolverem as instituições e reformarem os sistemas políticos para se alinharem com a prática universal. Não obstante, a política externa ao nível regional estava primariamente virada para a mobilização de recursos para o desenvolvimento nacional. Não se nota em nenhum Estado a preocupação de ceder parte da soberania antes pelo contrário, observam-se os esforços de busca de vantagens para o fortalecimento do Estado nacional. De acordo com o por Schuck, et. all. (2009:2), existe dois

⁹¹ Idem

⁹²Idem

fatores que ilustram a intensificação das relações regionais na África Austral: (1) o consequente conflito entre as duas potências do subcontinente, Angola e África do Sul; (2), o fim da política de desestabilização do governo de Pretória em relação aos seus vizinhos⁹³. De facto, de um lado se encontrava a Constelação de Estados da África Austral (CONSAS), dirigida pela África do Sul, de outro a Conferência para a Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Nesta perspetiva, verificou-se que a grande transformação da organização de uma conferência de coordenação em SADC foi realizada ao 17 de Agosto de 1992, em Windhoek, capital da Namíbia pelo qual a Declaração e o Tratado da SADC foram assinados na Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo que deram assim à organização um carácter legal segundo o qual a Conferência de Coordenação de desenvolvimento daria lugar à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e assim os princípios básicos deixaram de ser políticos para a natureza eminentemente económica. Neste contexto o bloco passou a englobar mais países e a obter uma maior importância ao nível regional, internacional⁹⁴. Esta transformação teve a sua génese durante os anos do apartheid na África do Sul, após a queda deste objetivos imediatos foi à incorporação de uma África do Sul democrática na “nova” organização regional (Rocha 2010:230).

No entanto, o Tratado da SADC tem vários protocolos incidentes sobre os assuntos específicos nomeadamente o protocolo do Comércio das Finanças e do Investimento. Por esta razão, alguns dos princípios estipulados na SADC são voltados para as necessidades da comunidade como direitos humanos para que a região emerja como um autor competitivo e eficaz nas relações internacionais e na economia mundial (Medeiro, 2013:341).

Sendo os atuais membros pertencente ao bloco da África Austral são 15 Estados-membros; África do Sul, Angola, Botswana, RD Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe, dos quais um está suspenso (Madagáscar), por motivo do golpe de Estado militar⁹⁵. Assim a Namíbia aderiu em (1990), Maurícia e Seychelles (1995), e República da África do Sul, país que vivia sob o

⁹³ Ver Schuck et. all. (2009:2)

⁹⁴Ver Relatório de Moçambique (2008:4)

⁹⁵ Ver, Jornal Expansão nº 27 (2009:2-3)

regime da Apartheid, apenas se democratizando em 1992. Efetivamente, a adesão da África do Sul à SADC veio acontecer em (1994), e República Democrática do Congo aderiu em (1997), e Madagáscar (2004). Por outro lado, a sede da SADC encontra-se localizado em Gaborone capital de Botswana, a comunidade tem como línguas oficial, o Inglês, português e francês. Porém, o bloco ainda não tem o Status de mercado comum mas é de grande importância para a comunidade local e representa os esforços mais bem-sucedidos da necessária cooperação entre os países do continente⁹⁶.

Áreas de cooperação

- Segurança alimentar, terras e agricultura, serviços;
- Indústria, comércio, infraestruturas e finanças;
- Desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia;
- Recursos naturais e meio ambiente;
- Bem-estar social, informação, cultura e desporto;
- Política diplomacia, relações internacionais, paz e segurança⁹⁷.

De acordo com Gilles (2008:14), a missão e o objetivo predominante da SADC é fomentar relações multilaterais de mera cooperação entre os Estados-membros na esfera das atividades económica. Assim, verifica-se que no âmbito da SADC preconiza no seu Tratado a prossecução dos seguintes objetivo:

Primeiro, alcançar o desenvolvimento e crescimento económico de forma a aliviar a pobreza e miséria nestes países;

Segundo, melhorar de forma sustentável e progressiva os padrões de qualidade de vida dos povos da África Austral assim como, apoiar social e economicamente os mais desfavorecidos através da inclusão e integração regional;

Terceiro, evoluir para encontrar uma plataforma de interesses valores políticos, sistemas e instituições comuns;

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Ver Relatório da AIP (2014:26)

Quarto, promover políticas de autopromoção e de desenvolvimento com base em estratégias comunitárias;

Quinto, alcançar a complementaridade entre as estratégias políticas e económicas nacionais, regionais e globais;

Sexto, promover e maximizar as políticas de emprego produtivo e utilização dos recursos desta região da África Austral;

Sétimo, procurar atingir níveis de utilização dos recursos naturais com níveis sustentáveis de responsabilidade social e ambiental;

Oitavo e último ponto, fortalecer os laços de cooperação diálogo e participação baseados numa história comum em afinidades culturais e relações entre os vários povos da região⁹⁸.

Para tal deve verificar que para atingir o desenvolvimento socioeconómico que se propõe alcançar a organização delineou um conjunto de planos e metas integrativas que através da coordenação e cooperação intraestatal se considerariam passíveis de servirem de força motriz ao crescimento sustentado, sustentável e equitativo da região que tem como principal flagelo os elevados níveis de pobreza das populações com todas as implicações multissetoriais para as suas condições de vida saúde alimentação, educação, infraestrutura saneamento (TOMASSONI, et. all. 2013:7). Para fazer face aos imensos desafios que têm sido enfrentados na área de desenvolvimento de infraestruturas na região há bastante tempo foi finalmente concluída a elaboração do Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas da SADC⁹⁹. A elaboração do Plano diretor implicou um processo abrangente que contemplou um amplo leque de consultas envolvendo principalmente os Estados Membros as instituições regionais da SADC, o sector privado e os autores não-estatais.

Partindo desta análise, observa-se que o projeto na área de educação o treinamento de mão-de-obra qualificada tem sido em parte realizado. Os profissionais a serem formados são os que foram identificados como os mais importantes ao desenvolvimento imediato como gestores públicos, técnicos, engenheiros especialmente agrícolas e cientistas com formações aplicáveis à indústria. Devido à falta de capacidade de treinamento local desses cargos, têm sido oferecidas

⁹⁸ Para mais informações ver Relatório de Moçambique (2008:4-5)

⁹⁹ Relatório da SADC (2012:10)a

bolsas de estudo em centros de formação estrangeiros e tem-se apostado na criação de centros de formação intelectual e técnica na região¹⁰⁰.

A discussão anterior analisou-se sobre a abordagem em torno do contexto histórico em que se desenvolveu a SADC. A síntese caracterizou as mudanças que se registou na região da África Austral quando a SADCC mudou de nome em 1992.

3.2 Enquadramento Regional Económico no Espaço da SADC

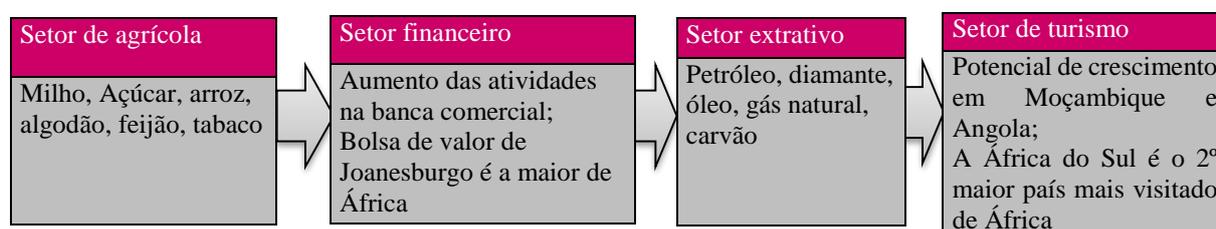
O presente estudo trata-se de identificar alguns aspetos da economia dos países do agrupamento regional da SADC. E assim, o enfoque partirá sobretudo da contextualidade em termo da evolução da economia da SADC, em que vai se desenvolver variados projetos de criação de infraestruturas regional. E constituído no curto prazo a criação da União Aduaneira e de mercado comum. Porém, para compreender melhor a peculiaridades mais relevantes que tem a ver com a consecução desse objetivo geral requer-se necessariamente complementar os seguintes objetivos que caracterizam as maiores economias dos países membro da SADC.

De facto, o desempenho económico da região da SADC nos últimos anos, foi fortemente dependente da procura de matérias-primas que foi largamente influenciado pela desaceleração da economia global, mais precisamente das economias avançadas e das economias emergentes¹⁰¹. No entanto, a SADC tem vindo a reforçar o seu impacto na comunidade internacional e a incrementar a integração da sua zona de comércio livre. Em termos de setores relevantes na região se destacam os seguintes desafios:

¹⁰⁰ Idem

¹⁰¹Ver Relatório da AIP (2014:33)

Figura nº 2 Setores Estratégicos da SADC



Fontes: AIP (2014)

No tocante a setor relevante, observa-se que a SADC conta com um mercado potencial na ordem dos 286 milhões de consumidores, distribuídos pelos seus Estados Membros que apresentam características distintas, quer do ponto de vista das estruturas produtivas, como da preferência dos consumidores. Estima-se que este número poderá aumentar nos próximos anos¹⁰².

Quadro nº 2 Indicadores Económico Seleccionados Para os Estados Membros da SADC em milhões de USD (2007- 2013)

Países membro	População (Semestre)	PIB (aos Preços actuais, milhões USD)	PIB Per Capita (USD)	Taxa de Câmbio Média/UD	Exportações De Bens e Serviços (milhões USD)	Importações De Bens e Serviços (milhões/USD)	Total da Dívida Externa (milhões USD)	Reservas Internacionais em (milhões USD)
Angola	20.820.525	114.197	5.485	95,27	67.088	20.228	16.204	27.684
África do Sul	51.189.306	384.313	7.508	7,30	117.033	119.501	111.462	42.595
Botswana	2.003.910	14.411	7.191	6,80	6.820	7.725	4.007	8.824
Lesoto	2.051.545	2.448	1.193	7,30	1.157	1.986	786	1.34
Madagáscar	22.293.914	9.975	447	2.025,10	2.657	4.110	2.637	1.26
Malawi	15.906.483	4.264	268	156,50	1.421	2.432	1.367	2.577
Maurícias	1.291.456	10.492	8.124	28,80	6.086	7.463	6.337	2.304
Moçambique	25.203.483	14.588	579	29,06	3.453	5.499	6.643	2.304
Namíbia	2.259.393	12.807	5.668	7,15	5.499	6.643	4.385	1.775
R.D. Congo	75.259	17.870	272	919,44	10.133	11.501	4.518	1.273
Seychelles	87.785	1.032	11.758	12,38478	478	876	461	279
Swazilândia	1.230.985	3.747	3.044	7,26	2.643	2.965	382	576
Tanzânia	47.783.10	28.249	609	1.573,69	7.460	14.004	8.960	3.761
Zâmbia	14.075.099	20.678	1.469	4.797,00	9.047	7.637	3.648	3.761
Zimbabwe	13.724.317	10.814	788	1,00	3.645	7.047	14.317	X
SADC	285.626.313	649.885	2.275	212.520	244.620	219.778	180.550	96.61

Fonte: Relatório da SADC Agosto de 2011 - Julho de 2012. Relatório da AIP (2014)

¹⁰² Ver Relatório do Banco Nacional de Angola (2011:10)

Para tal em termo de evolução económico encara-se que hoje as duas maiores economias da SADC, Angola e África do Sul, ensaiam a estratégias de cooperação que visam relançar o comércio na SADC região que conta com um PIB superior de 700 biliões de dólares¹⁰³, com um rendimento total na ordem de 431 biliões de dólares em 2007.

África do Sul é a maior economia da região com um Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 282 biliões de dólares em (2007) e 406.063 milhões de dólares para (2012). Representando 65 % do total do mercado da SADC. O maior país em termos de população é a República Democrática do Congo com uma população de 61 milhões de habitantes em 2007 e 75.259, milhões de habitantes em 2012. Em contraste o Botswana, as Maurícias, a Namíbia e a Suazilândia têm populações de 2 milhões de habitantes. O PIB percapita também varia consideravelmente para o Botswana o PIB percapita é de 7.694 milhões de dólares por ano enquanto para Moçambique e a República Democrática do Congo é estimado em 264 e 166 milhões de dólares, respetivamente (2007)¹⁰⁴. Sob a contribuição do PIB da SADC iremos explicar numa seção seguinte.

No entanto, em relação à economia da SADC verifica-se que África do Sul é um país relativamente forte e diversificado, base de uma acumulação moderna originária do período do Apartheid, sob enérgicas políticas industriais de cariz proteccionista e substituição de importações uma agricultura industrial, indústria diversificada, serviços com tecnologias de ponta. Mas, as atividades económicas na região tendem a gravitar á sua volta com polarização de localização próxima a África do Sul, traçou-se os seguintes desafios; (a) melhores infraestruturais, estradas, caminhos-de-ferro, finanças, telecomunicações etc; (b) mais eficiente aparelho estatal com a promoção e regulação; instituições relativamente fortes; maior mercado; economias de aglomeração de escala e de escopo¹⁰⁵.

De acordo com Medeiro (2008:546-7) África do Sul emerge como potência regional dentro da SADC. A economia da África do Sul é abundante em recursos naturais como: o ouro, platina e diamantes, que nos últimos anos foram as mais sofisticadas do continente africano com um

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ Para uma descrição mais detalhada ver SADC (2012:2)b

¹⁰⁵ Ver Jornal, de Angola, (2012)a

crescimento de 2,5%. Não obstante África do sul importa a energia elétrica de Moçambique através de Cabora Bassa. A economia de África do Sul são exportados dentro dos países que formam a SACU mais os principais cliente dos seus produtos são; EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, Itália, Bélgica e Espanha.

Porém as exportações da África do Sul para SADC totalizaram 4 bilhões de dólares nos últimos anos, o que representa 8,7% do total das suas exportações. Assim, o contributo geral do setorial para o PIB são provenientes dos Setores primário com 9%, secundário com 19%, terciário 72%¹⁰⁶. Zimbabué cujas as suas principais exportações por produtos são; Ouro com 15%, pedras preciosas 7%, prata e platina 7% Automóveis 7%, Bombas e compressores 4%, Alumínios 4%, produtos petrolíferos refinados 4%, ferro 3% e frutas com 3%¹⁰⁷. De facto, à paridade cambial dos desenvolvimentos sul-africanos em termos de política monetária e cambial afetaram igualmente os países vizinhos como por exemplos; Namíbia, Lesoto e Suazilândia, que são membros da Área Monetária Comum (AMC). O Botsuana, foi igualmente afetado, devido à importância das importações provenientes da África do Sul e do regime cambial de desvalorização deslizando. Em Angola, a menor pressão da inflação e a estabilidade do câmbio permitiram ao Banco Central a redução da taxa de juro de referência, com o objetivo de estimular o crescimento do crédito¹⁰⁸.

As importações de produtos da SADC são maioritariamente importada pelos países industrializados (China, países membros da EU, Japão e Índia). Nota-se que a China foi o único país que conseguiu aumentar significativamente a sua importância relativa nas importações do bloco em parte pela sua crescente necessidade de recursos naturais dos quais se destacam o “petróleo”. A importação de petróleo do bloco resulta em grande medida das necessidades da África do Sul que além das importações de Angola, importa petróleo dos Emirados Árabes Unidos e Nigéria. Aliás, Angola encontra-se no terceiro lugar das importações de petróleo de África do Sul, apesar de ter capacidade de produzir petróleo suficiente para suprir a totalidade das necessidades deste país¹⁰⁹. No entanto referimos que na seção a seguir iremos reforçar sob

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ Medeiro (2008:546-7)

¹⁰⁸ Para mais informações ver Banco Mundial (2012:36)a

¹⁰⁹ Ver Relatório da AIP (2014:52)

esta temática. Nestas circunstâncias, as importações de produtos de Moçambique destacam-se; a maquinaria e equipamentos de transporte, representando cerca de 33% das importações totais da região. Em segundo lugar surgem as importações de combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados com um peso de 18%, dada a inexistência de capacidade instalada na refinação de petróleo na região¹¹⁰.

No entanto, observa-se que as exportações dos Estados Membros da SADC são maioritariamente matérias-primas com especial relevo para o petróleo e seus derivados, diamantes, minérios e cobre, denotando assim a elevada importância que as indústrias ligadas à extração mineira ou petrolífera têm nos países da região. Pela natureza das exportações (matérias-primas), os principais destinos analisados individualmente continuam a ser os países com elevada produção industrial. Assim, boa parte do petróleo exportado pelos países da SADC tem como destino a China, os EUA, a Índia e Taiwan¹¹¹.

Deste modo, notou-se que a falta de complementaridade entre a maior parte das economias da região leva a poucas trocas comerciais intra-SADC em 10% do total das trocas. Entretanto, as economias da SADC nas suas maiorias são fracas, em geral com dominação de um ou dois produtos nas exportações. Assim, as principais exportações para área da SADC vão para os seguintes países: Zimbabué 8,8%, Angola 2,5%, Moçambique com 2%, Zâmbia 2%¹¹².

Por esta síntese, analisa-se que em Malawi, a política de contração foi a via mais rápida para combater a inflação, neste caso foram aplicadas medidas para limitar o financiamento monetário da dívida pública. Para além disso e de forma a evitar o esvaziamento da reserva de divisas, abandonou-se a paridade cambial com o dólar norte-americano, o que gerou uma desvalorização de cerca de 50%¹¹³. Porém, o tabaco e confeções representam cerca de 95%, Moçambique com 73% Alumínio, Zâmbia: 69% Cobre, RDC com 70% Ouro e diamantes, entre outros mineiros, e Botsuana com 90% de diamante (Medeiro 2013:346).

¹¹⁰ Idem

¹¹¹ Ver Relatório da AIP (2014:57)

¹¹² Sob este assunto analisar o Jornal de Angola, (2008:12) 24.08.2008

¹¹³ Ver Relatório de Banco Mundial (2012:36)a

Depois desta contextualização da económica da SADC é importante saber a política ou modelo de integração da SADC. À luz da prossecução dos objetivos prescritos no artigo 5 do tratado que cria a SADC e no âmbito do artigo 22 do mesmo tratado, foi assinado o protocolo do comércio em 1996 pelos Estados membros da SADC. Evidentemente que o Protocolo de Comércio da SADC é a base legal da ZCL, pelo qual encontra-se em vigor desde 1 de Setembro de 2000. O Protocolo vincula os Estados Membros à eliminação das taxas existentes a troca de produtos e serviços, visando harmonizar os procedimentos comerciais e burocráticos das taxas ao nível da SADC, como sucede a título exemplificativo com a harmonização dos títulos de transporte de mercadorias. Tem ainda como objetivo a definição das regras de origem da SADC e a redução de outras barreiras ao comércio a nível regional, facilitando assim o movimento de capitais, bens e serviços transfronteiriços¹¹⁴.

Desse modo nota-se que o grande objetivo nesta área está intimamente ligado à implementação, à concretização da Zona de Comércio Livre (“ZCL”), em 2008, e altura em que 85% dos bens teriam a tarifa zero¹¹⁵. Assim aderiram imediatamente a Protocolo da SADC, 12 dos 15 Estados Membros: África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Maláui, Maurícias, Madagáscar, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué. Estando em via de concretização a entrada dos países que ainda não aderiram ao Protocolo de Comércio¹¹⁶.

Efetivamente tendo observado que o reconhecimento das desigualdades entre os Estados membros signatários do Protocolo Comercial da SADC determinou, desde a criação do Protocolo, a divisão dos países membros em três grupos: grupo (I), engloba países membros da União Aduaneira da África Austral (SACU), designadamente, África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Suazilândia); grupo (II), liderado por dois países em desenvolvimento como por exemplo; Maurícias e Zimbabué, que terminaram os seus desarmamentos na fase intermédia do período compreendido entre os anos de 2000 e 2008; e grupo (III), abrange os países menos desenvolvidos, Moçambique, Malawi, Tanzânia e Zâmbia, a iniciarem e terminarem os seus

¹¹⁴ Ver Relatório de Moçambique, (2008:6)

¹¹⁵ Ver SADC (2012:3) b

¹¹⁶ Ver Relatório da AIP (2014:27)

desarmamentos tarifário mais perto do fim dos dois períodos máximos estabelecidos entre 2007 e 2008¹¹⁷.

No entanto, esta estratégia incluem, a implementação efetiva de plena participação de todos os Membros que concluem as suas respetivas participações ou consultas para o efeito, pleno engajamento da comunidade de negócios da Região e do público em geral. Através de uma estreita colaboração entre as autoridades alfandegárias, o setor privado e outras partes interessadas podem “instaurar-se vias criativas para aumentar a transparência, melhorar a capacidade de monitorização e eliminar barreiras não-tarifárias na região da SADC¹¹⁸.

Quando nº3 as quatro categorias tarifárias: A, B, C e E. como se destaca na figura nº 5:

Categoria A Liberalização imediata	Produto imediatamente liberalidade, aqui estão os 85% das mercadorias comercializadas com a taxa de zero;
Categoria B Liberalização gradual	Adiantamento (liberalização gradual) as tarifas são reduzidas, de forma igualitária, desde o 1.º até ao 8.º ano; <ul style="list-style-type: none"> •Normalização (liberalização de comercio Maurícias e pelo Zimbabué) as tarifas são reduzidas, de forma igualitária, desde o 4º até ao 8º ano; •Atraso (liberalização gradual por MMTZ) as tarifas são reduzidas, de forma igualitária, desde o 6º até ao 8º ano
Categoria C Mercadorias sensíveis	Estão incluídas nesta categoria, as mercadorias de elevada importância económica para os Estados Membros: <ul style="list-style-type: none"> •A redução tarifária tem início apenas após o período de 8 anos; •Representam 15 % das pautas e dos desarmamentos progressivo far-se-à depois de 2015.
Categoria D Lista de exclusão	Esta categoria compreende um número reduzido de mercadorias (como, nomeadamente, armas de fogo). (Listas de exclusões)

Fonte: Relatório de Moçambique (2008)

Por este facto, Castel-Branco (2005:22), salienta que o Protocolo Comercial da SADC prevê que os estados membros da SADC possam introduzir salvaguardas para proteção sanitária e fitossanitária, para garantia das normas técnicas de comércio para proteção anti dumping, para se protegerem contra subsídios introduzidos por outros estados membros e para protegerem as suas indústrias caso possam provar que estas estão a ser séria e excessivamente danificadas pela liberalização comercial. Pois, estas salvaguardas só podem ser introduzidas no quadro do espírito e da letra do protocolo comercial da Comunidade desenvolvimento para África Austral,

¹¹⁷ Ver Relatório de Moçambique (2008:7)

¹¹⁸ Ver Relatório de Moçambique, (2008:5)

(SADC) e da organização mundial do comércio (OMC), e tanto quanto possível têm apenas um caráter transitório este caráter transitório das salvaguardas não se aplica, por exemplo, à proteção sanitária e fitossanitária tem que ter um caráter permanente¹¹⁹.

Não obstante nota-se no caso das regras de origem, os estados-membros decidiram rever e simplificar as regras atuais num número selecionado de produtos específicos. As regras de origem (RoO) da SADC continuam como um dos aspetos mais contenciosos da agenda do comércio. As regras de produto específico que caracterizam o regime das regras de origem (RoO) da (SADC), continuam a frustrar o comércio regional; concretamente, no vestuário, têxteis e produtos agro-processados. Em contraste, destes os regimes das regras de origem (RoO) da (EAC) e da (COMESA), são simples, adaptando regras de identificação de origem nacional. Pode-se esperar que a divergência entre as duas abordagens resulte numa ‘batalha de dois regimes nas negociações Zona de Comércio Livre, Tripartida T-FTA iniciadas no princípio dos anos de 2012 (Hartzenber, 2012:12).

Desta lógica, as Regras de “Origem” são instrumentos importantes no processo de integração regional. Determinando a origem dos bens transacionados que podem servir e possibilitar o tratamento pautal preferencial de mercadorias comercializadas entre os Estados Membros da SADC. No entanto, para que um produto qualifique como originário de um deve satisfazer um dos critérios das regras de origem da SADC: Regra "totalmente produzidos, obtidos": As mercadorias produzidas ou manufaturadas em utilizando materiais da região são consideradas como originárias da região da SADC; "Regra suficientemente trabalhados ou processados": a transformação de um produto num produto diferente. Para que um produto beneficie da isenção num Estado Membro, torna-se necessária a apresentação de evidência documental no posto aduaneiro fronteiriço¹²⁰.

Enfim, a síntese que abordamos anteriormente tratou-se de caracterizar as perspetivas económicas do bloco regional da SADC. Assim, descreveu-se sobre as disparidades existente em termo económico na região da África Austral com realce para a economia sul-africana país que lidera o ranking da melhor economia de África e em particular da SADC. Seguidamente

¹¹⁹ Idem

¹²⁰ Ver Relatório da SADC (2012: 15) c

concluímos que nos capítulos seguintes iremos explicar ainda melhor em termo da evolução económica da SADC.

3. 3 O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) como a Base Estratégica para o Futuro da SADC

O presente estudo analisa -se sobre a questão de (RISDP), evidentemente que neste subcapítulo mostraremos as seis formas desenvolvida por SADC para concretizar os seus determinados objetivos. Ainda importa dizer que o RISDP não é um instrumento juridicamente vinculativo. Mas goza de uma enorme legitimidade política, é muitas vezes como ponto de referência em relação à agenda de integração da SADC. Assim, o RISDP, desempenha um papel preponderante ao nível regional devido a sua enorme importância, que poderá definir as metas estabelecidas pela SADC.

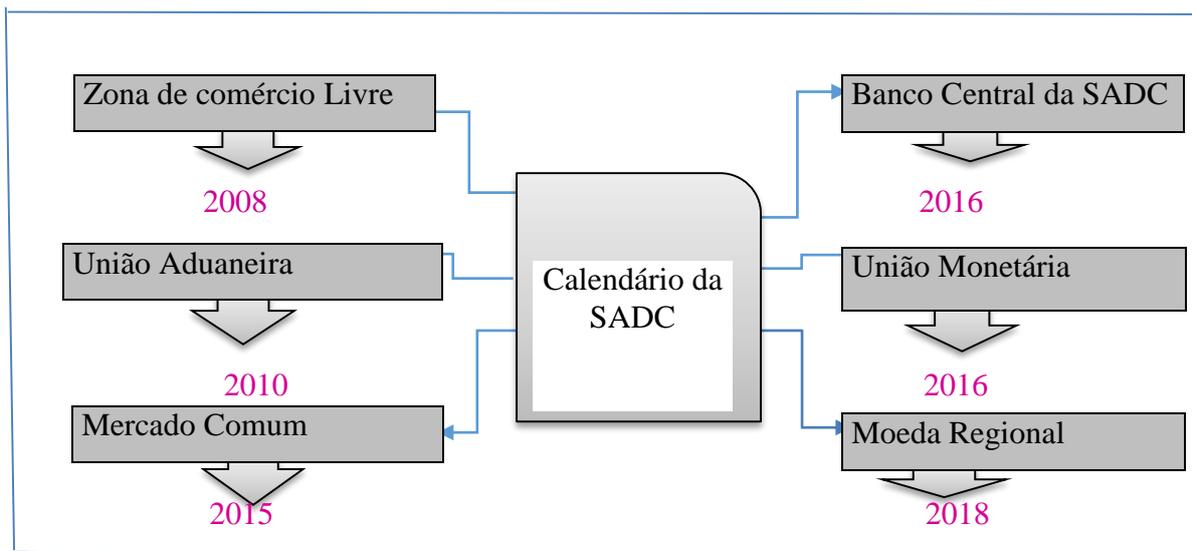
No entanto, a partir de Agosto de 2004 em Arusha, foi lançada numa conferência extraordinária da cimeira de chefes Estados da África Austral, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), a declaração formal da SADC de estratégia de integração de desenvolvimento foi alcançada em 2003. Essa trajetória linear completaria o processo de integração económica na região e providencia uma agenda coerente e abrangente das políticas sociais e económicas para os próximos 15 anos, onde se traçam as prioridades, as políticas e a estratégia para o aprofundamento da integração económica regional. Nesta perspetiva, (RISDP). Basou na visão da SADC, que indica as diretrizes para o desenvolvimento da Região e apoia no enunciado da missão da SADC¹²¹. E é vista como área de intervenção que catalisa a liberalização do comércio e da economia para que haja uma integração mais profunda e para a erradicação da pobreza.

Nesta visão, existem algumas prioridades consagradas pelo Plano que são essencialmente económicas e harmonizar as políticas macroeconómicas, prosseguir a estabilidade e a convergência macroeconómica, das políticas fiscais e monetárias e financeiras liberdades de circulação dos capitais, liberalização do setor bancário e dos mercados financeiros.

¹²¹Sob este assunto analisar o relatório de Moçambique (2008:5)

De fato, o relatório da SADC, (2012:5)b enfatiza que o Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico, define as metas ambiciosas para a integração regional: eis a seguintes etapas:

Figura nº 6 As diferentes Etapa de Integração Económica da África Austral SADC



Fonte: adaptado por autor através dos resultados do Relatório da SADC, (2012)b Zona de Comércio

A Zona de Comércio Livre da SADC foi criada, para reduzir as restantes barreiras tarifárias relativas aos produtos sensíveis já citado anteriormente, tal forma foram realizada em Janeiro de 2012, o processo de redução tarifária havia em grande medida sido concluído por 14 países membro da SADC. Porém, observa-se entre os países que já reduziram as barreiras tarifárias, somente Moçambique é a principal exceção, tendo negociado para concluir-se as reduções tarifárias sobre importações da África do Sul até 2015 (Hartzenberg, 2012:15). Nessas circunstâncias, desde 2008, o ponto de foco residiu na consolidação da ZCL da SADC, de modo a garantir a sua eficácia na promoção do comércio Intra-SADC e o alcance de uma ZCL plenamente funcional em 2012. Está em curso um processo abrangente de auditoria dos compromissos assumidos para 2012. Esta auditoria será particularmente importante, pois cobrirá todos os aspetos ligados à implementação do Protocolo sobre as Trocas

Comerciais que avalia o progresso alcançado e identifica-se as debilidades existentes, numa altura em que a região se prepara para aprofundar o seu processo de integração¹²².

Por seu turno, no seio da SADC os esforços quando a preparação de estudos preliminares são ligados aos preparativos para as negociações sobre a União Aduaneira da SADC. Os primeiros estudos reportam sobre o Modelo da União Aduaneira. Porém, a compatibilidade das Políticas de comércio corresponde ao resultado das consultas e discussões empreendidas em volta destes estudos, o Conselho da SADC, aprovou a criação de grupos técnicos de trabalho (TWGs) para iniciar trabalhos nos domínios chaves da SADC, nomeadamente: tarifa externa comum, cobrança de receitas, distribuição e mecanismos de partilha, incluindo o Fundo de Desenvolvimento, arranjos legais e institucionais e harmonização das políticas de indústria, agricultura, infraestruturas, concorrência e de outros setores¹²³. De facto com (Hartzenberg 2012:16-17), o segundo passo na agenda de integração económica da SADC conforme orienta o “RISDP” em 2012, foi através da criação de uma União Aduaneira da SADC, inicialmente planeado em 2012. Um importante desafio atinente à criação de uma união aduaneira regional é a sobreposição de filiação: quase todos os Estados Membros da SADC à exceção de Angola e Moçambique já pertencem às uniões aduaneiras dentro da COMESA, EAC ou SACU. Tecnicamente, considerando a condição para uma Tarifa Externa Comum (CET), conforme orienta a OMC, “um país não pode pertencer a mais de uma União Aduaneira”¹²⁴.

De salientar, que o Mercado Comum da SADC é um dos principais objetivos que poderá ser concretizado no futuro próximo. Por outra palavra, a SADC espera estabelecer um Mercado Comum no período de curto prazo (2015)¹²⁵. Assim, cada país espera que a integração económica ao nível regional venha trazer os benefícios e que por sua vez se espera a promover o desenvolvimento industrial e aumentar a competitividade em todos os setores. Apesar dos atrasos em chegar às metas anteriores, a SADC está a evidenciar os esforços para superar os desafios apresentados pela União Aduaneira, com a meta de longo prazo de estabelecer um mercado comum. Assim, a União Monetária exige também a liberalização das transações da

¹²² Ver Relatório das atividades do secretariado da SADC (2012:22)a

¹²³ Ver Relatório da terceira publicação de Áfricas, (2011:99)a

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Ver para mais informações ver relatório da SADC (2014)

conta corrente e de capital entre os Estados Membros, e adoção de um mecanismo harmonizado de taxa cambial, o Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento Público, (FIP). Porém, o passo final no processo de aprofundamento da integração económica regional da SADC é a implementação de uma moeda única, que irá estabelecer a região como uma União Económica. Porém, o (RISDP) estabeleceu a meta de uma moeda única até 2018 para a realização deste marco ¹²⁶.

De acordo com (Haffner e Mampava, 2010:71), enfatiza que a integração regional na SADC, implica necessariamente a convergência das economias de modo a reduzir a heterogeneidade das economias dos países membros. Tal processo de convergência não apenas depende do esforço individual dos países membros como também implica colaboração intensiva dos seus componentes num trabalho conjunto de forma a atingir os objetivos da estabilização, implementação de políticas macroeconómicas comuns crescimento, desenvolvimento e competitividade das atividades económicas de todos os países que compõem o grupo. Mas, os líderes da SADC, exprimiram a confiança de avançar com a moeda única até 2016, em seguimento à implementação de um mercado comum em 2015, marcado pela livre movimentação de pessoas e capital. Assim, os governos da SADC estão ciente quanto a introdução de uma moeda única que será gerida por um único banco central¹²⁷.

Pois, para que as metas sejam alcançadas a SADC irá por começar por uma posição onde as condições não estão boas para a integração mais os objetivos são meramente forte e logo foi preciso estabelecer as metas chave de convergência económica. Eis a seguir: (a) o índice de inflação de 1 dígito, até em 2008 e um teto de 5% em 2012; e 3% até em 2018; (b) a relação entre o défice orçamentário e o PIB foi inferior a 5% em 2008 e 3%, em 2012, devendo manter-se como uma referência na faixa de 1% até no ano de 2018; (c) o Valor atual Líquido da dívida pública situou-se em menos de 60% do Produto Interno Bruto, (PIB) em 2008, devendo se manter durante todo o período do plano ou seja, até em 2018¹²⁸.

Em suma, conclui-se dizer que a síntese abordada anteriormente, descreveu-se sobre o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) como a Base Estratégica para o

¹²⁶ Ver Relatório da SADC (2012) d

¹²⁷ Idem

¹²⁸ Sob este assunto ver o Jornal de Angola (2008:10)

Futuro da SADC. Isto é, fez-se uma análise das seis etapas que formam a SADC, como o bloco que define todas as políticas e diretriz de integração económica ao nível de África Austral. Assim, no seio da SADC, existem os maiores obstáculos que impedem o desenvolvimento sustentável da região. Porém, a explicação deste iremos concluir num estudo posterior.

3.4 As maiores Dificuldades que se Colocam na Região da SADC: Perspetiva e Futuro

Este subcapítulo aborda-se sob as maiores dificuldade que se colocam na região da África Austral “SADC”. Assim são vários desafios e obstáculos que se verificam ao nível da África Austral. Por esta razão, no primeiro ponto trataremos sobre os aspetos de pertinência, mais que dificultam a integração regional da SADC. Enfim explicaremos, o diferente fator que serve como futuro para região da África Austral.

De facto, a SADC constitui uma geografia de oportunidade de Investimento Direto Estrageiro, na contribuição para o seu desenvolvimento, agregando cerca de 650 mil milhões de dólares de PIB. Os planos de desenvolvimento e reforço de integração podem gerar a prazo oportunidades de modernização económica da região e intensificação de trocas comerciais, a par de um incremento do tecido industrial com potencial exportador, os quais poderão ser impulsionados pela concretização das ZCL e dos instrumentos para o desenvolvimento de setores industriais competitivos a nível global, a que não ficará alheia a modernização e maior integração do mercado de capitais e do sistema financeiro¹²⁹. No quadro geral da SADC, correspondente ao RISDP, estabelece a cooperação entre os Estados Membros no projeto da integração regional. A sub-região enfrenta presentemente uma série de desafios de segurança, sobretudo de pirataria marítima que afeta os estados costeiros e insulares; crime organizado; e questões de como melhor utilizar os recursos económicos recém-descobertos em benefício de todos devido às influências de divisão e desestabilização resultantes dos “recursos de conflitos” vividas recentemente em algumas regiões da África¹³⁰. Neste caso, o futuro da SADC parte através da revisão do RISDP no ano em curso que proporciona uma oportunidade singular para avaliar os objetivos de integração económica da SADC, suas realizações e tomar também em consideração a realidade económica e política da região e os desenvolvimentos internacionais

¹²⁹ Ver Relatório de AIP (2014:67)

¹³⁰ Ver Manual da SADC (2012) b

para definir uma agenda de integração mais realista e apropriada. A breve análise a apresentada inclui alguns aspetos que deverá constar da agenda de revisão do RISDP¹³¹.

Além disso, os Estados Membros deverão investir em infraestruturas, materiais primas, designadamente nos transportes, nas tecnologias e nos programas de saúde e sociais para gerar o máximo de benefícios de uma força de trabalho qualificada e formada. A liberalização do comércio e financeira, o desenvolvimento de uma indústria competitiva e diversificada e o aumento do volume de investimentos são cruciais para o alcance da integração regional e a erradicação da pobreza na SADC¹³².

No entanto, o RISPD, como já mencionados anteriormente estabelece a meta de criação de Mercado Comum e de uma moeda regional, nota-se que foi criada um programa de um sistema para facilitar a cooperação transfronteiriça de pagamento e liquidação de todas as tarifas que foi desenvolvido pelo Comité Gestor de Sistemas de Pagamentos da SADC. Este sistema permitirá que a liquidação de operações de pagamento em um local central deverá ser baseada em uma moeda única em 2018¹³³. Este sistema poderá inicialmente servir como testes atuais de forma que todos os países que integram na Zona Monetária Comum, que usam a moeda de Rand Sul-africano como por exemplo; (África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), que avaliasse a sua política e que criassem o seu sistema monetária no período de médio prazo. Estes Estados Membros devem estar pronto para agruparem no resto do Estados Membros da SADC, assim a região avançará com o processo de integração económica¹³⁴.

Pois, a seção citada anterior analisou-se sobre as maiores dificuldade que se colocam na região da África Austral “SADC” e caracterizou-se também os fatores que impede o desenvolvimento da SADC.

¹³¹ Ver Documentos Políticos da SADC (2012: 15) c

¹³² Idem

¹³³ Ver Relatório da SADC (2012) d

¹³⁴ Ver a “Revista “ÁFRICA 21, (2010:21)

CAPITULO IV: INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL:

OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS RELAÇÕES ECONÓMICAS COM OS PARCEIROS DA “SADC”

Este capítulo procura fornecer um quadro de referência que permita entender o processo de integração económica de Angola; desafios e oportunidade ao nível da África Austral SADC. Deste modo a nossa análise focalizar-se-á na apresentação e discussão das múltiplas condições e as bases para uma perspectiva de desenvolvimento para a economia angolana ancorada no reforço da integração regional. Posteriormente, explicaremos as principais oportunidades que se colocam à economia angolana. E seguidamente caracterizar-se um quadro de referência sobre a base de um painel de análise SWOT da Estratégia de Integração Económica angolana no espaço da aquele agrupamento da África Austral. Pois, daremos sequências com os Principais Desafios e Oportunidades de Angola para sua Inserção na SADC. Na qual destacam-se os setores como: petróleo, de transporte, energia, água e agricultura. Finalmente o nosso enfoque versa avaliar-se a contribuição de Angola na SADC e sua adesão Para Zona de Comércio Livre da SADC.

4.1 As Condições e as Bases para uma Estratégia de Desenvolvimento para a Economia Angolana ancorada no reforço da Integração Regional na SADC

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Angola, sob a luz prescrita nos objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) (2005:5), a República de Angola em termo geográfico encontra-se situada na região Ocidental da África Austral, fazendo fronteira a Norte, com a República Democrática do Congo, (RDC), com o Congo Brazzaville (enclave de Cabinda), a Sul com a Namíbia e Botswana, a Leste com a Zâmbia, e estende-se por uma superfície de 1.246.700 Km², sendo 60% do território constituído por planaltos de 1.000 a 2.000m com uma densa e extensa rede hidrográfica, entre 1.650 km de costa atlântica e 4.837 quilómetros de fronteiras terrestres. Porém Angola tem um formato aproximadamente de um quadrado medrado medindo a 1277 km de Norte a Sul e 1236 km de Ocidente a Oriente desde a foz do rio Cunene até a fronteira com a Zâmbia.

De facto, Angola abriga um enorme potencial económico entre os quais se destacam os copiosos recursos naturais que abundam em água que é fonte de energia hidroelétrica e de irrigação depois temos ferros, quartzo, pedras ornamentais e fosfatos. E ainda encontramos outros

recursos como as florestas muito densas conhecidas como (florestas de maiombe). Por outro lado, em termo da diversidade climática o país representa-se por uma vantagem de imensa potencialidade de desenvolvimento agrícola. A localização de Angola nas zonas intertropicais e subtropicais do hemisfério sul, a sua proximidade do mar e da corrente fria de Benguela e as suas características topográficas são fatores que dão origem as duas regiões climáticas distintas com duas estações; (1) estação seca e fria de (Junho até Setembro); (2) estação quente e Húmida, de Outubro até em Maio. Com temperaturas médias de 27°C (máximas) e 17°C (mínimas) (Fragoso, 2010:74).

Por esta extensão, depois da independência em 1975, a economia angolana foi adaptada por um modelo de planeamento central marxista, envolvendo-se num enorme programa de nacionalização em todos os setores da economia. Assim, a transição para uma economia de mercado foi iniciada em meados dos anos 80. Em 1987 o governo angolano adaptou dois ambiciosos programas de Reestruturação Económica e Financeira, conhecida por Programa de Saneamento Económico e Financeiro (PSEF), o Programa de Recuperação Económica (PRE) (UNCTAD, (2013:2).

Neste pressuposto, o relatório do Banco Mundial (2006), a variações anuais do PIB foi estimada em -27,2 % em 1993 -26,2% em 1994 e -24% em 2000. O produto médio por habitante teve uma quebra cifrada em -5,95%, ou em, -4,4% das taxas anuais ao ano cerca de 50% em termos acumulados nos 10 anos. A média do PIB por habitante na década foi de cerca de 590 dólares americanos pouco mais de 1,6 dólares por dia. Enquanto a produtividade geral da economia regrediu a uma taxa média anual de 2,56%, tendo-se observado apenas três anos na década em que os ganhos de produtividade foram positivos. Desta logica, a partir de 1999 a 2000 o comportamento da economia de Angola passou a mostrar melhorias no qual correspondeu uma das taxas mais elevadas de aumento da extração de petróleo. Nesta época, era necessário traçar algumas metas e tendências para que a taxa de crescimento se aproximasse 10%, e o produto Interno Bruto cresce a uma cadência média anual de 20%, com parciais de 30% para os setores estruturais de uma crescente integração económica interna, agricultura, indústria transformadora, construção e energia, no período de 15 ano¹³⁵.

Desta forma observou-se que o domínio real da economia é aquele setor em que com maior facilidade se pode aceitar que algumas coisas tinham de acontecer depois de protocolo do Luena

¹³⁵ Ver relatório económico de Angola (2007:11),

em 2002, como consequência dos movimentos dos mercados e das livres iniciativas dos privados. Desse modo o relatório da economia angolana de (2007), começa por analisar as principais conquistas e desafios em cada um dos principais setores de economia de Angola com os principais resultados resumidos na tabela, seguinte ¹³⁶. De acordo com o Relatório de AIP (2014:125), Angola tem registado um forte crescimento económico durante os últimos anos, sendo um dos países com maior crescimento anual do PIB. No entanto verificam-se constrangimentos ao crescimento económico que se centram na dependência de importações de bens estratégicos e de consumo na concentração da atividades do país no setor petrolífero que representa 45% do PIB 60% das receitas fiscais e mais de 90% das exportações. Porém, o Governo estabeleceu objetivos estratégicos de médio e longo prazo para o desenvolvimento do país tendo em consideração os aspetos meramente importante na diversificação da economia. Para a sua concretização foi definido um plano de apoio ao crescimento dos diferentes setores que serão mencionados no quadro seguinte:

Quadro nº4 Estrutura da Economia de Angola cenário ilustrativo de médio prazo, (2011-2019)

Setores	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento real do PIB (%)	3.9	2.5	4.1	5.3	5.5	5.9	3.0	3.0	6.1
IPC (média anual)	5.31	5.71	5.85	6.02	6.26	6.49	6.51	6,78	7.13
Balança comercial (% do PIB)	45.2	43.7	37.8	33.2	28.6	24.6	23.5	20.1	19,8
Petróleo & gás	62.3	61.5	56.8	53.6	49.5	55.6	50.2	49.4	40,8
Saldo da conta corrente (% do PIB)	12.6	9.2	5.9	2.2	-0.4	-1.8	44,3	44,2	42,4
Reservas Internacionais brutas (fim de período, USD)	28.4	33.0	33.2	33.9	35.0	34.1	34.8	33.0	33.7
Dívida total do sector público	33.7	29.3	26.6	29.2	30.9	32.0	32.4	32.4	32.5
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1.660	1.731	1.742	1.794	1.848	1.903	1.772	1.825	1.880
Preço do petróleo (média, USD/barril)	110.3	110.9	107.3	104.7	55.00	50.5	50.9	49.1	49.1

Fonte: Relatório do Banco BIC (2014), Relatório Económico de Angola (2013), BM (2013)

De acordo com o relatório de Banco BIC (2014:10), a partir de 2014 a 2017 os excedentes da balança comercial deverão em média, rondar cerca de 58 mil milhões de dólares, suportados

¹³⁶ Ver Relatório do Banco Mundial (2013:13)a

pela solidez das receitas do petróleo¹³⁷. Mas, mesmo que continue a dever esse contributo positivo do petróleo para a balança comercial ter-se-á em contrapartida a continuidade dos elevados défices da balança de serviço e de rendimentos, em consequência da prestação de serviço de assistência técnica e de repatriação dos lucros de investimento direto estrangeiro IDE em Angola¹³⁸. Por seu turno, observa-se que a diversificação da estrutura económica que se espera alcançar no período de execução do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), expressar-se-á na diminuição progressiva do peso do setor petrolífero, passando nas ordens 49.5% em 2015 e 50.2% em 2017, no aumento das receitas fiscais e no crescimento das exportações não petrolíferas como mostra o quadro seguintes:

Figura nº 5 Contribuições da Taxa de Crescimento Económico (VP 2007-2017)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Premissas, Metas objetivos										
Agricultura/Pesca	13,2	9.1	7.3	9.0	9.1	7.3	9.06	6.8	8.8	7.5	9.5
Petróleo/refinado	11,36	12,3	-51	8,3	-5.6	5.2	6.0	9.2	3.0	3.0	-6.9
Diamante	0,09	-8,5	4,6	4,6	-3,3	0,3	-24.8	5.5	5.90	5.90	3.3 0
Manufaturas	1,73	11,0	10,3	16,9	-5.3	5.2	5.9	8.0	8.8	7.5	4.3
Energia/água	0,01	26,1	19,4	20,9	3.5	8.3	8.0	8.0	45,0	42.0	45. 0
Obras	0,83	26,9	12,8	15,8	12.0	21.8	31,0	11.7	32.0	32.0	33. 5
Serviços	3,69	26,9	4,3	4,5	9.5	7.5	5.4	4.8	3.9	3.9	3.9
Outros	3,3	7,9	5,7	2,8	-0.7	4.6	4.1	5.3	5.9	3.3	4.1
PIB	21,23	14,6	2,0	8,8	3.4	8,1	7,2	7,5	5.5	5.9	3.3
PIB não mineiro	16,6	16,6	8,3	7,8	13.0	1.3	8.0	8.0	20,3	23	24, 0
PIB não petróleo	9,2	15,2	7,2	9,1	8.9	9.5	7.8	6.7	7.1	7.7	7.9
Exportação	12,9	50,4	54,2	61,4	62.5	64.6	62.9	58.3	51.0	47.0	44. 9
Importação	37,7	-53,5	30	20,2	19.4	19.4	20.7	21.8	22.2	22.4	21. 4

Fonte; Relatório Económico de Angola (2013), Relatório do Banco Mundial (2014), Relatório fundamental do Orçamento Geral do Estado (2014), Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017).

Como ilustrado no quadro acima, em 2007 a economia angolana registou um bom crescimento, já em 2010, este agravou-se devido da recessão económica mundial. Daí a regressão no valor

¹³⁷Idem

¹³⁸ Ver Relatório de Banco BIC (2014:10)

do rendimento médio por habitante em 2009 e no final de 2013 poderá ter um aumento consideravelmente na taxa de crescimento média do PIB a crescer em 7.5% em 2014 e 5.5% em 2015¹³⁹. As perspetivas de crescimento económico a médio prazo continuam favoráveis. Espera-se que o setor petrolífero se recupere e cresça 3.0% em média, nos próximos cinco anos, com o declínio da produção em alguns campos a ser mais do que compensado pela entrada em operação de sete novos campos, o que inclui a primeira fase de um campo de petróleo no pré-sal que deve iniciar as operações em 2017. Espera-se que os investimentos de grande envergadura no setor não Petrolífero gerem a tão esperada diversificação e empregos, sobretudo no setor agrícola, mas também nos setores de eletricidade, indústria e serviços¹⁴⁰.

Não obstante, em 2015 Angola poderá beneficiar da esperada subida dos preços de petróleo, com a produção estável de 1,7 milhões de barris em 2014, poderá registar um novo incremento na taxa de crescimento do PIB. Nos anos subsequentes, espera-se que o crescimento do PIB poderá a ter uma forte contribuição do setor não-petrolífero que deverá continuar a crescer em termos reais em torno ou acima de 9.5% ao ano¹⁴¹. Como mostra o relatório do Banco BIC (2014:9), em 2017 a produção de petróleo poderá abrandar significativamente em alguns poços importantes que todavia, poderão vir a ser substituídos pela entrada em produção de novos poços descoberto¹⁴².

Por seu turno, o quadro macroeconómico de referência para o Desenvolvimento de Angola no período de (2009-2017), define as premissas e metas e como resultado de uma primeira interação do processo de busca de consistência as projeções das contas nacionais, fiscais, monetárias e externas, tendo em atenção a evolução recente da economia internacional e nacional, garantindo assim, condições para a realização dos objetivos macroeconómicos do país¹⁴³.

¹³⁹ Ver Relatório Económico de Angola (2013:90)

¹⁴⁰ Ver Relatório do Banco Mundial (2014:5)a

¹⁴¹ Ver Banco Mundial (2014)b

¹⁴² Ver Relatório de Banco BIC (2014:9)

¹⁴³ Ver Plano Nacional de Desenvolvimento (2013:34)

Quadro nº 6 Indicadores Macroeconómicos de (2009-2017)

MACRO-ECONÓMICOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Premissas, Metas/Objectivos								
PIB (mil de USD)	75.5	82.5	104.1	115.3	124.2	124.2	131.4	141.8	150.5
Taxa de inflação	15.3	11.25	10.0	9.0	8.0	7.0	7.0	7.0	7.0
Taxa do câmbio média USD/KZ	95.2	93.9	95.5	96.5	99.1	100.1	99.4	100.2	102.7
Deficit Fiscal	6.6	7.1	7.8	8.7	5.1	1.5	-2.0	-2.6	-2.1
Dívida Pública Externa do PIB	19.0	36.4	18.0	21.5	36.4	18.9	21.2	21.4	22.9
PIB Per capita USD	5.505	5.783	5.783	6.345	6.469	6.825	7.398	7.954	8.268
Reserva Internacional Líquida USS/Mil Milhões	17.327	26.083	30.632	30.987	32.464	34.064	33.434	35.113	36.045
Taxa de Crescimento do M2 (%)	38,5	34,6	35.9	33,5	31,5	19,6	18,9	15,6	13,5
Taxa de Desemprego (%)	23,6	23,7	23,4	26	22.0	21.1	20.0	19.5	19.0
Taxa Geral de Emprego %	59.0	73,5	72.5	72.0	73.0	73.5	74.5	75.0	75.5
Investimento Direto (líq.)	2.570	1.163	1.250	1.850	1.652,3	1.239,0	-811,4	-3.139,2	6.264,0

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017), Relatório do Banco Mundial (2014), Relatório Económico de Angola (2013)

De acordo com os dados elaborado pelo Banco Mundial (2014)b, sugere que a inflação acumulada em 2011 foi de 10.0%, a mais baixa de sempre no primeiro semestre de 2012 a taxa de inflação homóloga foi de 9.0%, mantendo a tendência decrescente prevendo-se que no final do ano se situe em torno dos 8.0%. Para os próximos anos é esperada uma redução para níveis de 1 dígito, sendo que no final da legislatura se prevê que a inflação se situe no patamar superior da banda da SADC (7,0%).

Por outro lado, as expetativas do Governo são consistentes com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Angola poderá alcançar uma inflação média anual de 9,4% (inflação homóloga de 7.0%) no final de 2014¹⁴⁴. Nos anos seguintes o FMI projeta uma descida moderada dos preços até estes se fixarem numa variação de 7% em 2016, valor que revela algum alinhamento com o objetivo do Governo para 2017.

¹⁴⁴ Para mais informações ver Banco Mundial (2014)b

Desta forma, os pressupostos assumidos indicam que o setor não petrolífero terá uma importância cada vez maior na estrutura setorial do PIB, mercê das taxas de crescimento real daquele serem significativamente mais elevadas do que as do setor petrolífero. Desta feita a taxa de crescimento médio do PIB nos próximos cinco anos será de 7,1%, com o setor não petrolífero a crescer 9,5% e o setor petrolífero não mais do que 1.7%. Tal comportamento está em linha com o objetivo de maior diversificação da economia nacional¹⁴⁵.

Por seu turno o Relatório de Banco BIC (2014:10), o saldo primário não petrolífero em percentagem do PIB em 2011, que foi de -48,2% tenderá, ao longo do período para níveis menos negativos, principalmente nos dois últimos anos em que será de -25,2 e -19,5,1% em 2016 e 2017 respetivamente. A taxa de câmbio média, no período apresenta-se com um comportamento estável pois, resulta essencialmente de dois propósitos: (I) a acumulação de reservas que continuará a ser um pilar da estabilidade macroeconómica na perspetiva de situar o stock das reservas internacionais líquidas sempre acima da meta de convergência da SADC (6 meses de importação); e (II) considerar a depreciação da taxa de câmbio como fator de poupança externa.

No entanto, Angola tem recuperados as suas infraestruturas e tem investidos fortemente na criação de vários projetos que poderão desempenhar um papel na internacionalização da sua economia. O investimento direto estrangeiro se destacam cada vez mais na atividade económica, sendo que Angola o sétimo país no contexto do continente Africano que recebe mais projetos de investimentos desde 2003 a 2012¹⁴⁶. Atração dos investidores Estrangeiros por Angola deve-se sobretudo as riquezas existentes em petróleo e em outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos setores, particularmente os relacionados com o petróleo. Na atividades não petrolíferos, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, a reabilitação das infraestruturas, agricultura, prevendo-se a sua intensificação no futuro próximo.

¹⁴⁵ Ver o Relatório do Banco Mundial (2014)a

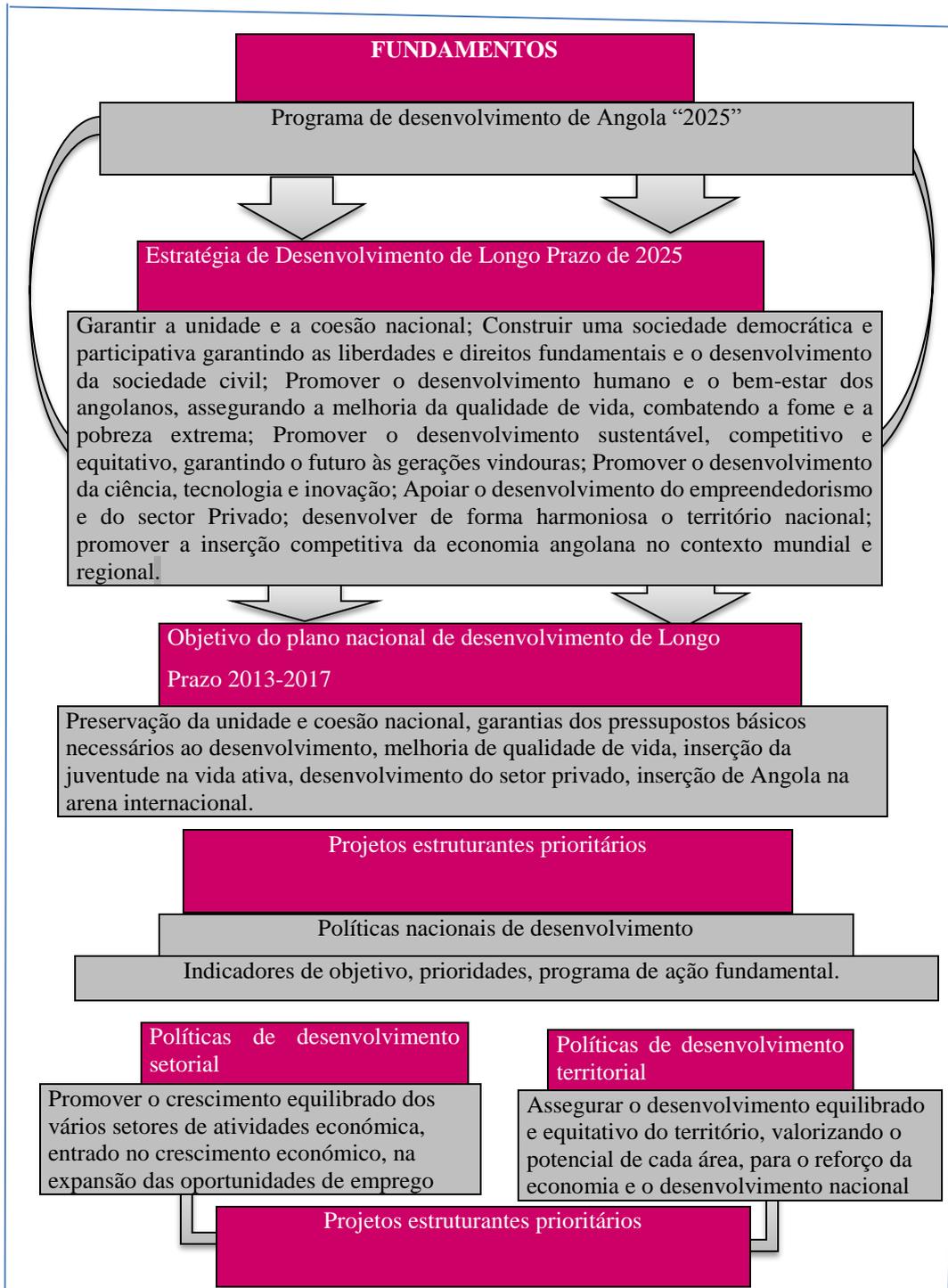
¹⁴⁶ Idem

Nestas circunstâncias verifica-se que no quadro da estratégia do Governo de Angola surge o fomento à diversificação da economia. Esta opção governativa introduz um conjunto de oportunidades de investimento no tecido empresarial local, desde o setor agrícola, passando pela indústria agroalimentar, até às atividades de logística e serviços. O tecido industrial deverá ser igualmente alvo de crescimento a prazo como resultado da política de fomento bem como do incremento do rendimento da população e do consumo privado, constituindo aqui também uma oportunidade de investimento¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Ver Relatório da AIP (2014:69)

Neste sentido, as Prioridades Estratégicas para o país desenvolver a sua economia, e subsequentemente pensar numa integração económica, estão definidos a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017), que contém o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido através de Estratégia Nacional “Angola 2025”, que fixa as grandes orientações para o desenvolvimento de Angola. Conforme veremos na figura seguinte:

Figura nº 4 Arquitetura do Plano Nacional de Desenvolvimento (2025)



Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017)

As políticas de desenvolvimento setorial para promover o desenvolvimento socioeconómico de Angola são: agricultura, construção civil, Água, indústrias, pescas, turismo, comércio, energia, transporte, e telecomunicações¹⁴⁸.

No entanto, as opções estratégicas relativas ao posicionamento de Angola no contexto regional e internacional encontram-se expressas na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo. Como por exemplo: Continuar a respeitar e a aplicar os princípios da carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelecer as relações de amizade e cooperação com todos os povos e Estados; diversificar as relações bilaterais para ampliar acordos comerciais e cooperação científica e tecnológica com os países emergentes; participar nas negociações e acordos de cooperação Sul-Sul; estreitar relações comerciais e de cooperação cultural e tecnológica com os países lusófonos no âmbito da CPLP; estabelecer entendimentos comerciais com os Estados Unidos da América, em torno do Golfo da Guiné de modo a consolidar a presença angolana na região; e negociar parcerias comerciais com a União Europeia no âmbito da SADC; Promover a integração regional com liderança quer no quadro do estabelecimento do mercado comum regional, quer tomando iniciativas políticas para assegurar a segurança e a estabilidade política regional, ou afirmando-se como plataforma de articulação entre a SADC a CEEAC e a região do Golfo da Guiné¹⁴⁹.

Assim, o projeto vai de acordo com os determinados desafios que poderá ainda servir para promover a industrialização dos países menos desenvolvidos da região. Angola vai ajudar os países menos desenvolvidos na região para formar as assimetrias regionais existentes nesse domínio, em especial a profunda distância entre a África do Sul e os demais países da SADC para que possibilitem a estabelecer as relações comerciais com os seus vizinhos daquele agrupamento. Os projetos apresentados por Angola a nível da SADC são:

- Estabelecer uma estratégia de desenvolvimento das infraestruturais regionais;
- (b) Promover a industrialização, a criação de um fundo regional para ajudar os Estados menos estáveis;
- (c) Reafirmação de um projeto comum de controlo pela estabilidade económica e política;

¹⁴⁸Ver Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017:88)

¹⁴⁹ Idem

- (d) Aderir no protocolo comercial da SADC e no mercado comum em 2015; (e) Estabelecer e reforçar o programa de combate à pobreza e promover a segurança alimentar da região¹⁵⁰.

Assim, abordagem acima citada analisou-se, as condições e as bases para uma estratégia de desenvolvimento para a economia angolana ancorada no reforço da Integração Regional a nível da SADC. E assim, a síntese teve como início a elaboração da atual situação económica de Angola, na qual se destaca o plano nacional de desenvolvimento (2013-2017), que serve como guia de orientação para o país atingir os seus determinados objetivos.

4.2 Análises SWOT a partir da Base do Painel sobre Estratégia de Desenvolvimento de Integração Económica angolana na SADC

Neste capítulo serão demonstrados alguns aspetos relevantes sobre a base estratégica de desenvolvimento de economia angolana no agrupamento regional da África Austral SADC. A questão que se coloca é compreender-se melhor os aspetos económicos que permitam identificar as possíveis oportunidades e desafios para as relações económicas de Angola com os seus Parceiros da “SADC”. Neste caso o tema a ser estudado é elaborado através de um painel de análise SWOT, ferramenta de análise de diagnóstico estratégico de uma organização a qual enquadra os pontos fortes e fracos da organização com as principais tendências que se verificam na envolvente, a saber as oportunidades e as ameaças.

O termo SWOT deriva do inglês, sendo um acrónimo de S de strengths (pontos fortes), W de weaknesses (pontos fracos), O de opportunities (oportunidades) e T de threats (ameaças). Os pontos fortes e os pontos fracos constituem assim, a análise interna do setor, e as oportunidades e ameaças o estudo do ambiente externo. As vantagens de utilização do método da análise SWOT assentam na possibilidade de identificação de elementos chave que permitam estabelecer prioridades, na preparação de recomendações e análise de riscos e problemas a resolver.

A análise SWOT é uma ferramenta que através da conjugação de fatores interno e externos permite analisar os principais aspetos diferenciadores do país, setor, entidade face aos

¹⁵⁰ Ver dados de informações da Revista “África 21” (2011:37-38)

concorrentes num determinado mercado identificando pontos fortes e fracos e por outro lado, identifica “perspetivas de evolução do mercado as principais ameaças e as principais oportunidades, Travassos, (2011:3). Por esta razão a visão da Estratégia é que Angola seja um país seguro próspero sustentável e competitivo assente numa economia industrializada com um rendimento médio que garante a redistribuição da riqueza e um bem-estar social.

De acordo com relatório do Banco de Moçambique, (2010:15) o modelo de estratégia de desenvolvimento de alguns países da SADC assente-se na industrialização. Neste caso, a industrialização entende-se como um processo de transformação da base estrutural e das dinâmicas sócio económicas. Tendo presente a interação estabelecida no funcionamento das abordagens que contribuíram para a evolução da economia de Angola na SADC, opta-se neste ponto por elaborar uma sistematização de elementos das análises SWOT, estes e outros aspetos analisam a situação regional de Angola que podem ser resumidos, através de painel de análise SWOT, que consiste na identificação da avaliação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, como se apresentam assim, a Figura n ° 5 Análise SWOT.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Previsões de crescimento rápido e sustentado ao nível de rendimento e do PIB; ✓ Perspetiva do início de exploração gás natural, abundantes. Recursos naturais: petróleo, diamantes, costa marítima bastante rica, bacias hidrográficas com potencial para produção de energia; ✓ Integração na SADC, Localização geográfica fácil e estratégica; fácil acesso aos mercados regionais da África Austral (SADC) e Central (CEEAC); ✓ Incentivos ao investimento privado bastante atraentes; ✓ Riqueza petrolífera disponível para financiar o crescimento do setor não-petrolífero; ✓ Plano nacional de desenvolvimento 2013-2017; ✓ Boas relações externas (com países vizinhos e parceiros de cooperação); ✓ Boas relações com FMI. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de mão-de-obra qualificada, (saúde, educação), fraco desenvolvimento de infraestruturas básicas (estradas, caminhos de ferro, telecomunicações, redes de serviços) ✓ Grande dependência do setor petrolífero e restantes, setores pouco desenvolvidos; ✓ Dificuldade na Obtenção de vistos, recente aumento das taxas da Pauta aduaneira; ✓ Grande orientação das exportações angolana para matérias-primas em bruto, o que resulta em desvantagens na cadeia de valores e competitividade económica a nível Regional e internacional
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Potencialidade de exploração de minérios, construção civil, agricultura entre outras indústrias transformadora (processamento de produtos primários), transporte; e modernização do ensino nacional, com a construção de novas universidades; ✓ Capacidade de Gestão de políticas Macroeconómicas; ✓ Papel relevante na manutenção e Consolidação da paz; ✓ Potencial a integração da economia angolana, na economia Regional e africana; ✓ A implementação de programa que visa a liberalização do comércio e livre circulação de pessoas, bens e capital no médio prazo. Avançar com agenda de reforma fiscal e a diversificação económica. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instabilidade macroeconómica internacional e Social, Choques externos (volatilidade dos Preços, taxas de juro e de Câmbios);e Subida do custo de vida; mudanças climáticas; ✓ Risco relativo à sucessão política que pode ameaçar a paz segurança, migração ilegal. ✓ Infraestruturais, as quais podem travar os desenvolvimentos de setores de atividades não petrolíferas, (como; setor petrolífero) ✓ Concorrência na liderança dos países africanos mais desenvolvidos África do Sul, Nigéria; integração na SADC. ✓ Corrupção, excessiva burocracia e falta de transparência

Fonte: Elaborado por autor – 2014

O rápido crescimento económico de Angola torna-se uma força e existem boas perspectiva no crescimento da taxa de crescimento média do PIB nos próximos 5 anos de 7.1%. Do mesmo modo também poderá ser uma fraqueza se os objetivos traçados não forem atingidos.

De facto, a relevante potencialidade de recursos naturais existente em Angola, torna-se também uma força devidos ao seu real peso na internacionalização da sua economia. No, entanto existem outros setores estratégico que tornam a economia angolana a ser considerada como a mais dinâmica de África. Enquanto grande produtores de petróleo, diamante e gás natural, forte potencial agrícola, que interessa os investidores da África do Sul.

Assim, alguns pontos fortes também poderão ser pontos fracos por exemplo se a característica identificada não for suficiente para produzir efeitos positivos; enquanto isso, existem oportunidades que também podem serem às ameaças se não fossem geridas ou apreendidas positivamente.

De facto, trata-se de uma oportunidade, pois se as expetativas são altas, as probabilidades de uma participação e propriedade positivas são altas, mas também poderá ser uma ameaça se estas expetativas, criadas devido a programação inadequada, objetivo forem frustradas por uma baixa qualidade de resultados dos projetos pelo menos na perspetiva dos beneficiários de resultados de baixa qualidade. A integração na SADC, sendo uma oportunidade para os países da África Austral, não deixa de ser uma ameaça para setores agrícolas e industriais menos consolidados e que poderão numa fase inicial, ter dificuldade em competir em espaços económicos mais alargados. E ainda assim, a falta da verdade política e transparência, Orçamentais e política fiscais para combate a corrupção pode ser a grande ameaça para a estratégia do país.

De salientar que o setor agrícola reúne, atualmente boas condições para enfrentar as suas ameaças e fraquezas, estando apoiado por um conjunto de agentes dinamizadores da modernização do setor, como são as associações empresariais e os centros de competência e pela vontade do setor empresarial em reconquistar as quotas de mercado perdidas e desta vez, através do valor acrescentado dos seus produtos.

No, entanto, há necessidade de responder positivamente os desafios que o país oferece a nível regional. Visto que a estratégia de Angola parte de duas razões: a primeira realça-se de Angola ser a segunda maior economia da região. Assim, detendo uma quantidade e uma diversidade assinalável de recursos naturais, com uma boa representatividade e sendo com dos grandes polos de reprodução de energia; A segunda razão é de natureza eminentemente técnica, interesse à SADC ser constituídas por economias competitivas e a derrogação pode ajudar nesse propósito, desde que determinados “trabalhos de casa” sejam feitos com dedicação e competência.

Assim sendo, tendo por base a análise SWOT verifica-se que, apesar de todos os esforços de reestruturação e modernização do setor não petrolífero que têm vindo a ser feitos tendo em vista, o desenvolvimento de uma nova competitividade os desafios de Angola assente na inovação na qualidade, através dos setor chaves para enfrentar as metas, ainda há muitos obstáculos quer a nível interno e assim como estrutural, como é o caso da fraca qualificação dos recursos humanos, dependências do petróleo, deficiência na saúde e educação, quer desafios de nível externo, nomeadamente, a feroz concorrência dos novos produtores mundiais de petróleo e a própria crise internacional, da implementação de programa que visa a liberalização do comércio e livre circulação de pessoas, bens e capital no médio prazo. Torna-se assim necessário potencializar as forças e oportunidades que o setor apresenta para ultrapassar os desafios do futuro¹⁵¹.

Enfim a síntese mencionada anteriormente sobre a Estratégia de Desenvolvimento de Integração Económica angolana na SADC. Assim fez-se um estudo de análise SWOT a partir da Base do Painel. Desse modo analisou-se alguns fatores de pertinência que podem ser a força ou fraqueza, assim como também uma oportunidade ou ameaça para integração de Angola na SADC.

4.3 Os Principais Desafios e Oportunidades de Angola para a sua Inserção na SADC

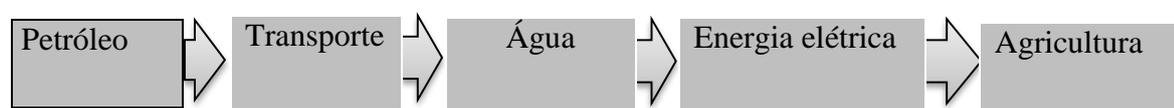
O presente subcapítulo trata-se de abordar os principais desafios e Oportunidades de Angola no processo estrutural da sua económica. Processo pelo qual faz com que o país encara a integração económica a nível da SADC de uma forma estratégica e sustentável. Assim, o enfoque tem como referência analisar o processo económico de Angola agrupamento regional da SADC para potencial os seus recursos naturais e estabelecer as relações comerciais no futuro próximo. E assim, nas páginas seguintes analisaremos, os determinantes setores estratégicos como por exemplo: petróleo, transporte e agricultura e energia elétrica.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2012:49) Angola é o maior produtor de petróleo da região da SADC e o segundo maior em Africa depois da Nigéria. Angola é membro cofundador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), porém, o país decidiu desenvolver as suas infraestruturas antes mesmo de abrir o mercado comum da SADC em 2015 e da zona monetária em 2018. Angola impõe a revisão da estratégia da SADC assim,

¹⁵¹ Ver o relatório do Banco Mundial (2012)a

o país aposta seriamente na integração regional através desenvolvimento nacional e da criação de infraestruturais. Observa-se que Angola para além do setor Petrolífero na qual tem um grande contributo significativo, o país ainda almeja outros setores que poderão garantir o desenvolvimento sustentável. Angola ocupou o lugar da presidência da SADC aos 17 de Agosto de 2011, até Agosto de 2012, que se torna um desafio proeminente a nível regional e também é uma oportunidade para o país se aproximar da África do Sul¹⁵². Desta lógica, durante o seu mandato, as autoridades contribuíram para fazer aprovar o plano regional de infraestruturas e para estabelecer a lista preliminar de projetos regionais prioritários. Não obstante, o Governo de Angola lançou uma estratégia destinada a acentuar os efeitos de polarização ao nível das infraestruturas integradas no interior da região da SADC.

Assim, a convergência passaria pela interligação aos outros países da região dos sistemas de transportes internos e das vias de comunicação de cada país. Estes desafios encontram-se em dois grandes corredores ferroviários, que estão previstos no quadro dessa estratégia, a saber: Moçâmedes-Cunene com eventualmente ligação à Namíbia, e no sul na cidade Portuária do Lobito-Zâmbia com a ligação à República Democrática do Congo¹⁵³. Figura nº6 os principais setores estratégicos de Angola para integração económica a nível da SADC são:



Fonte: Elaborado por autor

4.3.1 Setor de petróleo

Em termos económicos e comerciais, o petróleo é particularmente significativo na estrutura económica angolana que contribui com mais de 47% para o PIB do país. Em 2012, a produção de petróleo em média, atingiu 1.88 milhões de barris por dia, acima dos 1.66 milhões de barris por dia em 2011. Neste caso o aumento da produção foi em grande parte devido à recuperação da produção nos blocos de petróleo da Grande Plutónio e da Paz flor. O Governo expandiu a produção de petróleo para 1.84 milhões de barris por dia em 2013 e atingirá 2 milhões de barris

¹⁵² Para mais informações ver a Revista “África 21”, (2011:37-8)

¹⁵³ Ver relatório do Banco Mundial (2013)b

por dia em 2015¹⁵⁴. A bacia em águas profundas do Kwanza 150 km a oeste da capital, sobre a qual nenhuma licença tinha sido concedida é considerada como um dos reservatórios inexplorados de petróleo mais ricos do mundo, com potencial para aumentar significativamente a capacidade de produção. Assim, observa-se que no setor petrolífero foram traçados os objetivos que visam a diversificação deste setor e assegurar a inserção estratégica de Angola no conjunto dos países produtores de energia e desenvolver o cluster de petróleo e gás natural, contribuindo assim, para financiar o desenvolvimento económico na região¹⁵⁵.

Neste contexto, Angola possui a segunda maior reserva de gás natural de África na ordem de 297 mil milhões de metros cúbicos. Em Dezembro de 2012, o país passou a exportar Gás Natural Liquefeito (LNG), do Soyo ¹⁵⁶. Assim, as reservas de petróleo no ano de 2011 estimaram-se em 10.470 milhões de barris e nesse mesmo ano a produção atingiu 1.618 barris por dia. Contudo, a elevada importância deste subsector na economia angolana poderá acarretar um enviesamento da estrutura produtiva do país. Apesar do setor de diamante corresponder apenas 0.9% do PIB, não deixa de ter um forte potencial de crescimento económico. Aliás, de acordo com o Sumário Global de 2009 do Esquema de Certificação do Processo de Kimberley, que avalia o crescimento económico dos países ao nível mundial classifica Angola como o quarto maior produtor mundial de diamante¹⁵⁷. Pois, a estrutura das exportações de Angola é altamente concentrada em termos de dois produtos representando 97% do total global, (Crude e diamante). Os seus principais clientes atuais são: a China com 45% do total da exportação; os EUA, com 24% e a UE com 10% (Medeiro 2013:147).

Desse modo, a economia de Angola ao nível da SADC é fortalecida por uma Balança Comercial positiva representado 25% das trocas comerciais, ou seja, mais de 18% do PIB da SADC, mas concentrando-se apenas em um único produto que é o petróleo, que representa (99%) do total das exportações de Angola para a SADC. No entanto todas as exportações tem como destino a África do Sul, com a Sonangol concessionária sendo responsável pela exportação e produção de combustíveis com 6.672 milhões de dólares. Assim entre os recursos se destacam, indústrias

¹⁵⁴ Ver relatório de Banco Mundial (2013)a

¹⁵⁵ Ver Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017)

¹⁵⁶ Ver Relatório de Banco Mundial (2013)b

¹⁵⁷ Ver Relatório de Banco Mundial (2013)b

transformadoras com 76 milhões de dólares e maquinarias, equipamentos de transporte na ordem de 14 milhões de dólares (estatística de 2014)¹⁵⁸. As exportações de Angola Para as Maurícias são de 1.17 milhões de dólares (estatística de 2014). De salientar que todos os produtos são em equipamento elétrico.

De facto, as importações de maquinaria, combustíveis, bens manufacturados e químicos constituem, 75% das importações da SADC¹⁵⁹. Angola e África do sul continuam, mantem-se um acordo de exportação e refinaria para distribuição de petróleo entre as principais empresas petrolíferas sendo que, a África do Sul pela Petrosa e Angola com a Sonangol¹⁶⁰. Desse modo, o estatuto de Angola enquanto exportador internacional de petróleo foi reconhecida pelo mundo quando o país aderiu a organizações dos países exportadores de petróleos OPEP em (2007), Angola assumiu a presidência da OPEP em 2009. Porém, as metas firmadas com a SADC, devem assegurar o cumprimento dos acordos do protocolo contribuindo ativamente para a integração económica da sub-região e aprofundar as relações bilaterais com os seus vizinhos, designadamente: a República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia, e a África do Sul, com quem trabalham para assumir uma posição de proeminência no seio da SADC, (Tjonneland (2011:1).

4.3.2 Setor de Transporte

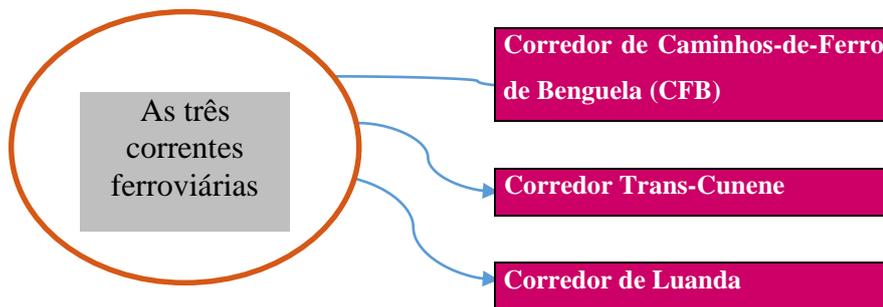
De facto o setor de transporte é assim o ambicioso desafio de Angola, é dos mais importantes sistemas regionais de infraestruturas de apoio para integração económica. Assim os desafios de Angola no setor de transporte são meramente diversificada e sustentável através do projeto que visa reestruturação de caminhos de ferros de Angola. Por esta razão foram traçados três principais corredores que interligam Angola com os seus parceiros da SADC.

¹⁵⁸ Ver Relatório da AIP (2014:51)

¹⁵⁹ Ver Relatório Banco Mundial (2012:50)a

¹⁶⁰ Para mais informações Relatório da AIP (2014:104)

Figura nº 8 as três linhas ferroviárias estratégicas que atravessam Angola são:



Fonte: Elaboração do autor, baseado em resultados publicado no *Jornal de Angola Economia e Finanças* (2012)

(a) O corredor do Caminho de Ferro de Benguela



Fonte: <http://www.dw.de/angola-perspetiva-melhor-integra-economica-na-sadc-com-o-caminho-de-ferro-de-benguela> (2015)

O corredor de desenvolvimento do Lobito para Luau, incluindo a linha derivada de Benguela, tem aproximadamente 1348 km. A Linha principal do Lobito para Luau são de 1303 km, do Lobito para Benguela são de 45 km. As obras de reabilitação do Caminhos-de-Ferro de Benguela estão em curso, consistem na renovação total de infraestrutura, na qual foram retificando ligeiramente e renovando o balastro e substituindo o material existente travessas de madeira por travessas de betão monobloco e carris de 30 km e 45 km por carris de 50 km. Isto permitirá que se alcance a velocidade máxima de 120 km por hora, em alguns troços da linha foram realizadas outras atividades, como reabilitação das pontes nos rios de Cuiva, Catumbela e Kwanza¹⁶¹.

Nesta conformidade, o porto do Lobito é único nacional vocacionado para o tráfego de trânsito, partilhando o mesmo, “hiterland” com destino de carga para os demais portos da região por via

¹⁶¹ Ver SADC (2012:221), e

do Caminho de Ferro de Benguela, (CFB), conectado com a rede ferroviária regional, que vai permitir competir à mesma carga com outros portos, através dos corredores regionais de transporte¹⁶². Paralisado há 32 anos devido ao recém-terminado conflito armado, o regresso do comboio à fronteira dos três países, representa um grande contributo para impulsionar o desenvolvimento do corredor do Lobito, através dos Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) facilitando desta forma a cooperação económica na região da SADC.

No entanto, o CFB opera atualmente entre o Lobito e o Huambo e Luau. Ao longo do corredor existem vários recursos e potencialidades, como uma diversificada gama de minerais, áreas férteis para o desenvolvimento agropecuário, bem como bacias hidrográficas potenciadoras da irrigação e da produção elétrica. Assim o ambicioso projeto será um dos mais importantes sistemas regionais de infraestruturas de apoio uma vez que será servido pelo porto comercial do Lobito, porto seco, terminal de minérios, caminho-de-ferro de Benguela, (CFB), aeroporto internacional da Catumbela, a futura estrada transafricana, financiada pela União Europeia, através da União Africana; refinaria do Lobito; centrais hidroelétricas de Lumaum, Biópio e Gove, fábrica de cimento, base de armazenamento de combustíveis e lubrificantes da Sonangol; estaleiro naval, assim como as estradas nacionais, interligando o sul, norte e o leste¹⁶³.

Evidentemente que, a partir do Corredor do Porto de Lobito será exportado produtos derivados do petróleo a partir da futura refinaria na cidade homónima, com capacidade para produzir 200 mil barris por dia, destinados não só para o reforço do consumo interno, como também para a exportação em direção aos países da sub-região da SADC e para outras partes do continente Africano¹⁶⁴. Por seu turno, observa-se que, Luau, é último ponto de encontro de ramal ferroviário, o caminho-de-ferro de Benguela encontra-se ligado ao sistema ferroviários da Zâmbia e da República Democrática do Congo, (RDC)¹⁶⁵.

No entanto, através da ligação da Zâmbia, é possível chegar á cidade de Beira em Moçambique passando por Lubumbashi, na RDC, e Ndola, Zâmbia, e Dar ES Salaam, até na Tanzânia, junto

¹⁶² Ver o Jornal de Economia e Finanças (2012:6). 15.09.2012

¹⁶³ Idem

¹⁶⁴ Ver, Jornal de Angola, (2012:5)b 11.09.2012

¹⁶⁵ Ver, idem Cit. OP. 3

ao oceano Indico. E também se encontra ainda ligado indiretamente, ao sistema ferroviário da África do Sul. Evidentemente que com a construção das linhas ferroviária vai-se registar uma diminuição significativa dos custos da logística dos países encravados da África Austral quer nas importações quer nas exportações de mercadorias. E espera-se também por um aumento da competitividade dos agentes económicos da região e a melhoria significativa do nível de vida das populações¹⁶⁶. Assim, a reabilitação da rede ferroviária angolana custaram mais de três mil milhões de euros entre 2005 a 2015. Nesta perspetiva nota-se que o caminho de Ferro de Benguela o mais importante dos três corredores foi o que mais beneficiou da reabilitação agora totalmente concluída que custou quase 1.8 mil milhões de euro cruzando quatro províncias angolanas e uma área com sete milhões de habitantes ¹⁶⁷.

(b) O corredor Trans-Cunene

Este corredor liga o porto da Namíbia de Walvis Bay e ao Sul de Angola, na província do Lubango a uma distância de 1600 km. No futuro, terá também a ligação com o porto do Namibe. Há uma linha ferroviária a partir de Walvis Bay, que se prolonga via Tsumeb até Ondangwa, no Norte da Namíbia, onde há um depósito de contentores, (Tjonneland 2011:19). A fronteira Oshikango, Santa Clara é o principal acesso para o transporte rodoviário de importações da Namíbia e da África do Sul até Angola. De facto, o Walvis Bay Corridor Group, uma parceria público-privada da Namíbia atua como comissão de gestão para facilitar África do Sul; e o de Trans-Caprivi, entre a Namíbia, a Zâmbia e a RDC).

(c) O Corredor de Luanda

O corredor de Luanda liga a província de Malange e a República Democrática do Congo, (RDC) continuado até a província de Cabinda¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Idem

¹⁶⁸ Idem Cit. Op. 19

4.3.3 Setor de Energia e Água

O setor de energia angolano tem enorme capacidade para gerar energia hidroelétrica, possui potencial bastante elevado. Assim, a energia hidroelétrica representa cerca de 75% do fornecimento energético de Angola e a Empresa de Energia Elétrica (ENE), tem participado em numerosos acordos internacionais para renovar as barragens e centrais energéticas já existentes e construir outras mais¹⁶⁹. O país durante o período de guerra, tinha um mínimo de 65.000GW por ano de potencial hidroelétrico, derivado dos três principais rios nacionais: o rio Kwanza no norte, o rio Catumbela no centro e o rio Cunene no sul. Angola espera ter capacidade para suportar todas as suas necessidades energéticas a nível doméstico e para exportar a energia excedente para países vizinhos.

Por seu turno, observa-se que o setor de Energia é um dos três setores estratégico para a integração de Angola na SADC. Angola tem efetuado investimentos substanciais no setor energético, desde 2002, para restabelecer e reconstruir as suas infraestruturas. Angola tem três sistemas e redes de energia domésticos do Norte, Centro e Sul. Os planos para as linhas de transmissão e Interconectores encontram-se em diferentes fases de planeamento e preparação encontram-se em fase de pré instalação. Pretende-se que esta possa estar ligada à República Democrática do Congo (RDC) e à Namíbia, de modo a facilitar as transferências de energia dentro do quadro do grupo de energia regional (Foster et. all. 2011:10).

Nesta senda o Estado angolano criou um quadro legal que permite a participação do setor privado em projetos ligados a produção, transporte e distribuição de energia. A entrada de agentes privados no setor energético visa, por um lado, aumentar o acesso dos usuários ao serviços, reabilitar e expandir as atividades. No entanto a nova Política no Setor de energia, tem como objetivo principal, obter uma profunda transformação do setor energético angolano, através do reforço das suas capacidades e das suas infraestruturas, estabelecendo-se as principais orientações estratégicas para o setor em especial nos subsectores da energia e do petróleo e gás e redefinindo-se o modelo institucional. O objetivo principal é quadruplicar a oferta de energia atualmente existente, mediante o maior aproveitamento dos recursos endógenos e a utilização das tecnologias mais eficientes¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Para mais informações ver o Relatório da SADC (2012:29)d

¹⁷⁰ Ver relatório da SADC (2012:29-30)d

No entanto, a energia e água são cada vez mais as chaves para o desenvolvimento de qualquer economia. As empresas, a nível da SADC, a sul-africanas têm experiências, conhecimento e tecnologia para “oferecer” a Angola. O estabelecimento de zonas económicas especiais e parques industriais em Angola são particularmente interessantes para os investidores sul-africanos para que o país aproveite o bom momento a sua economia e relançando assim o seu poder ao nível da região. Porém, a África do sul tem um difícil de eletricidade dado o desenvolvimento do parque industrial face á escassez de recursos hídricos que são abundantes em Angola. Desta forma, nota-se que esta situação tem levado a África do sul e outros países membros da região a investirem em energias renováveis, nomeadamente a solar e a importar energia dos países vizinhos, proveniente da barragem de Cahora- Bassa, em Moçambique¹⁷¹.

As principais atividades da SADC tem a ver com a gestão transfronteiriça de bacias hidrográficas. Pois existem cinco bacias hidrográficas que fazem parte da agenda da SADC incluindo Angola: Zambeze, Congo, Okavango, Cunene e Cuvelai. Mas nota-se que das três bacias somente uma é que faz parte da comissão permanente (Okavango), que permite ligar 14 países nacionais e reservas naturais dos países subscritores, com destaque para as cataratas Vitória e o delta do Okavango¹⁷². Neste sentido, verifica-se que a Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze é o maior rio na África Austral, é partilhada por oito Estados. A SADC teve um papel fundamental na coordenação e harmonização das políticas e medidas dos Estados membros relativamente ao Zambeze (UNCTAD 2013:80).

4.3.4 Setor de Agricultura

O setor de agricultura é uma prioridade estratégica para a região uma vez que este setor é benéfico para todos os cidadãos e a apresenta condições necessárias para a diversificação económica de Angola e redução de dependência de importações e reforço a produção local de bens alimentares, sendo do interesse comum da SADC e em particular para Angola. Por outro lado, nota-se que existem interesses por parte das empresas sul-africanas para desenvolver a

¹⁷¹ ¹⁷¹Ver a revista Economia e Mercado, (2010:80) 02.03.2010

¹⁷²Ver a revista “África” 21, (2011:37)

economia rural em Angola o que torna-se um desafio premente para a economia angolana uma vez que os sul-africanos oferecem a transferência de tecnologia. Existem boas oportunidades de crescimento e diversificação das exportações na agricultura, especialmente para alguns alimentos básicos e certas culturas de rendimento (inclusive milho, café, arroz, mandioca, sorgo, painço, pecuária, café e algodão, batatas). Em especial, Angola tem uma possível vantagem comparativa em matéria de produção de excedentes alimentares para a exportação, sobretudo com relação ao milho, setor a onde chegou a ser uns dos principais produtores e grande exportador antes da independência, (UNCTAD, 2013:58).

Enfim, a síntese acima citado serve-se como referências para concretização do nosso trabalho em curso. O enfoque tratou-se de explicar os desafios principal de Angola para alcançar a sua integração económica ao nível regional da SADC de uma forma sustentável. E assim começou por explicar, os principais setores estratégicos para o processo de integração económica ao nível da SADC. Começando assim, pela diversificação do setor Petrolífero, e apostado na agricultura, na energia e água, e na reestruturação de caminhos de ferros.

4.4 A Contribuição de Angola na SADC e sua adesão Para ZCL

O presente subcapítulo analisa-se sobre as contribuições de Angola a nível da SADC e subsequentemente de adesão na Zona de Comercio Livre. No entanto fara-se-á sobre as possibilidades que se colocam a Angola por aderir ao espaço económico da SADC o que constitui uns dos grandes desafios e oportunidade para Angola vir a firmar-se como líder ao nível regional no período de longo prazo.

Desse modo, o relatório do Banco Mundial (2013:30)b, analisa os principais indicadores macroeconómicos da região dos blocos da SADC. Assim verifica-se que em 2011, a tendência da redução da taxa média da inflação regional atingiu 8,3% em 2011 quase a mesma taxa atingida em 2010. Esta foi a taxa mais baixa registada na região nos últimos anos. De facto a pressão inflacionária contínua imparável de maior parte dos Estados Membros da SADC, atingir a meta regional de uma taxa de inflação inferior a 5%. Atualmente, mostra-se que apenas quatro Estados Membros, nomeadamente Angola, RDC, Madagáscar e Moçambique, continuaram a registar taxas de inflação superiores a 10%. Assim, a Namíbia, as Seychelles, a

África do Sul e o Zimbabwe registaram uma taxa de inflação igual ou inferiores a 5% em 2011¹⁷³.

De acordo com Lourenço e Ferreira, (2013:24), a integração regional o comércio e o apoio ao Acordo de Parceria Económico APes formará uma área não focal do Documento de Estratégia para o País, (DEP). Como no Programa Indicativo Regional (PIR) da SADC, esta área tem dois componentes: (1) Apoiar Angola na implementação dos compromissos no Acordo de Parceria Económica, (APE); e, (2) apoiar o conjunto do processo de integração regional da SADC como especificado no RISDP e os planos de negócio pertinentes. Evidentemente que isto relaciona-se com as áreas estabelecida pela SADC.

Quadro nº 7 mostra os indicadores de taxa de crescimento do PIB (2007-2009) que permite perceber as contribuições para o crescimento Macroeconómica da SADC no período de (2007 a 2014) (VP)

Taxa de Crescimento do PIB			Contribuições Para o Crescimento								
Anos	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Angola	23,9	13,8	2,4	2,5	1,9	0,4	3,5	3,9	7,9	8,2	7,8
África do Sul	5,6	3,6	-1,7	3,8	2,3	-1,1	0,6	3,5	2,5	2,8	3,5
Botswana	4,8	3,1	-3,7	0,1	0,1	-0,1	2,5	8	5,8	5,6	5,5
Lesoto	4,5	4,7	3 0,0	0,0	0,0	0,0	2,7-	3,7	3,8	3,9	3,5
Madagáscar	6,2	7,1	-3,7	0,1	0,1	-0,1	2,9	1,6	1,9	3	4
Malawi	5,8	8,6	7,6	0,1	0,1	0,1	7,1	4,3	2	5,5	6,1
Maurícias	5,9	5,5	3 0,1	0,1	0,1	0,1	3,5	3,8	3,3	3,8	4,2
Moçambique	7,3	6,8	6,3	0,1	0,1	0,1	3,4	7,3	7,4	8,5	8
Namíbia	5,4	4,3	-0,8	0,1	0,1	0,0	1,8	4,9	4,7	4,2	4,3
R.D.do Congo	6,3	6,2	2,8	0,1	0,1	0,1	5,0	6,9	7,2	8,2	9,4
Swazilândia	2,8	3,1	1,2	0,0	0,0	0,0	1,6	4,9	4,7	4,2	4,3
Tanzânia	6,9	7,3	6,7	0,3	0,3	0,3	6,6	0,7	-0,3	0,3	1,8
Zâmbia	6,2	5,7	6,4	0,1	0,2	0,2	7,0	6,8	7,3	7,5	7,8
Zimbabwe	-3,7	-17,7	6 0,0	0,0	0,0	0,0	7,5	10,6	4,4	5	5,7
SADC	6,3	4,4	2,5	2,9	1,9	1,4	3,8	4	3,7	4,1	4,6

Fonte: Relatório da SADC Agosto de 2011, relatório do Banco Mundial (2013)b

De acordo com relatório da SADC (2012:14), Moçambique e Zimbabwe foram os únicos países que registaram taxas de crescimento de 7.3% em 2011. Moçambique apresentou um crescimento notável, fomentado pelos setores de serviços financeiros, agricultura, exploração mineira e pedreira, transportes e comunicação. No caso do Zimbabwe, a expansão da atividade económica em 2011 foi de 10.6%, através do crescimento da exploração mineira (36,7%), da

¹⁷³ Para mais informações analisar o Relatório da SADC (2012:14) e

agricultura (11,2%) e bens manufaturados (4,2%). Por sua vez, Botswana, RDC, Lesoto, Malawi, (7.0%), Maurícias, (3.5%), Seychelles, Tanzânia (6.6%) e Zâmbia (7.0%) e Botswana (3,5%), todos os setores, à exceção do setor mineiro, registaram um aumento significativos na taxa de crescimento média do PIB na SADC sendo os maiores responsáveis pelo crescimento da economia e ainda os setores de construção, indústria, tiveram um crescimento na ordem de 25% e 12,1%, respetivamente.

De acordo com, Rocha, (2011:38), argumenta que às dinâmicas de crescimento da região registaram quebras significativas nos respetivos ritmos de crescimento económico, embora por causas diferentes. Nesta perspetiva Angola devido à significativa diminuição do preço do barril de petróleo e do quilate de diamante e a África do Sul pela via dos mercados financeiros. Entretanto, na África do Sul, o crescimento de 3,1% foi regularizado através da atividade do setor de serviços em 2011. A Swazilândia foi o país que registou a taxa de crescimento do PIB mais baixa (4.9%), uma ligeira redução em relação a 2010. Esta redução ocorreu através do fraco desempenho do setor terciário devido ainda dos problemas de fundo de maneiio do Governo verificados nos anos de 2010 e 2011¹⁷⁴.

Evidentemente que em termos do indicador macroeconómica confirma-se que o país esta muito mais próximo da convergência macroeconómica com vista a concretização da União Económica e Monetária a nível da SADC. Por este facto, os dados recente, sublinham que Angola atingiu cerca de 100% das metas primárias da SADC, para o ano de 2008 a 2012. Faltando apenas atingir a cifra de um dígito da inflação, o que coloca entre os três países da organização regional que lideram a corrida para a convergência macroeconómica¹⁷⁵.

De acordo com o Relatório das Nações Unidas sob o Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD (2013:24), Angola aderiu ao Protocolo Comercial Regional em 2003, que previa a criação de uma Área de Livre Comércio na região em 2008. Angola, não implementou tal acordo, nota-se que o país ainda não havia apresentado nenhuma proposta para acabar com os seus direitos aduaneiros, como resultado Angola é membro da SADC mais só em 2012 é que o país passou a fazer parte da área de livre comércio da SADC, pelo prazo mínimo de três anos. Assim,

¹⁷⁴ Ver o relatório da SADC, (2012:15)b

¹⁷⁵ Ver, Jornal de Angola, (2011:13) 13.09.2011

Angola aderiu recentemente em 2012, a ZCL da SADC, e a República Democrática do Congo e Seicheles poderão aderir no futuro mais próximo.

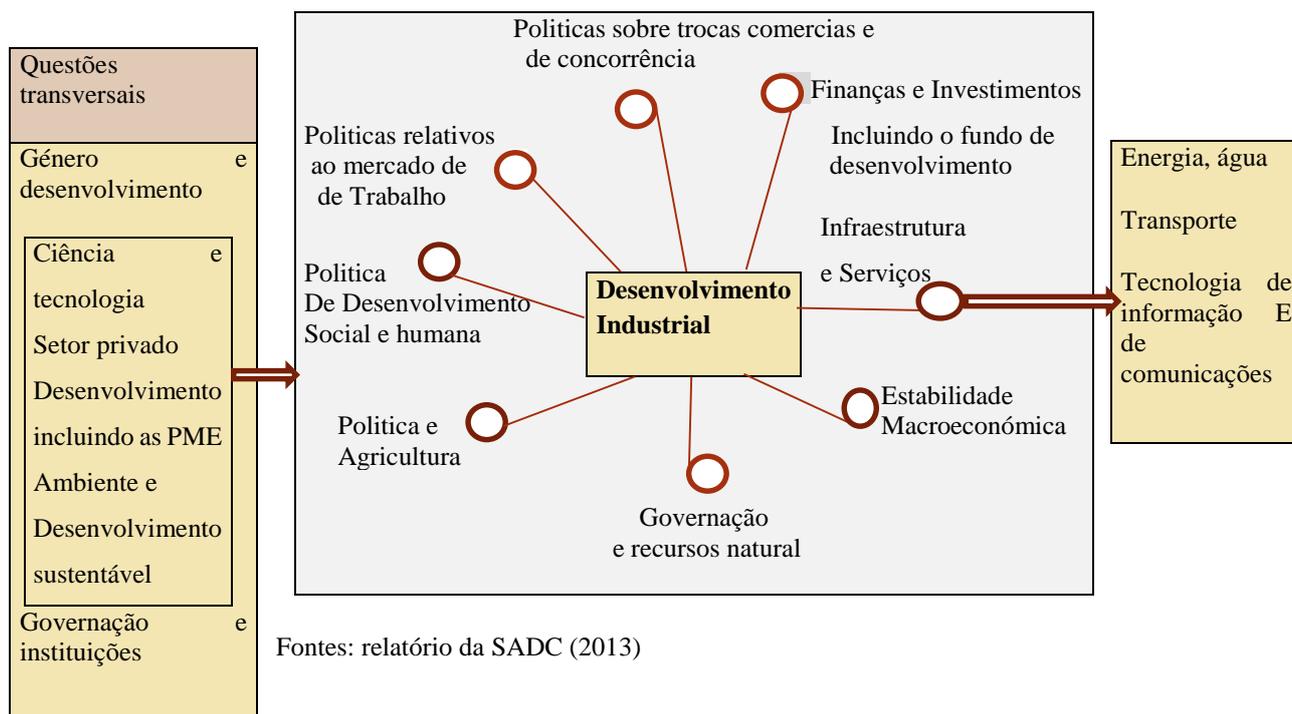
Entretanto em Setembro de 2008 em Angola passou a vigorar a nova tarifa sobre impostos, as importações de matérias-primas, equipamentos e bens intermediários para as indústrias, as tarifas de 58 categorias de bens básicos foram reduzidas. A tarifa média de Angola é de 7,4%. Porém, existe tarifas de 30% para alguns produtos, tais como café, bebidas alcoólicas e produtos de construção (ou seja, cimento, tijolos, telhas de cerâmica)¹⁷⁶.

Entretanto, a nova pauta aduaneira angolana, entrou em vigor desde 5 de Setembro de 2008, ao agravar as taxas de importação sobre certos produtos agrícolas e agroindustriais, pretende-se estimular a diversificação da economia angolana preparando-se em simultâneo, para a perspectiva da integração num mercado regional da SADC¹⁷⁷. Desta forma, as questões estratégicas e reguladoras atualmente a serem exploradas têm como finalidade: (a) A implementação completa da Área de Comércio Livre (Protocolo de Comércio). Este apoio poderia incluir o reforço de capacidades das instituições angolana responsáveis pela implementação e seguimento da integração regional da SADC; (b) A harmonização regional de instrumentos e procedimentos em transporte rodoviário incluindo alfândegas e facilidade de comércio; (c) Desenvolvimento de um quadro de políticas regionais para a tecnologia de Informação e Comunicação, TIC; (d) A liberalização dos transportes aéreos, segurança de ar e dos aviões.

¹⁷⁶Ver Jornal “O PAÍS” (2014)

¹⁷⁷ Idem Ver Banco Mundial (2012:34)b

Figuras n°9 Constituintes da Política de Desenvolvimento da SADC



A implementação desta Política-quadro de desenvolvimento industrial requer o alinhamento de todas estas políticas a fim de complementar os esforços regionais tendentes a acelerar o ritmo do desenvolvimento industrial. Além disso, a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, conforme prevê o Tratado da SADC, servirá de mecanismo financeiro capaz de mobilizar recursos em apoio ao desenvolvimento regional e ao aprofundamento da integração, incluindo o desenvolvimento industrial¹⁷⁸.

No entanto as relações económicas entre Angola e a África do Sul têm sido reforçadas nos últimos anos graças à relação próxima entre o Presidente dos Santos e o Presidente Jacob Zuma, que escolheu Angola em 2009, para a sua primeira visita oficial na qualidade de Presidente da África do Sul. Ambos os países assinaram diversos acordos comerciais que incluíam a cooperação em diversos setores já citados anteriormente. Desta lógica, o setor mineiro angolano é também de interesse para as companhias mineiras sul-africanas. A renovação das relações África do Sul-Angola é um indicador de uma nova era para a região da África Austral, com duas potências regionais a cooperarem diplomaticamente e a promoverem o comércio regional. Nesta perspetiva, nota-se que para beneficiar das preferências comerciais da SADC os

¹⁷⁸ Ver Relatório da SADC (2013)

exportadores devem obter a confirmação de origem dos produtos mediante um Certificado de Origem baseado nas “Regras de Origem” já acima citado, as quais serão aplicadas em função do produto, tendo como referência o conteúdo do material original ou o grau de transformação¹⁷⁹. No âmbito tarifário da SADC, cumpre ainda fazer referência à Zona Franca de Comércio (ZFC), uma zona geográfica delimitada dentro de um país onde podem ter a entrada de mercadorias nacionais ou estrangeiras, beneficiando as mesmas tarifas alfandegárias.

O principal objetivo da criação da ZFC é de estimular as trocas comerciais e de fomentar o desenvolvimento regional. Neste âmbito destaca-se as seguintes ZFCs que podem ter especial interesse para potenciais investidores: (a) Na região do Sul de Angola no Lubango, perspectiva-se a criação de uma zona franca de desenvolvimento que integram as províncias de Huíla, Namibe e Cunene, onde operam os empresários destas províncias e os da região da SADC. Com os objetivos de estreitar laços de investimento; (b) Em Moçambique foi criada uma zona franca industrial denominada Parque Industrial de Beluluane, localizado na província de Maputo, mais recentemente, a Zonas Francas de Locone e Minheuene, ambos localizados no distrito de Nacala¹⁸⁰.

Enfim, síntese citada anteriormente descreveu-se sob as contribuições de Angola ao nível da SADC e da sua adesão na Zona de Comercio Livre. E ainda explicou-se sobre as Política de Desenvolvimento da SADC que serve-se como a base prioritária para o desenvolvimento da região Austral de África.

¹⁷⁹ Ver Manual da SADC (2012:1)b

¹⁸⁰ Ver Relatório da AIP (2014:29)

5. CONCLUSÕES

Em termos de conclusões, no presente estudo procurou-se responder às questões específicas colocada no início do trabalho. Assim, registamos que a Segunda Guerra Mundial fez emergir uma Europa material e psicologicamente destruída, sem poder e dependente da ajuda americana. De salientar que este cenário era propício à aceitação de políticas comuns, pois a Europa encontrava-se cansada da guerra e precisava promover a paz e a reconstrução num ambiente propício para evitar novos conflitos. Assim, a constituição da CECA em 1951 e da CEE em 1957 foi a base fundamental no pensamento da sociedade europeia. Estas comunidades foram marcos do período pós-guerra e as suas consequências ainda hoje se fazem sentir no sistema internacional, não apenas ao nível económico, mas também ao nível político.

Este cenário haveria de servir de modelo, nem sempre transponível, a movimentos integracionistas por todo o sistema internacional, em virtude da sua originalidade. Foi o que aconteceu com os movimentos de integração económica que se verificou na década de 60 e que ressurgiram nos finais dos anos 1980 e tiveram como referência a integração europeia. Mas foi o Ato Único Europeu de 1986 que haveria de conduzir à criação do Mercado Único em 1993 que determina o início do processo de aprofundamento da União Europeia, que fez os EUA despertarem com a criação de ALCA. Desse modo abandonado a sua tradicional vocação de multilateralista em prol do regionalismo, em resposta ao crescente aprofundamento da integração europeia. Assim, acabaria por trazer uma nova dinâmica à integração económica e funcionou como “despertador” para alguns agrupamentos regionais que permaneciam quase inativos, designadamente na América Latina, e mais tarde na Ásia e em África.

Por outro lado, a África verifica ao nível do desenvolvimento sustentável enormes desafios, dos quais se destacam os decorrentes do grande défice em termos de infraestruturas. De facto, estas são condição crucial para um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável. A ausência de infraestruturas tem-se traduzido em efeitos profundamente nefastos, quer ao nível das condições de vida dos povos africanos com grandes limitações em termos de acesso a (energia, água e saneamento e transportes), quer a nível da competitividade da indústria e serviços, motores fundamentais da criação de emprego.

Todavia, pode afirmar-se que este panorama de fragilidades constitui, igualmente, cenário de grandes oportunidades. Promover a criação de mais e melhores infraestruturas em África contribuirá para o desenvolvimento económico do continente africano, para a necessária

integração regional, em última análise, para a afirmação dos países africanos no quadro da economia mundial.

No caso da SADC, a integração regional tem sido conduzida por compromissos para o cumprimento das diferentes fases do processo, como o estabelecimento de uma zona de livre comércio. No entanto, como mostra a demora na ratificação de alguns Estados membros não aderem a esses compromissos. Esse comportamento motiva a falta de credibilidade por parte dos países do argumento da SADC. Além disso, alguns países membros reclamam que não estão colhendo benefícios iguais com a integração e relutam em remover as barreiras ao livre comércio. Como é o caso da África do Sul, apesar de ser líder económica, a atualmente está a desenvolver uma fobia contra os países vizinhos em vez de se mostrar favorável a eles usa as forças de violência. Porém África do Sul apesar de dominar a economia da região mostra-se que não esta de olhos em estabelecer uma relação de cooperação com os seus parceiros.

Ao nível de Angola, a integração regional pode corresponder a uma oportunidade enorme que se abre, em especial no setor agrícola, suportada em recursos abundantes e que serão cruciais para o conjunto de intervenções que têm vindo a ser tomadas, a fim de minimizar os pontos fracos identificados e evitando que se constituam em elementos impeditivos da afirmação das oportunidades reconhecidas. O rápido crescimento económico passou de uma forma despercebida, pois os indicadores sociais não acompanharam o forte ritmo de crescimento da economia. Por esta razão cerca de 36% da população vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego permanece elevado, rondando os 26%. Não obstante, o governo tem tomado medidas para melhorar as condições de vida e tem realizado investimentos importantes que estão a ser feitos com o objetivo de expandir o acesso à energia elétrica, água e transportes.

Por outro lado, é necessário que reconhecemos a força que, Angola oferece ao nível de África, como resultado do elevado potencial extrativo petrolífero e não só, a sua capacidade militar que exerce uma grande influência na resolução dos assuntos políticos da região. Existe uma estreita ligação de interesses entre Angola e a SADC baseada no setor petrolífero, sendo evidente o peso que o setor tem tido na estratégia de integração. É notório também que não existem níveis de cooperação suficientes entre os países do agrupamento regional, o que associado à permanência de focos de instabilidade política, a fraca consolidação da Paz e da Segurança tem-se torado uma limitação importante no progresso da SADC.

Assim, só com uma maior diversificação económica o país pode adquirir bases sustentáveis para uma inserção com sucesso no espaço regional, pois o setor não-petrolífero terá que impulsionar as novas oportunidades para o crescimento económico de Angola. Entretanto, também devemos incentivar as empresas petrolíferas a reforçar as suas ligações ao resto da economia. De salientar que Angola tem de obter uma posição na cadeia de valor da indústria petrolífera global e ampliar a sua participação em setores como o gás natural liquefeito, o metanol e outros setores de alto potencial. No entanto, as fracas condições das estradas, portos, aeroportos e ligações ferroviárias, torna-se assim como uma ameaça, pois dificultam os esforços para alcançar os mercados externos, e há também limitações no fornecimento de energia.

Obviamente que as dificuldades no acesso ao financiamento e as barreiras administrativas à livre circulação de bens e de trabalhadores também são outros pontos fracos. O governo tem utilizado a lei das atividades petrolíferas e decretos de conteúdo local para promover os interesses nacionais no setor petrolífero. Este quadro jurídico também serve para promover a criação de competências locais, através da “angolanização” dos recursos humanos e para aumentar a participação das empresas locais, dando tratamento preferencial a empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços.

Por esta análise, verificamos que os riscos decorrentes da economia global e os potenciais choques petrolíferos no mercado internacional, constituem uma ameaça para as projeções de crescimento económica angolana. O ritmo lento da diversificação económica não ajuda a baixar a taxa de desemprego de 26%, ao mesmo tempo que Angola regista um coeficiente de Gini de desigualdade de rendimentos de 0.586, o qual é um dos mais altos da região. Estas indicações constituem ameaças sérias à coesão social e realçam a necessidade de políticas socioeconómicas que impulsionem o desenvolvimento e retirem os angolanos da pobreza.

Sistematicamente, a hipótese acima levantada pode ser respondida do seguinte modo: Primeiramente, o petróleo por si só não pode ancorar uma estratégia sustentável para a inserção de Angola na economia da SADC, devendo ser explorada a diversificação setorial na base dos amplos recursos naturais que podem apoiar o desenvolvimento económico da região. A interação com o país mais industrializado da região (África do Sul) será determinante para a transformação de Angola. Este país dispõe de meios, know-how, experiência que poderão apoiar o desenvolvimento da economia angolana e a afirmação do seu posicionamento geoestratégico na África austral com um papel decisivo no futuro deste país nos próximos anos.

Existem desafios e as oportunidades crescentes de integração regional que podem fortalecer a economia de Angola e que poderão incrementar o seu potencial de crescimento e permitir o aproveitamento de oportunidades de investimento direto estrangeiro em Angola e nos mercados adjacentes.

Destaca-se neste aspeto as metas traçadas para aproveitar o corredor do Lobito e os desenvolvimentos dos setores da agricultura, água e energia elétrica. Nesta circunstância nota-se que os Estados Membros da SADC ainda têm um caminho a percorrer até que as metas que se propuseram atingir estejam cumpridas. De tal modo, a recuperação, modernização e expansão das suas infraestruturas permitirá abrir canais viários com os seus vizinhos (RDC, Namíbia e Zâmbia), os quais são fundamentais para Angola escoar a sua produção. A adesão de Angola à zona de comércio livre da SADC pode implicar elevados fluxos de capital e outros recursos, representando oportunidades de negócio muito significativas, nomeadamente para quem possua capacidade industrial instalada.

Finalmente, uma referência ao facto de que a inserção de um visto para os migrantes ao nível regional coloca novos desafios, tanto mais que Angola teme ratificar este protocolo por não garantir confiança e segurança. De facto, o país tem poucos anos de paz e os problemas fronteiriços com a RDC e Zâmbia têm provocado forte desconfiança. Deste modo, a instabilidade política e militar na RDC, caso não seja ultrapassada, pode ser um fator de instabilidade e segurança em Angola devido ao fraco controlo da extensa fronteira. A questão da segurança pode então tornar-se um elemento fulcral na construção de um espaço integrado em que todos os cidadãos da SADC possa circular.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AH TCHOU, Stéphanie (2011), Integração Regional e governança global, um novo olhar Lugares Estados, Desafios e Perspetivas. Disponível em: <http://www.world-governance.org/auteur101.html%3Flang%3Dfr> acesso aos 20.07.2015
- APPLEYARD, Dennis, ALFRED, Jr, STEVEN, Cobb e LIMA, André (2010), Economia Internacional, Porto Alegre Amgh 6ª edição.
- BALASSA, Bela (1961), Teoria de a integração económica, Livraria Clássica, Lisboa
- BYÉ, Maurice (1950), "Unions Douanières et Données Nationales", Economie Appliquée, Vol.3
- BINHA, Oswell (2012), ThinkTank Conference, Associação Das Câmaras De Comércio E Indústria Da SADC (ASCCI); Acesso em <http://www.sadc.int/files/5013/6725/4112/SADC> Maputo 2012. 09.9.2013
- BRAGA, Márcio (2001), Integração Económica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. Disponível em <http://econpapers.repec.org/RePEc:anp:en2001:008>
- CAMPO, Armando (1996), África do sul potência regional, editora: instituto superior de ciências sociais e políticas- Lisboa
- CARDOSO, Carla, RAMOS, Cláudia, LEITE, Isabel, CARDOSO, João e MAIOR, Paulo (2010), A União Europeia, História Instituições e Políticas, Porto- Editora
- CASTEL-BRANCO, Carlos (2005), Implicações do Protocolo Comercial da SADC para a Família Camponesa de Moçambique- Maputo
- COSTA, Paulo (2010), Nova Enciclopédia temática Economia e Gestão, Editora-Nova, Portugal
- CUNHA, Luís (2008), Coimbra, O Sistema Comercial Multilateral e os Espaços de Integração Regional, ISBN978-972-32-1566-3- Portugal
- DAVID, Ricardo (1817), the Principles of Political Economy and Taxation. Editorial Reviews, (June 11, 2004) Language: English, ISBN-10: 0486434613
- De BEERS, John (1941), "Tariff Aspects of a Federal Union", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LVI.
- FERREIRA, Graça (1997), Teoria da Integração Económica Internacional e o Modelo de Integração do Espaço Economico Europeu, Editora- Legis, Porto
- FERREIRA, Manuel (1993), Integração Económica em África: Poder e Identidade. Disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf

FERREIRA, José (2014), Não há Mapa Cor -de -Rosa, História maldita da Integração Europeia- edições -70

GILPIN, Robert (2001), Global Political Economy, Understand the International Economic Order, Princeton, New Jersey, Princeton University Press

GEHRELS, F (1956), “Customs Union from Single-Country Viewpoint”, Review of Economic Studies

GILLES, Cistac (2008), Como Fazer da SADC, Uma Organização Regional Verdadeiramente Integrada. Disponível em www.fd.ulisboa.pt/ aos 22.04.2013

GREGORY, E (1921), Tariffs : A Study in Method, London, Griffin

HAFFNER, Jacqueline, MAMPAVA, Isabel (2010), Integração económica de Moçambique com a zona de livre comércio da Comunidade Para o desenvolvimento da África (SADC) Southern African Development Community), Revista Conjuntura Austral | Issn: 2178-8839 | Vol. 1, nº. 2 | Out.Nov 2010.

HARTZENBER, Trudi (2012), Questões De Integração Económica Da SADC Um Documento De Reflexão: Acesso em [http://www.sadc.int/files/5013/6725/4112/SADC ThinkTank Conference Maputo 2012](http://www.sadc.int/files/5013/6725/4112/SADC_ThinkTank_Conference_Maputo_2012). 09.9.2013

HABERLER (1936), The Theory of International Trade, London, Hodge

LIPSEY, G (1960), “The Theory of Customs Unions:A General Survey”, The Economic Journal Vol- 70 PP. 40, 46

LIPSE, G (1970), The Theory of Customs Unions: A General Equilibrium Analysis, London, Weidenfeld & Nicolson.

MACHADO, João (2000), Mercosul: Processo de Integração: Origem, evolução e crise", São Paulo- Editora Aduaneira

MEDEIROS, Eduardo. (2008) “Evolução e Tendências da integração Económica Regional”, Livraria Petrony, Lisboa

MEDEIROS, Eduardo (2013) Economia Internacional, Comercio e Finanças Livraria Petrony 9ª Edição Editora Escolar, Lisboa

MEADE, James (1955), The Theory of Customs Unions, in Robson, P., Internation, Economic Integration 1972. Pp. 48,58. Amsterdam, North Holland Publishing Company.

MORAIS, Beatriz (1998), Cooperação e integração Regional da África Austral. CEA/USP- São Paulo.

MYRDAL, Gunnar (1967), Perspetiva de uma economia internacional. Tradução de J.Régis. Rio de Janeiro: Editora Saga,

PEREIRA, José (1995), Lisboa, Perspetivas para a entrada da África do Sul na Comunidade para o África Austral (SADC)

PRADO, Luiz (1997), Mercosul como opção Estratégica de Integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento Principais Realizações do Ministério das Finanças no âmbito da SADC, w.gaza.gov.mz/serviços/MF-Realizações dos 32 anos na SADC- Final 1842012.

PORTO, Manuel (2009), Teoria de Integração e Políticas Comunitárias Face aos Desafios da Globalização. 4ª Edição Almedina

ROBSON, Peter (1985), Teoria Económica da Integração Internacional, Coimbra – Editora, Lda

ROCHA, Manuel (2010), Introdução á Economia Internacional e Integração Regional, DI: 4558/08, Luanda-Angola

ROCHA, Manuel (2011), Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana, As Crónica no Jornal Expansão, edições – Angola, Limitada

SILVA, António e REGO, Luís (1985), Teoria e Pratica da Integração Económica Porto- Editora

SMITH, Adam (1776), theory of absolute advantage, publicado por *Erasmus Jornal de Filosofia e Economia, Volume 5, Número 2*, University of Potsdam, Germany-2012. Disponível em <http://ejpe.org/pdf/5-2-art-3.pdf>. Acesso, ao 22.07.2015

TINBERGEN, Jan, (1968), Integración Económica Internacional. Tradução de Angel Viñas Martín. Barcelona: Sagitário

VASQUES, Sérgio, (1997), A integração Económica Africana, edições –Lda, Lisboa

VAN-DÚNEM, Belarmino (2010), o processo de Integração em Africa. O Intergovernalismo para O Funcionalismo acesso em <http://Berlarminovandunem.blogspot.com>

VAN-DÚNEM, Belarmino (2006), O Pan-africanismo na figura de Agostinho Neto. Acesso em agostinhoneto.org/index.php?optio 04.05.2013

VINER, Jacob (1950), The Customs Union Issue, New York, Carnegie Endowment for International Peace

MATOS, Orlando, MONTEIRO, Suzana e SOMA, Denise (2010), Choques Externos e Respostas de Política nos Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Acesso em <http://www.bna.ao/uploads/%257Bf695f340-799c-47a4-ba22-061f327ce7a2%257D>. 10-09-2013

MURAPA Rukudzo (2002), (Zimbabué), A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e económica. Acesso em <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf> 22/03/2013

FOSTER, Vivien e PUSHAK, Nataliya (2011), As Infraestruturas em Angola: Uma Perspetiva Continental. Infraestrutura em Africa Tempo para Mudança. Publicado pelo Banco Mundial Acesso em <http://www.investirem.com/2012/10/infra-estruturas-em-angola-relatorio.htm>. Acesso aos 22.05.2014

TJONNELAND, Elling (2011), Desenvolver as Infraestruturas Em Angola Qual o Papel da SADC. Instituto Chr. Michelsen. Acesso em <http://www.cmi.no/publications/file/4302-desenvolver-as-infra-estruturas-em-angola.pdf> ao 23.02.2013

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Érica (2009), o Pan-africanismo e a Formação da OUA, tese de Mestrado apresentada pela Universidade Fluminense - Brasil acesso em <http://www.feth.ggf.br/%25C3%2581frica.htm> 03.09.2013

FERNANDES, Joel (2007), A Integração Económica Como Estratégia De Desenvolvimento Do Continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Tese de mestrado apresentada pela universidade de Florianópolis, SC, UFSC. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74708/browse%3Fvalue%3DFernandes%252C%2>. Acesso aos 12.05.2014

FERNANDES, Lito, BOUKOUNGA, Jean Christian e JUNIOR, José (2006), Integração Económica Regional Na África Ocidental: Uma Visão Crítica Revista Conjuntura Austral ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 Disponível em <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/23459/14003>. Aos 20.03.12014

FILHO, Penna (2007), A Integração Regional no Continente Africano: Situação Atual e Perspetivas, tese de mestrado apresentada pela Universidade da Santa Catarina, disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_view%2. Acesso aos 22. 07.2015

FRAGOSO, António (2010), Angola O Papel do Sector Energético na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral Estudo de caso do Petróleo. Tese de mestrado apresentada pela Universidade nova de Lisboa. Disponível em

http://run.unl.pt/bitstream/10362/4133/1/dissertacao_mestrado.pdf acesso em 02/04/2013

IVALDO, Luís (2010), da Organização da Unidade Africana a União Africana. Tese de mestrado apresentada pela universidade Técnica de Lisboa acesso em [http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/ptbr/file/CAD/LXIII%2520CAD/Politica/Te se%2 aos 23.04.2015](http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/ptbr/file/CAD/LXIII%2520CAD/Politica/Te%2520se%2520aos%252023.04.2015)

JOSÉ, Joveta (2011), a Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais Com o Brasil. Tese de mestrado apresentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf%3Fsequence%3D1> acesso aos 14.05.2014

LOPES, Carlos (2004), Angola: os desafios da reconstrução, artigos de Relações no espaço da Lusofonia disponível em http://janusonline.pt/2004/2004_2_7.html. Acesso aos 12. 08.2014

LOPES, Sérgio (2013), Integração Regional em África Comunidades Econômicas Regionais, artigos da Escola de Negócios da Lusofonia acesso em WWW.reingex.com 21.07.2015

NAMBURETE, Salvador (2002), Economia Internacional. Artigo apresentado pelo Instituto Superior de relações internacionais, Maputo acesso em [http://www.iese.ac.mz/lib/publication /outras/BB/IESE_BB_34.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/BB/IESE_BB_34.pdf) . Acesso ao 13.08.2014

NDLOVU, João (2008), Reflexões Sobre A Integração Em África Fortalecendo Os Blocos Sub-Regionais Para Uma Integração Eficaz. Palestra apresentada por ocasião das celebrações do 45º aniversário da UA. Disponível em <http://www.minec.gov.mz/>. Acesso aos 23.04.2013

MONTE, João (2010), Integração Regional da África – a saída para o desenvolvimento do continente. Artigo apresentado no Instituto de Relações Internacionais- Brasil Disponível em <http://mundorama.net/2010/04/27/integracao-regional-da-africa-%25E2%2580%2593-a-saida-p> Acesso aos 21.07.2015

PINTO, Messias (2004), A área de livre comércio das Américas E os interesses da União Europeia Na América tese de doutoramento apresentado pela Universidade de Minho. Disponível em [http://www.adelinotorres.com/teses/Messias%2520de%2520S%25C3%25A1%2520PintoA% SEMEDO, Felisberto \(2010\), O Mecanismo Africano de Revisão de Pares \(MARF\) no quadro da NEPAD: Oportunidade e desafio para os Estados Africanos tese de mestrado apresentado pela Universidade Técnica de Lisboa disponível em \[http://www.adelinotorres.com/teses/Felizberto%2520Semedo_NEPAD%2520em%2520%25 C1\]\(http://www.adelinotorres.com/teses/Felizberto%2520Semedo_NEPAD%2520em%2520%25C1\) Acesso aos 20.03.2014](http://www.adelinotorres.com/teses/Messias%2520de%2520S%25C3%25A1%2520PintoA%2520SEMEDO)

DOCUMENTOS E JORNAIS

AIP (2014), segundo CCI- Câmara de Comércio Industrial, parceria estratégico com ELO, Angola Integração regional na SADC e Relacionamento com os Países da CPLP – Maio. Disponível em

http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www_aip_pt/documentos/internacionalizacao/inite. Acesso aos 20. 07.2015

BAD (2008) termos de referência do estudo sobre a qualificação dos cenários de racionalização das CERS Europeia. Disponível em www.africaneconomicoutlook.org acesso aos 22.04.2013

BAD (2011), relatório da Terceira Comissão da União Africana evolução registada pelos Intervenientes no processo de integração em Africa. Acesso em au.int/en/sites/default/files/SIA_Portuguese.pdf aos 22/05/2013. a

BAD (2011), A evolução registada pelos Intervenientes no processo de integração em Africa. Acesso em au.int/en/sites/default/files/SIA_Portuguese.pdf aos 22/05/2013.b

BAD, UA, CUA e CEA (2012), Planeamento e Desenvolvimento Económico disponível em www.africaneconomicoutlook.org 23/12/2013. a

BAD, OCDE, PNUD e CEA (2012), Perspetivas Económicas em África, Países Africanos da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acesso em www.africaneconomicoutlook.org/po a

BAD (2012), Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África “Interligar, Integrar e Transformar o Continente. Disponível em

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhec

BAD (2013), Transformação de Infraestrutura e recursos natural acesso em www.africaneconomicoutlook.org

BAD (2014), relatório African development Bank, Perspetivas económicas em África - Países Africanos da CPLP Disponível em

http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/Regional_Editions/Editi acesso aos 23.04.2015

BANCO BIC (2014), Internacionalização da Economia Angolana. Disponível em Junho-Lisboa <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/02-Estudo-Angola-Elaborado-pelo-Banco-BIC.pdf> . Acesso aos 20.05.2014

BANCO Nacional de Angola (2011), Centro de Estudo de Investigação Científica – Angola

BANCO de Angola (2014), Fundamental do Orçamento Geral do Estado - Luanda

BANCO de Moçambique (2008), Maputo, Integração Regional E Impacto Do Desarmamento Tarifário No Âmbito Da: SADC – Comunidade De Desenvolvimento Da África Austral E APE Acordo De Parceria Económica Com União disponível em <http://www.mf.gov.mz/c/documentlibrary/get> 9.09.2013

BANCO de Moçambique (2010), estratégia nacional de desenvolvimento, acesso em <https://www.cgd.pt/Empresas/Negocios> 14/10/2014

BANCO de Moçambique (2014), Integração regional da SADC com os relacionamento com os CPLP acesso em <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/>.

BANCO Mundial (2006), (petróleo, crescimento, alargado e equidade), Angola- Outubro

BANCO Mundial, Angola Economic Outlook (2012), Perspetivas Económicas em África, Países Africanos da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acesso em www.africaneconomicoutlook.org 23/12/2013 a

BANCO Mundial (2012), Angola o Perfil e Oportunidade Comerciais, Centro de Negócios da Apex-Brasil em Luanda.B Disponível em <http://www.novobanco.pt/site/cms.aspx%3FpIlg%3D305aa7ac-b40e-4d06-8286-54e896f83ede> . Acesso aos 21.07.2015

BANCO Mundial (2013), Desenvolvimentos e questões económicas que moldam o futuro de Angola Acesso em www.worldbank.org/angola 14/10/2014. a

BANCO Mundial (2013), Transformação de Infraestrutura e recurso natural acesso em www.africaneconomicoutlook.org. b

BANCO Mundial (2014), Perspetivas económicas em África - Países Africanos da CPLP acesso em www.africaneconomicoutlook.org. a

BANCO Mundial (2014), Relatório do corpo técnico sobre as consultas ao abrigo do artigo IV Acesso em <http://www.imf.or> 14/10/2014. b

LOURENÇO, Ana, FERREIRA, João (2013), Documento estratégico para o País e Programa Indicativo Nacional para o período de 2008-2013. República de Angola e a Comunidade Europeia. Disponível em <http://eeas.europa.eu/delegations/angola/documents/project/csppt>. Acesso em 06/08/2013

OCDE (2005), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), Angola Objetivos de Desenvolvimento do Millénio. Disponível em <http://catalog.ihnsn.org/index.php/catalog/2178/download/36750> acesso aos 23.05.2013

PLANO, Nacional de Desenvolvimento (2013-2017), segundo o relatório do Planeamento e Desenvolvimento Territorial de Angola- Luanda

PREAMBULO, da NEPAD (2002), a nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD) declaração sobre a democracia, a governação política económica e social. Durban- Africa do sul. Disponível em eisa.org.za/aprm/pdftp/MARP_Declaracao_Governacao.pdf. acesso em 22.04.2013

RELATÓRIO de Angola (2013), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola UCAN – Luanda

SADC (2012), atividades implementadas pelo Secretariado sobre o projeto regional acesso em http://www.sadc.int/files/8313/7347/0084/SADC_ES_Report_2010-2011_web_PT.pdf acesso aos 22/02/2014. a

SADC (2012), SADC, Zona de Comércio Livre, Crescimento, Desenvolvimento, e criação de Riqueza. b acesso em <http://trade.ec.europa.eu/doclib/html/127351.htm> 20.07.2015

SADC (2012), Conferência e Documentos Políticos da SADC. C disponível em http://www.academia.edu/10562526/SADC_Pense_Confer%25C3%25Aancia_Tank_sobre_Int. Acesso 20.07.2015

SADC (2012), Integrado dos Desenvolvimentos Económicos Recentes na SADC Preparado para o Comité dos Governadores do Banco Central da SADC- Setembro. d disponível em <http://invest-tripartite.org/wp-content/uploads/2013/06/SADC-Plano-Director-Regional-de-Infra-> acesso aos 20.07.2015

SADC (2012), Plano Principal de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional da SADC, 31 de Maio. e disponível em <http://invest-tripartite.org/wp-content/uploads/2013/06/25-Plano-Director-do-Desenvolvimento-de>. Acesso aos 20.07.2015

SADC (2013), Política-quadro de Desenvolvimento Industrial da SADC. Disponível em http://www.sadc.int/files/8814/0076/9795/PT_Final_SADC_Industrial_Development_Polic acesso aos 20.07.2015

TOMASSONI, Franco e FRESTA, Carolina (2013), SADC: Desafios na integração-económica-e-o-gigante, sul-africano acesso em http://www.academia.edu/4477163/SADC_Desafios_na_integra%25C3%25A7%25C3%25A3 aos 20.07.2015

SCHUCK, José, SOARES, Jorge e FETTER, Natália (2009), Comunidade De Desenvolvimento Da África Austral: Evolução do Comércio E Efeitos: V encontro de economia catarinense- Brasil disponível em

http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Temas%2520Especiais/COMUNIDAD

Acesso ao 02/05/2013

UNCTAD (2013), Quem se beneficia com a liberalização do Comércio em Angola: Uma Perspetiva de Género: Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. Disponível em http://unctad.org/en/PublicationChapters/ditc2013d3_pr.pdf acesso em 24.06.2014

(Sem indicação do autor) jornal de Angola, (2008), Angola próximo dos índices de convergência da SADC.

(Sem indicação do autor) Jornal o PAÍS, (2009), Kwanza rumo à SADC, Sexta-feira, 16 de Janeiro

(Sem indicação do autor) Jornal, Económico Expansão numero 27 (2009).

(Sem indicação do autor) Jornal de Angola, (2011), Angola defende Preservação da Unidade a aposta nas infraestruturas

(Sem indicação do autor) Jornal, de Angola, (2012), SADC Lança estratégia de visão de longo prazo.a

(Sem indicação do autor) Jornal, de Angola (2012), aposta da SADC na infraestrutura Cimeira extraordinária da SADC em Luanda.b

(Sem indicação do autor) Jornal, de Economia e Finanças (2012), Corredor encurta a distância entre Lobito e África Austral.

(Sem indicação do autor) Revista lasallista de investigación - volume. 5 nº. 1 (2007:74) a Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

(Sem indicação do autor) Revista, Economia e Mercado, (2010), energia para toda a difícil empreitada do MINEA

(Sem indicação do autor) Revista, África 21 (2010) SADC em busca do futuro.a

(Sem indicação do autor) Revista, África 21 (2011), Integração económica de Angola

<Http://www.dw.de/angola-perspetiva-melhor-integra-económica-na-SADC-com-o-caminho-de-ferro-de-Benguela> (2015)